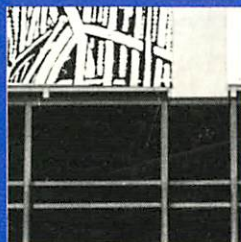
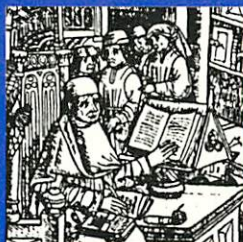
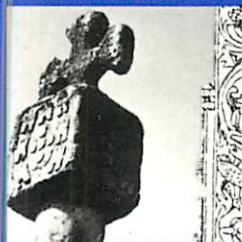


# DISCURSOS

estudos de língua  
e cultura portuguesa

1



Maio  
1992

Língua  
Cultura  
Imaginário

**DISCURSOS. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa**

**LÍNGUA, CULTURA, IMAGINÁRIO**

**Número 1**

**Maior de 1992**

# **DISCURSOS. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa**

## **Director**

Carlos Reis

## **Conselho de Redacção**

Ana Cristina Macário Lopes, Ana Nascimento Piedade, Ana Rita Navarro, Cristina Mello, Graça Nunes, Isabel Marnoto, J. L. Pires Laranjeira, Júlio Taborda, Maria do Rosário Cunha, Vivina de Campos Figueiredo

## **Conselho Editorial**

Ángel Marcos de Dios, Anibal Pinto de Castro, Anxo Tarrío, Ellen Sapega, Fernando Venâncio, François Marchessou, Ivo Castro, João Camilo dos Santos, José Victor Adragão, Luiz Fagundes Duarte, Maria Aparecida Santilli, Maria Beatriz Rocha-Trindade, Maria Emília Ricardo Marques, Maria José Ferro Tavares, Maria Leonor Machado de Sousa, Maria Luísa Remédios, Telmo Verdelho

## **Secretariado**

Graça Nunes

A revista *Discursos* publicará estudos incidindo sobre os seguintes domínios:

- Temas de reflexão linguística, tanto numa perspectiva sincrónica como sob um ponto de vista diacrónico;
- Temas de reflexão sociocultural, equacionados em função da evolução e expansão da Língua Portuguesa no mundo.
- Questões de natureza didáctica, orientadas para o ensino da Língua Portuguesa, em Portugal e no estrangeiro.
- Temas de reflexão literária, relacionados com a difusão da Literatura Portuguesa e com o seu ensino, sobretudo quando articulado com o da Língua e da Cultura Portuguesa.

**DISCURSOS. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa**  
**Número 1/Maio de 1992**

**Apresentação**

11

**Discursos: Língua, Cultura, Imaginário**

Carlos Reis	17	O discurso da Língua Portuguesa: unidade, poder e expansão
Fernando Venâncio	31	Vernaculidade. Ontem e hoje
Ana Nascimento Piedade	47	Cidade real/cidade imaginária na poesia de Álvaro de Campos

**Documento de trabalho**

61	Apresentação
62	Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

**Registo bibliográfico**

83

**Em Tempo**

101

## **APRESENTAÇÃO**

---

## APRESENTAÇÃO

---

1. Numa recente intervenção pública, um dos nossos grandes escritores vivos, Vergílio Ferreira, declarou: «Uma língua é o lugar donde se vê o mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir. Da minha língua vê-se o mar».

Quem isto afirma, num tom que é o da serenidade que se põe nas convicções fundamente sentidas, sabe bem que a língua não é, para o sujeito que a fala e escreve, instrumento reduzido a uma função imediatamente utilitária; é antes um espaço de longas vivências, de lenta sedimentação de uma relação com o mundo que na língua e pela língua se plasma. Quem isto afirma, no discurso de celebração de um prémio literário, sente na sua língua a vibração de uma Cultura de que a Literatura premiada é uma manifestação fundamental.

Na nossa língua desde sempre ecoou uma Cultura que com o tempo evoluiu e amadureceu, sempre, contudo, indissociável, no mais íntimo do seu trânsito histórico, dessa Língua que a moldou e com ela se enriqueceu. Falar aqui em **modelização do mundo** faz todo o sentido que pode entender-se numa expressão que, por si só, evoca a intervenção directa e insubstituível da Língua em algo que, sendo **representação**, é também **construção de um modelo**: modelo do mundo que é o nosso, dimensionado pela Língua que é a casa do nosso ser. Foi essa casa do nosso ser que longamente se foi construindo, pelo labor paciente de escritores, de pensadores e de homens de Cultura: Fernão Lopes e Camões, António Ferreira e António Vieira, Verney e Garrett, Alexandre Herculano e Oliveira Martins, Camilo, Aquilino Ribeiro, Vitorino Nemésio e tantos outros.

2. No preâmbulo do diploma legal que criou a Universidade Aberta, alude-se expressamente à necessidade de atingir objectivos de «educação não formal e formação permanente da população adulta em geral e de sectores sociais ou profissionais específicos», bem como de «motivar a preservação e reforço da nossa identidade cultural, dentro e fora do País», de «incentivar um melhor conhecimento da nossa língua e cultura» e de «intensificar as acções de cooperação no mundo da língua portuguesa». A criação da revista *Discursos*,

editada pela Universidade Aberta, justificar-se-ia, desde logo, em função da letra e do espírito deste diploma legal, bem como a da existência, no corpo desta instituição, de um núcleo de estudos consagrado à Língua e à Cultura Portuguesa.

É preciso, contudo, acrescentar que aos propósitos enunciados não são estranhas mutações que desde 1974 nos atingiram. Hoje são sete os países que reclamam, na comunidade internacional, o Português como Língua oficial; ora um tal cenário impõe a Portugal responsabilidades consideráveis, como país que, sem ser proprietário da língua, pode e deve assumir-se como dinamizador privilegiado da afirmação do Português como grande idioma de Cultura.

Acresce a isto o seguinte: o reconhecimento internacional de que presentemente beneficia a Literatura Portuguesa evidencia a relevância da tríade Língua-Literatura-Cultura, sem que isto leve a ignorar as respectivas áreas de afirmação e a reflexão diferenciada que solicitam. Não há dúvida, porém, de que, quando se fala em Eça, Pessoa, Drummond de Andrade ou Agostinho Neto, como grandes escritores da Língua Portuguesa; é o poder da Literatura, como instrumento de afirmação cultural da Língua, que assim é reconhecido.

3. A criação de uma revista de Língua e Cultura Portuguesa decorre, pois, de motivações em directa conexão com os cenários e mutações que ficam sinteticamente descritos. Mas, além disso, a regular publicação de uma revista de Língua e Cultura Portuguesa servirá também como factor de aglutinação de personalidades e equipas de trabalho eventualmente exteriores à Universidade Aberta, mas que conjunturalmente poderão identificar-se com este projecto editorial.

Sem prejuízo de ulterior reflexão, pode já afirmar-se que as áreas de interesse e os conteúdos dominantes da revista *Discursos* agora criada serão os seguintes:

- Temas de reflexão linguística, tanto encarados numa perspectiva sincrónica como sob um ponto de vista diacrónico;
- Temas de reflexão sociocultural, equacionados em função da evolução e expansão da Língua Portuguesa no mundo, incluindo-se neste âmbito questões relacionadas com a emigração;
- Questões de natureza didáctica, directamente orientadas para o ensino da Língua Portuguesa, em Portugal e no estrangeiro, atribuindo-se particular relevância a metodologias servidas por materiais mediatizados;

- Temas de reflexão literária, relacionados tanto com a difusão da Literatura Portuguesa no estrangeiro, como com o seu ensino, sobretudo quando articulado com o da Língua e da Cultura Portuguesa.

4. Estes propósitos — que correspondem, afinal, ao essencial de um projecto editorial acolhido pela Universidade Aberta — serão, antes de tudo, o que deles fizerem os órgãos que dinamizam a revista: o seu Conselho de Redacção e o seu Conselho Editorial. Mas um tal projecto editorial não se esgota nem se completa nos limites estritos da revista; ele viverá também de uma atitude que se deseja e desde já se propõe de constante **abertura** e de vivo **diálogo**: com individualidades exteriores à revista, com outras instituições e com outros espaços culturais. Justamente porque, como com a Língua acontece, só a abertura e o diálogo propiciam e favorecem o crescimento e a maturação do projecto de trabalho que agora se apresenta.

5. Este primeiro número da revista *Discursos* procura já representar alguma coisa do projecto editorial que ficou esboçado. O seu texto de abertura — que é, de certa forma, um **discurso programático** — não podia deixar de ser uma reflexão sobre a Língua Portuguesa, o seu passado e a sua situação actual, as suas responsabilidades culturais, a sua capacidade de expansão e os desafios suscitados pela diversidade de culturas que ela plasma. O texto de Fernando Venâncio incide sobre uma questão que, sendo melindrosa, é também, a seu modo, uma questão indirectamente ligada a um certo **imaginário da língua**: se o argumento da vernaculidade é talvez pouco simpático, até porque não raro brandido de forma agressiva, não há dúvida de que, em conexão directa com a estruturação da nossa **língua literária**, ele ocupa um lugar importante na constituição e na depuração da consciência linguístico-cultural dos utilizadores da Língua. E também por isso, a questão da vernaculidade inscreve-se nitidamente no âmbito dos **poderes da Língua**. Por último, o texto de Ana Nascimento Piedade desloca-se para um outro campo que não deixa de ser, de certa maneira, ainda o mesmo campo: porque o que a língua literária de Álvaro de Campos evidencia é o poder de uma poesia capaz de fazer da cidade a **referência privilegiada** de um certo espírito geracional mediatamente projectado neste heterónimo de Pessoa.

Carlos Reis

**DISCURSOS: Língua, Cultura, Imaginário**

---

## O Discurso da Língua Portuguesa: unidade, poder e expansão

Quando, no lugar de Babel, se confundiu a Língua de toda a Terra, não foi só o castigo de Deus contra a ambição dos homens que assim se consumou. Resultado primeiro e imediato desse acto soberano, a confusão das línguas instalou, depois da primigénia e mítica criação do Homem, a necessidade da comunicação, tão essencial como a da subsistência, a da procriação ou — nesses tempos primordiais — a da obediência ao Senhor. Antes disso, conforme diz o Livro, «era toda a terra de uma mesma língua, e de uma mesma fala»; assim, nesse tempo de harmonia, os homens «possuíam uma língua única, que exprimia a íntima essência da realidade e, por conseguinte, cada coisa tinha um único nome, idêntico para todos, e que lhe era próprio». (Pagliaro, 1983: 120).

Só que, pode bem acrescentar-se, «ter uma única língua significava no fundo não ter nenhuma» (Pagliaro, 1983: 120). Por isso, quando em Babel se perdeu a unidade da língua, sobreveio também a premência de superar a diferença, a distância, o abismo que separa os homens que entre si não comunicam; por certo também e por causa disso, a necessidade de anular, pela comunicação, a desconfiança, a reserva e a tentação da opressão.

É sabido que, desde sempre, a descoberta e a conquista levaram consigo uma Língua, discreta ou expressamente utilizada como instrumento de afirmação de poder. E contudo, a História mostra que, às vezes, contra essa vontade perversa dos homens, a Língua vem a ser instrumento de união mais do que de opressão, de aglutinação de vontades mais do que de divisão de interesses. E sobretudo, factor de descoberta, mais do que rude agente de colonização.

---

Carlos Reis é professor de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e responsável pela área de Língua e Cultura Portuguesa da Universidade Aberta, a cujo Conselho Científico pertence.

É a nossa História que o ensina. Quando, no ano de 1500, chegando a Armada a Porto Seguro, Pero Vaz de Caminha escreve ao Rei D. Manuel, é ainda a mesma e no entanto já outra a língua em que se exprime: «assim como eu melhor puder», escreverá Caminha o seu relato, conforme declara logo a abrir, por certo difusamente consciente de que se trata de representar um mundo novo, a cuja sedutora magia a língua antiga dificilmente corresponderá. Por isso, pode dizer-se que a Carta de Pero Vaz de Caminha não é apenas o testemunho objectivo de uma descoberta geográfica: através daquilo que anuncia — e apesar dos termos precários em que não raro o faz —, ela é, de certa forma, o primeiro documento cultural da História do Brasil e, ao mesmo tempo, a consagração de uma Língua em mutação irreversível. Uma mutação directamente proporcional à do sujeito que a utiliza, também ele transformado por aquilo que os seus olhos vêem.

Com efeito, a Língua que assim responde ao desafio da novidade dos trópicos, moldando os signos da representação a essa novidade é, também ela, um lugar novo. Se é verdade que, conforme se diz na sugestiva metáfora de Heidegger, «a linguagem é a casa do ser», não é menos verdade então que esta Língua Portuguesa que o descobridor leva consigo, acompanha uma aventura bem mais densa de consequências do que a descoberta do espaço: possuído pela linguagem, o descobridor que escreve ao seu Rei, rearticula, na Língua e pela Língua, a sua própria essência e transmite a quem o lê uma dupla descoberta: a do mundo que se vê pela primeira vez e a da sua condição de homem novo, determinado assim pela insinuação no seu discurso de sentidos antes nunca enunciados.

Que Língua é esta, a que se nos revela no limiar do século XVI, mas que de facto se anunciava já no século XV? É, de certa forma, a que decorre de todo um árduo processo de conquista, conforme declarou um historiador da Língua Portuguesa, num texto não isento de virtualidades polémicas: «Pode dizer-se do português», escreveu Paul Teyssier, «o que já se disse muitas vezes do castelhano: é filho da conquista. E é filho da conquista de muitas maneiras. Nasceu na Idade Média, quando os exércitos cristãos, ocupando a parte ocidental da Península Ibérica dominada pelos mouros, levaram consigo até ao Sul a língua galego-portuguesa oriunda do Norte. (...) Mas o português é também filho da conquista», adianta Paul Teyssier, «por ter sido levado para vastas regiões do mundo no fim da Idade Média e na época do Renascimento, quando se deu a grande aventura dos Descobrimentos» (Teyssier, 1985: 46).

A «grande aventura dos Descobrimentos» é então, ao mesmo tempo, a grande aventura da Língua Portuguesa. De certo modo até, sem esta, aquela

não teria a grandeza que lhe conhecemos, porque ela se concentrou na memória das palavras escritas por poetas e historiadores, a par de aventureiros e anónimos narradores de viagens. De Gil Vicente à *História Trágico-Marítima*, de Camões a Diogo do Couto, do *Cancioneiro Geral* a Fernão Mendes Pinto, essa difusa, por vezes ambígua memória das palavras revelou-nos uma Língua confidente mas também agente responsável por uma dinâmica de renovação como outra não conheceu a nossa História.

Quando lemos a *Peregrinação*, o que nessa «rude e tosca escritura» encontramos é decerto o testemunho quase sempre amargo de «trabalhos, e perigos da vida [passados] no discurso de vinte e um anos» (Pinto, 1979: 116), conforme declara a abrir Mendes Pinto. Mas é também algo mais, porque esse «discurso de vinte e um anos» representa-se num outro **discurso**, tão dinâmico e movente como ele, sem o qual as aventuras vividas não existiriam hoje; com esse discurso constrói-se todo um mundo, acerca de cuja veracidade não faz sentido discutir, porque o lugar onde ela irrecusavelmente se afirma é um relato, cujo fascínio provém precisamente do facto de se tratar de um simples «mundo de palavras»; um «mundo de palavras» que é, contudo, muito mais do que isso, na medida em que ele é capaz de circunscrever, nas suas fronteiras, todo um universo. «Os limites da minha linguagem significam os limites do meu mundo», dizia Wittgenstein (1981: 163); e os limites do discurso enunciado por Fernão Mendes Pinto encerram um legado que é parte inalienável do nosso mundo cultural, um mundo que se configurou porque a Língua Portuguesa o recolheu, depurou e transmitiu.

Não por acaso, no mesmo século XVI em que se escreve a *Peregrinação* e já antes dela, um poeta destacado do nosso Renascimento, António Ferreira, teve a agudeza e também o sentido da responsabilidade cultural necessários para reclamar, nos *Poemas Lusitanos*, um «novo canto / Heróico e generoso, / / Nunca ouvido dos nossos bons passados»; um novo canto que requer uma Língua renovada:

Renova mil memórias,  
Língua aos teus esquecida,  
Ou por falta d'amor ou falta d'arte;  
Sê para sempre lida  
Nas portuguesas glórias,  
Qu'em ti a Apolo honra darão, e a Marte.

A mim pequena parte  
Cabe inda do alto lume  
Igual ao canto; o brando Amor só sigo,  
Levado do costume.  
Mas inda, em algũa parte,  
**Ah! Ferreira, dirão, da língua amigo!**

Este é o tempo, recorde-se, em que se afirma já a necessidade de enquadrar normativamente a Língua, entendida como legado cultural a salvar e guardar. De 1553 é a primeira gramática do nosso idioma, a *Gramática da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira; e o que decorre da proposta de António Ferreira é bem conhecido. O «som alto e sublimado» em que Camões escreverá *Os Lusíadas* é consequência directa da entoação que a epopeia requer, antevista e desejada pelo autor dos *Poemas Lusitanos*; mas esse «som alto e sublimado» resulta também de uma nova atitude ética perante a Língua, atitude feita de um intenso sentido de exigência estética e linguística, bem como da certeza de que a mensagem épica que retém e exalta o passado histórico se projecta para o futuro, como exemplo e desafio, no plano difusamente cultural, como no plano estritamente linguístico.

A projecção da Língua para o futuro exige, cada vez mais, a consolidação de uma identidade cultural e civilizacional que o português plasma e reforça por acção de múltiplos factores conjugados: a sistematização dos processos de aprendizagem, a revisão regular dos princípios normativos que regem o idioma, a acção de aparelhos ideológicos de diversa configuração, contribuem para incutir ao idioma uma consistência e uma dignidade que o Rei D. José consagrava, em alvará de 30 de Setembro de 1770; nele considerava o monarca ser «a correcção das línguas nacionais um dos objectos mais atendíveis para a cultura dos povos civilizados (...) não havendo meio que mais possa contribuir para polir e aperfeiçoar qualquer idioma e desterrar dele esta rudez do que a aplicação da mocidade ao estudo da Gramática da sua própria língua, porque sabendo-a por princípios e não por mero instinto e hábito, se costuma a falar e a escrever com pureza» (*apud* Carvalho, 1987: 169).

As palavras exaradas pelo Rei no texto que promulgou trazem consigo, evidentemente, a marca de um tempo e de uma mentalidade. Mas nelas transparece também com nitidez uma óbvia motivação política, orientada para um objectivo igualmente de natureza política: a afirmação de uma identidade cultural, condição de uma coesão nacional que passa também por

uma postulação do idioma e da sua correcta aprendizagem como factores de amadurecimento cívico.

Quando se afirma a necessidade de preservar a unidade e a pureza do idioma, não é essa unidade apenas e em si mesma que está em causa. É, antes, uma dialéctica que faz da unidade o termo de uma tensão, real ou simplesmente virtual, que coloca no extremo oposto o impulso para a diversidade e para a mudança. Conforme assinala Herculano de Carvalho, os homens empenham-se «numa actividade que é essencialmente una — o falar, a linguagem —, e ao mesmo tempo extremamente variada, como variadas são as suas culturas, os seus hábitos sociais, as suas crenças e concepções acerca do mundo e da vida, e das forças naturais e sobrenaturais que naquele e nesta se manifestam» (Carvalho, 1984: 385).

De facto, a grande unidade linguístico-cultural perseguida pela latinidade é desde logo uma miragem intangível. No plano diacrónico, porque a expansão do Latim processa-se de forma gradual e portanto ao longo de um devir histórico que implica necessariamente uma certa evolução linguística; por outro lado, localmente o Latim sobrepõe-se a substratos linguísticos que resistem ao invasor, persistindo em afirmar uma presença que será, em si mesma, agente de diversidade.

Entendida como ideal inatingível, a unidade da Língua não deixa, por isso, de ser um referencial de acção cultural de decisiva importância, quando, como é o caso do Português, são múltiplos os apelos à diversidade. E não tanto nas apertadas fronteiras do Português europeu, onde as fracturas dialectais são pouco significativas e onde a peculiaridade dos falares não constitui um risco para a comunicação entre os falantes das várias regiões.

Sendo, no entanto, uma Língua espalhada pelo Mundo, como consequência de um movimento de expansão com inevitáveis consequências culturais, o Português enfrentou e enfrenta desafios que poucos idiomas conheceram ou conhecem. Porque o que nesses desafios se joga são múltiplas possibilidades de diversificação ou até a própria quebra da unidade: diversificação em termos individuais, porque o sujeito que usa a Língua e esquece o seu alcance patrimonial e comunitário, cede com frequência à tentação de afirmar uma liberdade de uso puramente individualista, reagindo negativamente a constrições normativas; quebra de unidade, no plano transindividual, porque, no devir da nossa História recente, a recusa da Língua poderia ser utilizada como modo de afirmação político-cultural, quando está em causa a constituição de identidades nacionais que tendem a rejeitar tutelas de qualquer espécie.

A preservação da unidade da Língua Portuguesa e, num âmbito mais restrito, a salvaguarda da sua pureza, não se conseguem, no entanto, pela

activação de mecanismos repressivos, nem pela imposição de comportamentos de natureza neocolonialista. Pelo contrário: a protecção da unidade do Português exige, antes de mais e por paradoxal que pareça, o reconhecimento de um certo direito à diferença linguística, até ao ponto-limite em que ela afecta cruciais componentes estruturais e perturba a possibilidade da comunicação; uma diferença em que entra naturalmente o contributo de elementos autóctones, colhidos em cenários ético-culturais que nenhuma metrópole deverá contrariar. Assim, é possível defender uma concepção não puramente linguística da Língua e afirmar: «A língua é sobretudo uma entidade **histórico-social** e só como tal individualizada e una: o que lhe confere unidade e até existência, e portanto individualidade, é a consciência dos sujeitos falantes que, para além das divergências dos seus modos de falar, para além mesmo da mútua incompreensibilidade, se sentem unidos por uma tradição histórica, pelo reconhecimento de que esses seus diversos modos de falar pertencem a uma única tradição linguística e cultural» (Carvalho, 1983: 327-328).

Por outro lado, múltiplos exemplos registados pela nossa História cultural recente não permitem dúvidas: contra o anquilosamento do academismo linguístico e literário erguem-se quase sempre as vozes dos que essa História cultural retém como os seus vultos mais criativos e desassombrados: um Garrett, um Herculano, um Antero, um Almada-Negreiros ou um Miguel Torga. E o cruel retrato que Fradique Mendes esboçou do purista não deixa de ser tributário do repúdio a que Eça votou os que reduzem os méritos da criação literária à rígida pureza da Língua: «O purista», escreveu Fradique Mendes numa carta em que tranquiliza o próprio Eça, «toma uma ideia e não quer saber se ela é justa, ou falsa, ou fina, ou estúpida — mas só procura descobrir se as palavras em que ela vem expressa, se encontram todas no Lucena! Agarra um soneto, um verso a uma mulher, e pondo de parte o sentimento, a emoção, a imagem, a poesia, indaga apenas se as vírgulas estão no seu lugar e se as incidentais não cortam de mais a oração principal!» (Queirós, 1965: 75). Por isso, Jorge de Sena pôde escrever que o espírito «**académico** ou **academizante** tornou-se, quer em letras, quer em arte, sinónimo genérico de ‘convencional’, ‘antiquado’, ‘classicizante’, ‘regressivo’, em oposição ao ‘real’, ao ‘progressista’, ao ‘livre’, ao ‘moderno’» (Sena, 1977: 22). O que não quer dizer, deve acrescentar-se, que o espírito académico, em questões linguísticas como em questões literárias, se não exerça muitas vezes fora das academias propriamente ditas e por vezes até à sombra do que é pretensamente «moderno».

É no instável equilíbrio da síntese que se resolve, em última instância, a dialéctica entre unidade e diversidade, bem como essa outra que lhe é homó-

loga, entre conservação e inovação. No limiar do século XVIII, o Padre Manuel Bernardes traduz bem um certo espírito do tempo, naturalmente adverso a abruptas rupturas com a tradição, quando escreve, na *Nova Floresta*: «Não faltam noveleiros que querem emendar ou ilustrar o idioma comum, introduzindo palavras exóticas e termos que lhes parecem mais elegantes, sendo na verdade mais ridículos» (*apud* Campos, 1921: 103); mas ainda no mesmo século XVIII, Correia Garção (curiosamente um académico, mas não daqueles a que Sena chama «regressivos» ...) tenta resolver, no ponto de equilíbrio que ficou referido, a dialéctica entre tradição e inovação, privilegiando o sentido de progresso relativo que a sua filiação neoclássica exigia ao culto do idioma e dos seus modelos:

Imite-se a pureza dos antigos,  
Mas sem escravidão, com gosto livre,  
Com polida dicção, com frase nova  
Que a fez ou adoptou a nossa idade.  
Ao tempo estão sujeitas as palavras;  
Um se fazem velhas, outras nascem:  
Assim vemos a fértil Primavera  
Encher de folhas ao robusto tronco,  
A quem despiu o Inverno desabrido.  
Mudam-se os tempos, mudam-se os costumes  
Camões dizia **imigo**; eu, **inimigo**;  
O ponto está em que ambos expliquemos  
Aquilo que pensamos,

(*Sátiras*)

Uma visão progressista, inovadora e transnacional da Língua (e em particular da Língua Portuguesa) não pode senão rejeitar liminarmente concepções imobilistas ou primariamente nacionalistas do idioma. E contudo tais concepções parecem apoiar-se em doutrinas constituídas por certas correntes e filósofos da linguagem. Por exemplo, por Humboldt, para quem a Língua funciona como matriz organizadora da relação do falante com a realidade e, mediatamente, como factor de configuração de um certo «espírito nacional»; ou então por Edward Sapir e Benjamin Whorf, numa linha de pensamento

similar, de acordo com a qual «retalhamos a natureza em conformidade com as directrizes delineadas pela nossa língua materna» (*apud* Schaff, 1974: 112).

O que assim se tenta estabelecer é o princípio da relatividade linguística. Desde que se aceite «que toda a linguagem não exerce uma função simplesmente reprodutiva, mas sobretudo produtiva e construtiva, devemos reconhecer (...) que cada língua se apresenta como uma forma específica e constitui uma particular visão, interpretação dos dados imediatos da experiência» (Ponzio, 1974: 146).

Tendo em vista o trajecto histórico do Português, como língua de comunicação quotidiana e idioma de cultura, é fácil perceber onde conduziria a radicalização do chamado relativismo linguístico. Eventualmente apoiada em orientações ideológicas de tipo anti-colonialista, a hipertrofia de um tal relativismo viria a contrariar o que é patenteado pelas realidades históricas que hoje conhecemos.

No Brasil, o Português impõe-se como Língua nacional também porque desse modo se reforça uma unidade nacional sedimentada através de múltiplos contributos linguístico-culturais, de filiação autóctone, de origem africana e de importação europeia. Mas se o Português do Brasil é hoje uma grande Língua de Cultura, com uma Literatura, uma Ciência e um Ensino adultos e internacionalmente reconhecidos, tal não impede que se lhe reconheça e até se lhe realce um dinamismo que é factor de enriquecimento, mais do que embrião de perturbação. A uma peculiaridade fonética/fonológica bem conhecida, o Português do Brasil acrescenta uma capacidade de inovação lexical e uma desenvoltura estilística que têm exactamente a marca de uma Cultura ainda jovem, desinibida quanto à sua relação com a Língua, enquadrada por um cenário multiforme e não constringida por uma tradição histórica ancestral, como é a portuguesa. Contrariar autoritariamente estas tendências seria um duplo erro: porque assim se reacenderiam preconceitos paternalistas e correlativas desconfianças que urge esquecer definitivamente, e também porque assim se incorreria num academismo que é contrário ao sentido de renovação que deve caracterizar também os bens culturais. O que naturalmente não impede que, no campo sempre em aberto dos contactos interculturais, se estabeleçam os limites da inovação possível, sempre balizados pela estabilidade do sistema estrutural da Língua. A protecção desse sistema estrutural, comum à variante portuguesa e à variante brasileira do Português, não pode, no entanto, ser encarada como pretexto para restrições arbitrarias, num tempo em que tudo é susceptível de debate e em que a rigidez de posições irreversíveis deve dar lugar à disponibilidade para o diálogo cultural; porque o

diálogo se concretiza precisamente pela Língua comum, e porque é ele que assegura a virtual universalidade a que o Português tem direito.

A situação do Português em África é diferente, como diferente é a História recente de países muito ricos e diversificados, quanto aos seus recursos linguísticos e quanto às suas componentes étnicas. Na adopção do Português como Língua de expressão oficial pode observar-se, neste caso, uma espécie de translação, do domínio das motivações ideológicas que poderiam conduzir à rejeição da Língua do antigo colonizador, para o domínio das opções pragmáticas, tendo em vista a complexidade sociocultural daqueles países e a necessidade de se assegurar a sua unidade política. Curiosamente, já antes da independência, um político com a visão de Amílcar Cabral apontava as razões que levavam a adoptar o Português como Língua veicular e de comunicação quotidiana: «A língua», afirmou Amílcar Cabral, «não é prova de nada mais senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros; é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo» (*apud* Ferreira, 1987: 250).

Assim, se hoje faz sentido falar do poder da Língua, é preciso saber reconhecer com desenvoltura que Cultura e Política não são indiferentes entre si. E também que esse poder se articula em termos muito diversos do que no século XVI queria João Barros, quando, aludindo ao poder moralizador e persuasivo da Língua Portuguesa, dizia ser ela «aquela [linguagem] que, como um novo apóstolo, na força das mesquitas e pagodes de tôdalas seitas e idolatrias do mundo, desprega, pregando e vencendo, as reais Quinas do Senhor, com que muitos povos da gentildade são metidos em o curral do Senhor» (*apud* Campos, 1921: 10). Uma concepção moderna da Língua, da sua função social e das suas potencialidades culturais, não aceita que nos nossos dias lhe caiba meter nada nem ninguém no «curral do Senhor»; pelo contrário, uma concepção moderna da Língua afirmará o espaço da lusofonia, sem preconceitos nem temores, como espaço de liberdade e de diálogo.

A dinâmica de diálogo que à Língua Portuguesa cabe cultivar constitui a extrapolação possível, para um âmbito alargadamente intercultural, de potencialidades sedimentadas no interior da Língua. Heidegger contempla esta extrapolação, quando declara que «todo o diálogo fracassa e se torna infrutífero desde que se limite aos termos imediatos e neles se cristalize», assim se revelando incapaz de conduzir «aqueles que falam ao que está para além das palavras» (*apud* Resweber, 1979: 107). O que está «para além das palavras» é revelado precisamente pela pluridiscursividade da Língua, para utilizarmos uma expressão cara a Michail Bachtin, que articula essa pluridiscursividade com o dialogismo inerente a todo o acto linguístico, consumado nisso a que

chama «enunciação viva»: «Em cada momento preciso da sua existência histórica», declara Bachtin, «a língua é totalmente pluridiscursiva: é coexistência incarnada de contradições ideológico-sociais entre o presente e o passado, entre as várias épocas do passado, entre os vários grupos ideológico-sociais do presente, entre as correntes, as escolas, os círculos, etc.» (Bachtin, 1979: 99).

Concretizando as potencialidades de diálogo que, como sistema linguístico e como idioma transnacional, o Português detém, a nossa Língua enfrenta hoje um outro desafio, por certo mais árduo do que a superação das diferenças que atravessam o espaço da lusofonia. Trata-se de afirmar, no concerto das grandes Línguas de Cultura, o Português como idioma que não pesa apenas pelo número de falantes — porque, por estranho que pareça, esse argumento não é por si só eficaz —, mas pela sua identidade e autoridade cultural.

Ora estes não são atributos espontaneamente gerados. Eles definem-se e conquistam-se no decurso de um aturado labor de reflexão, de consciencialização da importância da Língua, mesmo de combate pela sua dignificação; um combate que se decide não apenas ao nível da funcionalidade comunitária do idioma, mas também no estrito e íntimo domínio da relação do sujeito com a sua Língua materna. Não foi Fernando Pessoa quem o descobriu, ao invés do que a estafadíssima fórmula tantas vezes citada quer fazer crer — fórmula de resto cunhada por Bernardo Soares e não por Pessoa —, mas sim Fradique Mendes; e fê-lo já num tempo em que pensar a Língua era uma forma de modular uma preocupação fundamente sentida: a preocupação com a unidade do sujeito, com a crise da sua identidade e com a projecção dessa crise no quadro de uma outra identidade mais vasta, que é a identidade nacional. Escreveu Fradique, numa das suas cartas e num tom em que facilmente se descortina uma certa intenção polémica: «Um homem só deve falar, com impecável segurança e pureza, a língua da sua terra: — todas as outras as deve falar mal, orgulhosamente mal, com aquele acento chato e falso que denuncia logo o estrangeiro». E numa síntese feliz e definitiva: «Na língua verdadeiramente reside a nacionalidade» (Queirós, s/d.: 130).

Não se trata, obviamente, de acompanhar, na radicalidade das teses que enuncia, a figura pré-heteronímica em que Eça tentou o seu desdobramento finissecular. Mas trata-se de reconhecer nessas teses a insinuação do princípio de que a Língua e o sentido da nacionalidade são indissociáveis; e também que na articulação entre ambas manifesta-se uma identidade cujo vigor se confronta com outro poder, que é o dos idiomas estrangeiros, tantas vezes

disputando uma hegemonia que transcende o plano estritamente linguístico-cultural.

Sabe-o bem a Língua da diáspora que é o Português da emigração, com frequência desqualificado e tratado com uma displicência que nada autoriza — a não ser que se pretenda que o poder da Língua decorre em linha directa do poder da Economia. E essa desqualificação é tanto mais dramática e penosa, quanto é certo que, não raro, ela é aceite pelo falante-emigrante que tende a autodespojar-se de um idioma que lhe aparece como derradeira resistência à integração plena na nova comunidade. Falar com correcção a Língua de acolhimento é, então, de certa forma, reconhecer a superioridade de outra nacionalidade e, mais do que isso, abdicar de uma identidade laboriosamente constituída desde a aquisição do idioma materno.

Não se procura aqui, como é evidente, encontrar soluções para problemas em aberto ou em vias de equacionamento, por força da instabilidade de fenómenos em desenvolvimento acelerado. Realce-se, dentre esses fenómenos, justamente pelas repercussões linguísticas e culturais que suscita, o extraordinário incremento das telecomunicações, particularmente o da televisão via satélite. O que daqui vai resultando é, consabidamente, uma reformulação de atitudes e conceitos, a começar pelo próprio conceito de Cultura, que hoje se orienta num sentido diverso daquele que pelo Humanismo nos foi legado; por isso, um estudioso das questões da informação e da comunicação com a projecção de Abraham Moles propôs o conceito de **cultura-mosaico**, como Cultura que chega a transcender o arbítrio do indivíduo: a «nossa cultura», escreve Abraham Moles, «não mais nos é dada por uma actividade orientada da nossa personalidade, continuando o impulso da nossa educação, mas por um fluxo contínuo de itens granulares, mais ou menos aglomerados pelo funcionamento geral da actividade cultural, proveniente essencialmente, não de um **esforço** de conhecimentos articulados, contraditórios com a própria essência da vida da era tecnológica, mas de uma **contribuição** permanente do meio exterior a nós sob todos os aspectos». E conclui: «Daí a importância que assume, para o estudo do ciclo da criação intelectual, todo o sistema de meios de comunicação de massa: é através dele que se desenham os circuitos da cultura» (Moles, 1974: 93).

Num tempo em que é cada vez mais trivial a aquisição de tecnologias e equipamentos já de si sedutores, que são os que permitem o acesso imediato à imagem e à palavra que do exterior nos chegam, a Língua portuguesa enfrenta novos desafios que hão-de ser encarados com a serenidade provinda da certeza de que, com imaginação e perseverança, eles serão vencidos. Adoptemos, para tanto, a sabedoria oriental que nos ensina que a luta se vence quando, em vez

de contrariarmos a força do adversário, sabemos aproveitar em nosso favor o seu impulso.

E acreditemos também que, seja como for, sempre sobrevive a palavra, porque é ela que é capaz de tudo dizer, mesmo quando nela muito se cala e pouco se sugere. Aquele pouco que só o poeta pode enunciar, porque, mais do que ninguém, ele confia em que «serão palavras» e apenas palavras o que sempre diremos, e que de nós depende serem elas túmidas de cor ou escassas de sentido:

Diremos prado bosque  
primavera,  
e tudo o que dissermos  
é só para dizermos  
que fomos jovens.

Diremos mãe amor  
um barco,  
e só diremos  
que nada há  
para levar ao coração.

Diremos terra mar  
ou madressilva,  
mas sem música no sangue  
serão palavras só,  
e só palavras, o que diremos.

(Eugénio de Andrade)

## Referências bibliográficas

- BACHTIN, M. (1979) — *Estetica e romanzo*, 2.<sup>a</sup> ed., Torino, Einaudi.
- CAMPOS, A. de (ed.) (1921) — *Paladinos da linguagem*, Paris/ Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand.
- CARVALHO, H. de (1983) — *Teoria da Linguagem*, 6.<sup>a</sup> ed., Coimbra, Atlântida, vol. I.
- CARVALHO, H. de (1984) — *Teoria da Linguagem*, 4.<sup>a</sup> reimp., Coimbra, Atlântida, vol. II.
- CARVALHO, H. de (1987) — «A língua portuguesa hoje» (mesa redonda), *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 7, 5.<sup>a</sup> série, pp. 167-183.
- FERREIRA, M. (1987) — «Numa perspectiva sociocultural. Que futuro para a língua portuguesa em África?», in *Actas do Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa, ICALP, vol. II.
- MOLES, A. (1974) — *Sociodinâmica da cultura*, São Paulo, Perspectiva.
- PAGLIARO, A. (1983) — *A vida do sinal*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- PINTO, F. M. (1979) — *A Peregrinação*; apres. crítica, selecção, resumos, glossário e sugestões para análise literária de J. D. Pinto Correia; Lisboa, Ed. Comunicação.
- PONZIO, A. (1974) — *Filosofia del linguaggio e prassi sociale*, Lecce, Milella.
- QUEIRÓS, E. de (1965) — *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*, Porto, Lello.
- QUEIRÓS, E. de (s/d.) — *A correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Livros do Brasil.
- RESWEBER, J.-P. (1979) — *O pensamento de Martin Heidegger*, Coimbra, Almedina.
- SCHAFF, A. (1974) — *Linguagem e conhecimento*, Coimbra, Liv. Almedina.
- SENA, J. de (1977) — «Académico», in J. José Cochofel (ed.), *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, pp. 21-23.

TEYSSIER, P. (1985) — «Lição final», in *Actas do Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa, ICALP.

WITTGENSTEIN, L. (1981) — *Tractatus logico-philosophicus*, 5.<sup>a</sup> ed., Madrid, Alianza.

## Vernaculidade. Ontem e hoje

A «modéstia» de uma jornalista frustrou, há tempos, um debate que prometia algum interesse: o das virtudes e malefícios da vernaculidade.

Resumidamente, o episódio. Numa recensão de *Razões de coração*, romance recente de Álvaro Guerra, Fátima Maldonado vê no livro um encaixar de pastiches de Oitocentos (sobretudo de Camilo), concluindo: «Assim se perdem várias ideias boas trocadas pelo gáudio perverso de escrever em vernáculo» (Maldonado, 1991). Guerra, num gesto inabitual em autores recenseados, responde por carta à redacção, aí prometendo utilizar «uma vez mais a boa escrita que me apraz cultivar, recuperando algum vocabulário sólido pouco utilizado por muitos dos reputados escribas contemporâneos». Tal «recuperação do vocabulário oitocentista», afirma, só poderá incomodar a quem preza, em literatura, «os modismos ditados por uns grupelhos de má-língua e caprichos que pouco se ralam com a qualidade, renovação e diversidade da escrita» (Maldonado, 1991a).

Estava-se, não há que duvidar, no coração de várias questões importantes. Fátima Maldonado tinha à mão um interlocutor interessante e um tema com futuro. A resposta da jornalista é uma retirada: «Álvaro Guerra lá vai desempenhando o seu papel de autor convencido. Eu, apenas jornalista, vou cumprindo modestamente o meu». Assim se perdem as boas ocasiões.

Se há na literatura um domínio que mereça reunir atenções, ele é o da **língua literária**. Qualquer outro estudo — seja o das relações da literatura com o real, ou o da representação do indivíduo na obra literária, ou o das influências entre literatura e mentalidade —, qualquer deles é devedor, em grau elevado, a ciências exteriores ao texto escrito. Interno ao texto é apenas o estudo da sua linguagem.

---

Fernando Venâncio é professor de Língua e Cultura Portuguesa na Universidade de Amsterdão. Cronista e autor de diversos trabalhos sobre temas linguísticos, está a preparar uma dissertação de doutoramento sobre a língua literária portuguesa.

A esta última noção, importa reconhecer-lhe uma acepção lata. Assim, a linguagem do texto literário não se reduz, nem de longe, ao léxico. Nesse sentido, é notável quanto divergem a visão de Maldonado, que faz finca-pé no boleio vernáculo da frase de Guerra, e a deste, atido como está à recuperação de «um vocabulário». É um desajeitado diálogo, onde, ainda assim, Fátima Maldonado é, de começo, o melhor ouvinte.

### Uma vernaculidade de hoje

A língua escrita não é, nos nossos dias, objecto de atenção sistemática. Sem dúvida: a maioria dos textos que hoje se produzem demonstra algum gosto ou, pelo menos, um mínimo de tacto. Mas essa linguagem, essas formas de expressão, raramente recebem comentário. Isto pode, é certo, estimular a busca de formas novas, ao não sopesá-las obsessivamente. Mas não é menos verdade que uma ausência de meios de aferição pode, ela própria, desalentar as buscas.

Como dar a ver o que seja, em termos de hoje, um texto autenticamente conseguido? Tentemos uma caracterização, com recurso a um exemplo. Seja esta anotação do *Diário XIII* de Miguel Torga, a 10 de Maio de 1982.

Sem dúvida que lutei sempre contra a opressão, que a contestei de todas as maneiras que pude, e que nunca será justo falar de certos autores deste tempo sem aludir à sua acção resistente. Mas, reduzi-los a isso, é uma homenagem absurda aos tiranos. É, no fundo, render-lhes um preito que não estava no espírito de nenhum dos rebeldes. Muito pelo contrário. Todos sabiam até que ponto, para sobreviver, a imagem dos déspotas necessita do seu próprio contraste e que, portanto, referi-los, ou mesmo subentendê-los, é já um serviço à sua memória. No meu caso particular, de tal modo lhes quero apagado o perfil que, quando um poeta lírico me faz esquecer a sua existência, é que dou graças a Deus por haver poetas.

Se bem a compreendemos, a vernaculidade caracteriza-se pela **robustez sintáctica** e pela **propriedade vocabular**. Trata-se de duas, digamos, coordenadas, de que importa tirar o melhor partido. Este aliará sempre um máximo de transparência a um máximo de solidez.

Que acontece no texto de Torga? Nele se observa uma cerrada progressão do pensamento, por sobre uma sintaxe consistente e límpida. Esta começa por assentar nalguns pilares destacados: «Sem dúvida que», «Mas», «no fundo», «Muito pelo contrário». Vem, em seguida, a severa sequência «(...) que, **por-**

**tanto** referi-los, **ou mesmo** subentendê-los, é **já** um serviço (...). E é duma não menos sapiente coesão que a ironia do período final tira relevo.

E o léxico? Quase não se afasta, ele, de uma linguagem cuidada, mas comum. E quando acede a níveis cultos, é com a cobertura da redundância: «preito» só surge depois de «homenagem», «déspotas» só depois de «tiranos». Podia servir de receita. É, em todo o caso, uma demonstração de elegância.

Há, assim, neste texto de Torga, uma arquitectura sintáctica e um teor lexical que resultam na maior propriedade e na maior transparência. Não existe um lugar de sombra, uma minúscula frouxidão. Mais ainda, e é isso que torna este trecho notável, e exemplar: do princípio ao fim, há, sistemático, um cuidado em aumentar o interesse da leitura. Repare-se, é um exemplo, num hábil contraste dos tempos verbais («lutei», «nunca será»; «sabiam», «necessita»), estratagema chão e proveitoso, também comum na prosa de Saramago. Com esse e outros estímulos, camuflados e sobretudo simples, a curva do interesse sobe, sem uma quebra, até à dádiva final da ironia.

### Uma duvidosa riqueza

«Escrever bem», poderia concluir-se, pede a exploração — exigente, equilibrada e inventiva — de meios singelos de sintaxe e de vocabulário.

A «riqueza» lexical não passa, possivelmente, duma falácia. E o facto é que a obsessão num léxico opulento é, quase sempre, má conselheira. É ela que torna fastidioso o vernaculismo de Tomás de Figueiredo, é ela a ratoeira em que quase se perde Aquilino. Salva-o, a este, o humor — aquilo que, em última instância, salva também sempre a literatura.

Uma «recuperação» do léxico esquecido é, pois, empresa de duvidosa vantagem. Não se recupera o que é ininteligível, não se subtrai ao esquecimento o que só à custa de dicionário se aprecia. Neste terreno, tudo o que poderá conseguir-se é, ao cultivar alguns termos mais frágeis, adiar para eles o dia do extermínio.

A «recuperação» sintáctica, também ela se transforma rapidamente em armadilha. Vejamos um exemplo venerando e claro.

Numa «Introdução» a uma recolha de poemas hoje esquecida (*Harmónias da natureza*, de J. S. da Silva Ferraz), Camilo Castelo Branco compõe esta primeira frase: «Darei a minha opinião sobre esse livro, que o leitor vai chamar ao tribunal da sua». Uma primeira leitura será, frequentemente, improfícua. O êxito dela depende, com efeito, do sucesso duma operação

arriscada: o reconhecimento imediato de «opinião» como antecedente do pronome final «sua». Estamos em 1852, Camilo sente ainda a necessidade de requintada estilização sintáctica.

Anos antes, António Feliciano de Castilho vivera, também ele, um período de agudo vernaculismo sintáctico. Sirva para exemplificá-lo uma passagem do prólogo à tradução do poema francês «Amélia», de 1836. O ensaísta defende que o mal que foi causado ao idioma por deficientes traduções do francês pode ser compensado por boas traduções do latim. É que o efeito corruptor do francês é tão óbvio como o efeito benéfico do latim. Isto, exprime-o Castilho do seguinte modo:

Direi que, porquanto foram traduções as que já nos arruinaram, a traduções cabe reparar o destruído. E certo que o mal que nos as francesas por sua natureza hão feito, o podem pela sua mui bem vingar as latinas.

É um texto praticamente ilegível. Castilho realiza aí o programa que propôs: aproximar a sintaxe portuguesa da latina e afastá-la da francesa. Na sua perspectiva, conseguir uma coisa era conseguir a outra. Assim, a ductibilidade da sintaxe latina deveria constituir antídoto à suposta fixidez da francesa. Que isso reduzisse a transparência da frase portuguesa não parecia, nesse momento, preocupar grandemente o autor.

O empenho de Castilho e de Camilo em enriquecer a sintaxe do idioma levou-os (felizmente, a estes dois, de modo transitório) àquele exagero. Não faltaram os contemporâneos a ver aí altos conseguimentos, e os próprios reticentes eram cautelosos. O cultivo da vernaculidade, como toda a «performance», impõe sempre algum respeito. As reservas que se fizeram, sobretudo a Camilo, tinham por quase único objecto a ressurreição de arcaísmos, nem sempre considerada feliz. Vê-lo-emos adiante.

### **A língua na ordem do dia**

A meados de Oitocentos, a vernaculidade e temas afins estavam na ordem do dia. Não faltavam, é certo, as intervenções picuinhas, os snobismos e o excesso de zelo. Mas a atitude generalizada era a de uma exigência de qualidade.

Vivia-se, então, uma época privilegiada. As confrontações políticas haviam tornado normais as discussões de ideias. A imprensa era livre e, mais, tinha descoberto a sua vocação de terreno para o debate de opiniões.

António Pedro Lopes de Mendonça, jovem crítico e o mais famoso colunista do seu tempo, escrevia em 1846, no jornal *A Revolução de Setembro*: «A mocidade prepara-se para uma grande luta, luta gloriosa, em que o conflito das doutrinas se deve afastar da discussão das pessoas. E é deste modo que entendemos a liberdade do pensamento, a tolerância das opiniões».

(Um século e meio mais tarde, a «grande luta» talvez esteja ainda longe de ter chegado ao fim. No dizer de Luís Filipe Barreto, «Em Portugal, a quase ausência de uma tradição cultural de pluralidade, de controvérsia e de tolerância faz com que todo e qualquer debate de ideias e de ideais seja interpretado como um conflito pessoal, um problema de bom ou de mau feitio (...)» (Barreto, 1991)).

Noutra crónica, Lopes de Mendonça indicava como primeira tarefa do jornalismo cultural «acostumar o povo à leitura, e corrigi-lo dos seus defeitos, sem que o pressinta», «criar-lhe o gosto de ler e de pensar». Pode parecer-nos, hoje, desígnio vagamente paternalista. Nesse tempo, dava sentido a uma vida.

Daí a atenção que a imprensa mais consciente, querendo-se exemplo, prestava à expressão verbal. Nessa exigência, marchava à frente *O Panorama*, a melhor revista da época, fundada por Alexandre Herculano em 1837. Escrevia ele aí, em 1842: «Sempre foi necessário, e ainda mais o é hoje que o tacto literário está mui apurado, escrever não só correcta mas elegantemente».

Era, com efeito, como afirmava Lopes de Mendonça em 1846, «um jornal para estudar a língua». Nesse mesmo ano, Rebelo da Silva, um dos sucessores de Herculano, consideraria *O Panorama* «bom e legitimamente português, na direcção, no carácter, na linguagem». Mais tarde ainda, haveria de chamar-lhe, a esse «admirável instrumento de iniciação intelectual», um aperfeiçoador do idioma.

Eram tempos de «ressurreição literária», como então se dizia. A produção escrita aumentara de modo espectacular. Não eram a isso alheias as oportunidades que a imprensa oferecia aos autores, sobretudo jovens. Nisto dava exemplo o segundo mais conceituado periódico cultural, a *Revista Universal Lisbonense*, fundada por António Feliciano de Castilho em 1841. Também este periódico se esmerava. Ao deixar a direcção, podia Castilho escrever: «A linguagem (...) diligenciámos que fosse pura nas palavras, frases e contextura delas».

## Escrever bem

Exigir, criticar era, pois, de regra. E começava-se, o mais das vezes, pelo exterior: a forma escrita.

Em tal contexto, a escrita que por livros e periódicos se fazia era seguida com mil olhos. Toda a escrita era, efectivamente, «literária». «Literárias» se chamou então a publicações que hoje diríamos «culturais». Facto não menos curioso: o conceito de «língua literária» é estranho à época. Ele só aparece tardiamente, por volta de 1870. Em meados do século, teria funcionado como pleonasma. Com efeito, toda a língua que fosse objecto de algum cuidado transformava-se, por isso mesmo, em «literária».

Escrever só se concebia, assim, como **escrever bem**. Gabriel de Sousa Coutinho, clérigo de Braga, di-lo incisivamente, em 1857: «Ninguém é obrigado a escrever, mas, por isso mesmo, quando qualquer o faça, deve pôr todo o cuidado em escrever com perfeição». Porque, assim raciocina ele, se as línguas atingiram, graças a esforços continuados por séculos, um «estado de perfeição» (e a portuguesa é «uma das mais perfeitas e acabadas»), é dever de quem as utiliza fazê-lo ao mais elevado nível. O autor lamenta, pois, a ausência de um «método de escrever bem». Em princípios de 1866, Castilho sugerirá, instantemente, em cartas de Camilo, que este escreva um.

Critério primeiro da boa escrita é considerada a propriedade dos termos. Por ela se afere «o verdadeiro talento de bem falar e escrever», afirma um anónimo na *Crónica Literária* de Coimbra, em 1840. E acrescenta: «É uma estranha e desarrazoada empresa escrever em linguagem que os nossos concidadãos não entendem com facilidade ou não entendem de todo». Há quem suponha a propriedade decorrente da regulamentação feita, duma vez por todas, pelos clássicos da língua. Um termo significaria, assim, o que um clássico um dia o fez significar. É uma concepção estática, que nem todos partilham. Heliodoro Rivara, publicista de Évora, acredita na subordinação da propriedade a uma actividade criadora. Diz ele, num estudo de 1842: «O escritor imaginoso, fecundo, conhecedor dos segredos da sua linguagem, dispõe desta a seu bel-prazer; as palavras que em outra boca pareceriam impróprias saem da sua com a força ou com a graça conveniente».

A exigência de escrever bem tudo quanto se escreve visa particularmente as obras de estudo. Com efeito, são elas, muitas vezes, as únicas que o adolescente lê.

Gabriel Coutinho, para a ele voltarmos, é sucinto: «Todo o livro deve ser escrito em boa linguagem». Por isso, o minorista dedica um estudo de duas centenas de páginas a uma «Análise crítica» de dois compêndios de Filosofia

adoptados no liceu de Braga. Ele não está só. Caetano Teixeira Coelho, autor dum longo e árido «Lance de olhos sobre a língua», de 1861, louva um jurista, Coelho da Rocha, como «patriarca e molde dos compêndios», pela linguagem empregada. E Antero, em artigo de 1873 em que comenta a *Teoria do Socialismo* de Oliveira Martins, aconselha-o a «arejar» um pouco o estilo nas suas exposições de princípios, visto que «o estilo nas obras não literárias, e até nas de ciência pura, não deve ser considerado como coisa acessória e secundária».

### **A perplexidade de Castilho**

O mais marcante exemplo de intervenção crítica no terreno da língua literária dá-o António Feliciano de Castilho. Em prefácios, ensaios, artigos avulsos (frequentemente na sua *Revista Universal*), insiste na necessidade de cuidar a expressão. Orientar outros nesse domínio constituirá, para ele, uma missão para a vida inteira. E se uma certa superficialidade ou um menos desperto discernimento o levaram, por vezes, a apontar excelências em obras insensatas, quase sempre Castilho se haveria de mostrar um leitor atento, desembaraçado e criterioso.

Na sua doutrinação, uma vez feita a exposição algo patética dos gravames, sempre Castilho passa à proposição de medidas, umas mais realistas que outras, mas invariavelmente claras. Ora aponta a necessidade de reeditar livros antigos ainda julgados prestadios, ora incentiva à publicação de um dicionário de qualidade, ao investimento em obras teatrais, ou, como já vimos, à tradução cuidada de autores romanos. Exceptuada a actividade lexicográfica, que nunca o aliciou suficientemente, Castilho pôs em execução, em quarenta anos de actividade crítica, os programas que alvitrou.

Mas a época era fraca em definições. Mesmo para uma noção tão central como a de «vernaculidade», o poder de intuição ainda era de muita valia. Tanto que, no fim da vida, Castilho dá conta, a esse respeito, de bastante perplexidade. Numa carta de 1868 ao irmão José, há muito fixado no Brasil, escrevia:

Isto de vernaculidade é uma coisa muito vaga, muito subtil e muito complexa; e, de mais a mais, essencialmente cambiante. (...) Regras fixas e invariáveis para uma coisa de seu natural progressiva e incalculável, (...) decerto que as não pode haver, salvo a meia dúzia de princípios de rigorosa gramática; por outra: de bom senso universal. No demais, o tempo transforma de contínuo o bom em mau e o mau em bom.

Seria lógico que, alcançada essa visão de uma radical relatividade, Castilho advogasse uma prática dinâmica, liberta de qualquer estorvo. Mas, como fará sempre, o ensaísta recua perante o vazio. Referências salvadoras, continuarão a sê-las o passado e um certo sentido telúrico. «Ser vernáculo», diz ainda na carta ao irmão, «é (se não me engano) expressarmo-nos do modo que mais se aconchegue com a consciência e ciência da nossa gente, com o jeito que mais e melhor recorde, sem violentas afectações, o falar dos nossos maiores. (...) Conquanto se não possa descrever à justa o que é a vernaculidade, sente-se todavia que ela existe, que tem o dom de comprazer».

Perto dos 70 anos, após três decénios de labor doutrinário, Castilho experimenta, pois, alguma confusão na manejo da noção de vernaculidade. E não nos enganemos sobre o estatuto dessa correspondência, em princípio, particular. Nada do que o doutrinador afirmasse era arbitrário, sobretudo em relações com o irmão José, capaz, como este era, de se apropriar de quanto António escrevesse.

Pela mesma época, em carta a Júlio Dinis, pedirá Castilho que o romanista se esforce por «se aconchegar cada vez mais com a vernaculidade desta nossa tão bem dotada língua e que, por isso mesmo, tanto merece ter em V. Exa. um seu futuro clássico dos maiores quilates». Por outras palavras: a sobrevivência literária de Júlio Dinis dependerá da sua conformação a feições comprovadas. Ora, só se sobrevive quando se produz algo de radicalmente novo. Isso também Castilho o sabe. O que ele não sabe, ou não lhe convém esclarecer, é em que consiste uma contribuição nova. Defini-lo exigiria algum à-vontade com conceitos **dinâmicos**. Não é esse o seu forte, como também não é o forte da sua época.

### A ressurreição vocabular

Vimos a que excessos a recuperação sintáctica podia inspirar autores como Camilo ou Castilho. Também a ânsia, particularmente de Camilo, de recuperar vocabulário arcaizante, ou mesmo desusado, fez diminuir, bastantes vezes, o sentido das proporções. E os contemporâneos estavam atentos.

Esclarecedor exemplo nos é dado por Manuel Pinheiro Chagas, no estudo «Poetas e prosadores», que publicou no *Panorama* em 1868. Louva ele em Camilo o portuguêsismo da frase, mas lamenta o exagero que o «pintor» põe nas tintas em que desejava «colocar os cambiantes mais suaves e o colorido mais fino». E transcreve um passo de *A Bruxa de Monte Córdova*, que contém o retrato da protagonista. Leia-se-o, mais o comentário que Chagas faz.

Alta, reforçada, nálgas e espáduas boleadas, breve cintura separando os tumentes seios das ancas maciças e rotundas, cabelos em ondas lustrosas de azeviche, as sobrançelhas cerradas e indistintas, olhos pestanudos e piscos, dentes de imaculado esmalte, o beijo superior orlado de um debrum penugento, e o inferior carnoso, cor de cravelina. A tez sobre o moreno, com sua zona rosada em cada face. A forma do rosto oblonga, testa escantuda, barba tirante a redonda e fendida a meio levemente no lóbulo.

Eu não sei se este debuxo dá a perceber os mais donairosos, engraçados e louções dezassete anos de rapariga do concelho de Cabeceiras de Basto.

E Chagas: «Dá talvez, mas é à quinta leitura, depois de se ter vencido a repugnância instintiva que nos inspiram os **debruns penugentos**, e de nos termos rodeado pelo menos de meia dúzia de dicionários».

Anos antes, num dos *Ensaíos críticos*, ainda Pinheiro Chagas se felicitava por a linguagem do escritor se vir desprendendo «de certas fezes arcaicas que a desfiguravam outrora». Houvera aí, pois, alguma precipitação.

Vamos assistir, nesse final da década de 60 e começos da seguinte, a um multiplicar de críticas às audácias lexicais de Camilo.

Em 1868, o jovem crítico José Simões Dias, exprimia claros receios. Escrevia ele, no periódico *A Folha*, a propósito dos mais recentes livros de Camilo: «O estilo cada vez é mais valente, o estudo social mais profundo. Se houvéssemos de fazer algum reparo, era a respeito do excesso de classicismo. Receamos, e com bons fundamentos, que o Sr. Camilo Castelo Branco, impellido pelo amor da vernaculidade, venha a cair no arcaísmo bisonho e naquela desafinada melopeia dos gongoristas».

Pela mesma altura, o crítico Luciano Cordeiro considera que as coisas se vêm efectivamente agravando. No seu primeiro *Livro de crítica*, lê-se: «O estilo de Camilo, geralmente fluente, agradável e humoristicamente conceituoso, apresenta nos últimos tempos entroviscosamentos amiudados pela imixão do arcaísmo». E no *Segundo livro de crítica* insiste, deplorando que surja «aqui e ali o arcaísmo a impor-se com pretensões de purismo severo».

Outro contemporâneo, Ricardo Guimarães, Visconde de Benalcanfor e amigo de Camilo, afirma que, não obstante «a riqueza imensa de locuções e de frases vernáculas» que se acha nos livros do romancista, preferiria Camilo «muito mais sóbrio». E acrescenta: «As frases são tão esmeradamente bruniadas, tão laboriosamente torneadas e os termos tão desusados, que o romance chega a esquecer-nos por momentos, para só nos lembrarmos dos arcaísmos e da afectação das palavras antiquadas».

E Camilo, ele próprio? Numa carta de 1871, a José Vieira de Castro, seu biógrafo agora encarcerado, faz-lhe observações sobre a impropriedade de

certos vocábulos, para ajuntar: «Olha que estes reparos são caturrices que já ninguém faz senão eu por amor a uma pieguice chamada vernaculidade que ainda há-de fazer que ninguém me leia».

### A opinião dos técnicos

Já em 1835 o publicista coimbrão João Pedro Ribeiro afirmava, num memorandum sobre critérios a adoptar na confecção de um dicionário da língua, que «o uso actual da palavra basta para a autorizar». Era uma asserção ousada. Até então, os valores conferidos pelos quinhentistas e seiscentistas a um vocábulo eram decisivos. O nosso já citado Gabriel Coutinho dá, também ele, exemplo de destemor:

Palavras e frases há que, conquanto autorizadas pelos autores de melhor nome, caíram, como obsoletas, em completo desuso. Outras há que o uso, mestre supremo nestas matérias, introduziu duma maneira irrevogável, apesar de estranhas. (...) Opor-se à onnipotência do uso, consagrado por homens ilustrados, é uma pretensão ridícula e pedantesca.

Mas o elemento desusado, deverá ele obter nova oportunidade? Será a recuperação do vocabulário, como deseja hoje Álvaro Guerra, coisa que mereça diligência? O anónimo da *Crónica Literária* adopta uma posição matizada: sim às palavras antigas, mas com critério. Receberá de braços abertos aquelas que se revelem «expressivas, harmónicas, bem soantes, e talvez necessárias», mas repudia quantas forem «ásperas, grosseiras, cacofónicas ou indecentes».

Esta última preocupação tinha sentido. Com efeito, à época, o entusiasmo por tudo quanto fosse ou parecesse medieval, portanto autêntico, «nosso», levava a excessos generalizados. É conhecida a tirada de Almeida Garrett, nas *Viagens na minha terra*, sobre o modo como «nós hoje em dia fazemos a nossa literatura». Estava-se, então, em meados de 40. Indicada a receita habitual de efabulação e recorte das personagens, lembra Garrett: «Depois vai-se às crónicas, tiram-se uns poucos de nomes e de palavrões velhos; com os nomes crismam-se os figurões, com os palavrões **iluminam-se** (...)».

A questão de reintrodução de termos desusados ocupou numerosos autores na época. Alguns contemporizam, outros não se deixam entusiasmar. Entre estes, João Pedro Ribeiro: «O uso, que desprezou [esses vocábulos], mostra bem que eles eram desnecessários». E Garrett, na segunda edição do

seu poema *D. Branca*, limpa-o de «muitas voltas de arcaísmo forçado», em moda no tempo em que o compusera.

Para tratamento mais «técnico» do tema há que esperar o «Relatório» que a Academia das Ciências produz, em 1870, sobre a publicação dum Dicionário, e de que foi redactor Latino Coelho. Na opinião deste, tal obra deve incluir os vocábulos que permitam o estudo dos «antigos documentos da literatura nacional», mesmo quando excluídos hoje do «idioma vulgar ou literário». Um jovem (e rebelde) linguista, Adolfo Coelho, num estudo «Sobre língua portuguesa», considera, por essa altura, que há palavras, um dia dadas por antiquadas, que

estão ainda hoje em uso, o que prova ou que elas, desusadas na linguagem literária, permaneciam na boca do povo, que as transmitiu até uma época posterior, em que a linguagem literária de novo as adoptou (...); ou que alguns escritores as foram desenterrar nos antigos escritos e chamá-las de novo à vida.

Estes dois testemunhos parecem sugerir que os técnicos do idioma se iam orientando para opções revitalizadoras do léxico. Agiam, assim, em direcção oposta à dos críticos literários. Estes mediam — era seu ofício — as consequências de uma recuperação demasiado entusiástica dum vocabulário perdido.

### Uma escrita conseguida

Preocupações com a **vernaculidade**, a **recuperação lexical**, a **propriedade**, o «**escrever bem**», não fazem hoje parte apreciável do quotidiano da língua. Se algum vigor elas mostram, é sob a forma de questões pontuais, a tratar em «consultórios linguísticos». Mantê-los, a estes, como têm feito Edite Estrela, Carmo Vaz e António Freire, é um serviço da maior valia — sobretudo quando, como no caso de Carmo Vaz, à paixão pelos temas se junta uma sábia capacidade de relativação.

Mas o definir de problemas de fundo e de correspondentes medidas (eficazes e, de preferência, discretas) não ocupa particularmente a nossa época. Algumas iniciativas, como o seminário, em 1989, sobre «A Língua Portuguesa e a Comunicação Social», sendo estimáveis, mais denunciam ainda a ausência da estrutura em que se apoiassem. Dificuldades como a do financiamento do projecto «Corpus de Referência do Português Contemporâ-

neo» do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa dão fé da mesma precaridade.

Um factor que leva, também ele, a uma diminuição do estímulo, já o apontámos, é a escassez de critérios explícitos para definir um «conseguinte» na escrita. A fim de que eles se desenvolvessem, e à semelhança do que há um século entre nós se fazia, convinha pôr mais frequentemente em realce aquilo que num texto parecesse merecer aplauso. Mas isso não dispensa alguma circunspecção. O seguinte caso de apreciação serve para ilustrá-lo.

Um trecho incharacterístico, exemplo acabado de desmazelo mental, é saudado como modelar. O trecho é este: «Na *Poética* Aristóteles caracteriza a diferença entre epopeia e tragédia dizendo que, ao contrário desta, aquela é narrativa, isto é, difere quanto ao modo de imitar as acções».

Assim se inicia uma «Introdução», da qual um recensista, Rui Rocha, (Rocha, 1991), afirma:

O que mais surpreende (...) é a qualidade, excelente, num texto bem escrito, num tecido de ideias seguras, bem articuladas. (...) Assim se introduz um ensaio sólido.

Observemos mais de perto o período citado, já que na nossa ensaística ocorrem, com alguma frequência, inabilidades como as que ele rematadamente ilustra.

O que Aristóteles seguramente não faz é caracterizar uma «diferença». Fá-lo-ia se a desse como adequada, ou improcedente, ou especiosa. O que temos no nosso texto é um anacoluto, um caso típico de hibridismo sintáctico (duas afirmações «imbricadas»), aqui, evidentemente, sem o álbi da oralidade ou da exploração estilística. O que o filósofo, supostamente, caracteriza é, pois, «epopeia» e «tragédia». Como o terá feito, não se no-lo diz. Ficamos a saber, e mesmo assim só à força de concentração, que a epopeia é «narrativa», e a tragédia não é. Narrativa? Será substantivo, será adjectivo? Pretendendo-se esclarecedor (com um «Isto é»), o que se segue completa a confusão. Nesse «difere quanto ao modo de imitar as acções», não deveria ler-se, antes, «diferem»? E que será «imitar» as acções? Reflecti-las, transpô-las? O termo pode ser tecnicamente adequado, mas claro não é.

Tentemos reconstituir o pensamento do autor recenseado. O texto seria, idealmente, este: «Na *Poética*, Aristóteles caracteriza 'epopeia' e 'tragédia', dizendo que, ao contrário desta, a epopeia é uma narrativa. Isto é, elas diferem no modo de reflectir as acções». Não é o sumo da excelência, mas percebe-se sem esforço de maior.

Criticar, louvar, são coisas que seria bom reaprendermos. Mas elas só têm sentido quando formos exigentes em toda a linha.

### **Uma referência de qualidade**

A nossa linguagem actual ganhará em ser, como se fez há um século, o centro das atenções. A formulação de critérios explícitos de qualidade poderia ser útil. E, certamente, levaria a dispensar operações de fortalecimento, sintácticas ou vocabulares, 'por generosas que se apresentassem. Um comportamento linguístico exigente, equilibrado e inventivo poderá bastar.

As tentativas voluntariosas de influir sobre o idioma, quer pela reintrodução de termos obsoletos quer pela complexificação da sintaxe, tem reduzidas probabilidades de êxito. O exemplo de Oitocentos põe suficientemente em evidência a falibilidade das boas intenções. É pela exploração das actuais virtualidades do idioma que o enriquecimento deverá fazer-se. A vernaculidade, noção positiva quando entendida em termos «moderados», poderá ser, assim, posta ao alcance de todos. Isso baste como «política» incentivadora.

Os nossos dias conhecem uma curiosa qualificação para um texto conseguido: chamamo-lo «camiliano». É um texto transparente, sóbrio, acrescentado aqui e ali dum frugal atractivo. A designação poderá, em termos estritos, ser inadequada. Não importa. Ela é-nos valiosa, mesmo se Camilo nem sempre foi camiliano. Importante é que, com ela, dispomos de uma **referência de qualidade**, de um modelo «realista» e perceptível.

## Referências bibliográficas (1835 - 1875)

- ANÓNIMO (1840) — «Desejos de um amigo da literatura portuguesa», in *Crónica Literária da Nova Academia Dramática*, Coimbra, vol. 1, pp. 253-259.
- BARRETO, Luís Filipe (1991) — «A condição da cultura portuguesa», in *O Jornal*, Lisboa, 3 de Maio.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1968) — «Carta a José Vieira de Castro [1871]», in *Correspondência epistolar*, 5.<sup>a</sup> ed., Lisboa.
- CASTILHO, António Feliciano de (1836) — *A Noite do Castelo e Ciúmes do Bardo*, Lisboa.
- CASTILHO, António Feliciano de (1844-1845) — «Despedida», in *Revista Universal Lisbonense*, vol. 4, p. 587.
- CASTILHO, Júlio de (1929) — «Carta a José Feliciano de Castilho, Abril de 1868», in *Memórias de Castilho*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra, vol. III.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro (1868) — *Ensaio Crítico*, Porto.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro (1866) — «Poetas e prosadores», in *O Panorama*, vol. 18.
- COELHO, Caetano Teixeira (1861-1862) — «Um lance de olhos pela língua», in *Tira-Teimas* (semanário), Coimbra.
- COELHO, F. Adolfo (1871) — «Sobre a língua portuguesa», Domingos Vieira, in *Grande Dicionário Português ou Tesouro da língua portuguesa*, Porto, vol. 1.
- COELHO, J. M. Latino (1870) — *Relatório da Comissão encarregada... do Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa.
- CORDEIRO, Luciano (1869) — *Livro de crítica. Arte e literatura de hoje*, Porto.
- CORDEIRO, Luciano (1871) — *Segundo livro de crítica. Arte e literatura portuguesa de hoje*, Porto.
- COSTA, João da (1924) — «Carta a Camilo Castelo Branco, 10-1-1866», in *Castilho e Camilo*, Coimbra.
- COUTINHO, Gabriel de Moura (1857) — *Análise crítica sobre os vícios de linguagem que se encontram nas duas cadernetas de Filosofia adoptadas no Liceu de Braga*, Braga.

- DIAS, José Simões (1868) — «Ano literário de 1868», in *A Folha. Microcosmo literário*, Coimbra, 4, p. 25-27.
- DINIS, Júlio (1918) — «Carta a Júlio Dinis, 15-7-1868», in *Inéditos e Dispersos*, Lisboa.
- FALCÃO, A. M. de (1840) — «Considerações sobre a língua portuguesa e seu estudo», in *Crónica Literária da Nova Academia Dramática*, vol. 1.
- GARRETT, Almeida (1848) — «Prólogo», *Dona Branca*, 2ª ed., Lisboa.
- GARRETT, Almeida (1954) — *Viagens na Minha Terra* [1846], Lisboa, Sá da Costa.
- GUIMARÃES, Ricardo (1874) — *Fantasia e escritores contemporâneos*, Porto-Braga.
- HERCULANO, Alexandre (1842) — Recensão de Francisco José Freire, «Reflexões sobre a língua portuguesa», in *O Panorama*, vol. 6, p. 264.
- MALDONADO, Fátima (1991a) — «Música no coração», in *Expresso*, Lisboa, 9 de Novembro.
- MALDONADO, Fátima (1991b) — «Carta à redacção», in *Expresso*, Lisboa, 30 de Novembro.
- MENDONÇA, A. P. Lopes de (1846) — «O jornalismo literário», in *A Revolução de Setembro*, 13-8-1846, «Revista literária. O Panorama», *ib.*, 24-9-1846.
- QUENTAL, Antero de (1982) — «Teoria do socialismo, por J. P. de Oliveira Martins» [1873], in *Prosas sócio-políticas*, org. Joel Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- RIBEIRO, João Pedro (1835) — *Reflexões filológicas*, Coimbra.
- RIVARA, J. Heliodoro da Cunha (1842) — Prefácio e Notas, Francisco José Freire, in *Reflexões sobre a língua portuguesa*, Lisboa.
- ROCHA, Rui (1991) — «Verdades e estórias», in *Expresso*, Lisboa, 7 de Dezembro.
- SILVA, L. A. Rebelo da (1846) — «Introdução», in *O Panorama*, vol. 9, p. 1.
- SILVA, L. A. Rebelo da (1857) — «Introdução», in *Anais das Ciências e Letras*, (também assinada A. P. Lopes de Mendonça), Lisboa, vol. 1, pp. V-VIII.



Cidade real  
Cidade imaginária  
na poesia  
de Álvaro de Campos

Sem ilusões, vivemos apenas do sonho, que é a  
ilusão de quem não pode ter ilusões.

(*Livro do Desassossego*)

I

Num dos fragmentos do *Livro do Desassossego*, Bernardo Soares, «ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa, escreve»:

Agora, à luz ampla e alta, a paisagem da cidade é como de um campo de casas — é natural, é extensa, é combinada. Mas, ainda **no ver d'isto tudo, poderei eu esquecer que existo? A minha consciência da cidade é, por dentro, a minha consciência de mim**» (Soares, 1982: 119, 123-124, subl. n/).

Esta indissociabilidade que o poeta diz existir entre a sua «consciência da cidade» e a consciência que tem de si próprio, parece-nos funcionar como

---

Ana Nascimento Piedade é assistente de Literatura Portuguesa da Universidade Aberta e autora de uma tese de mestrado intitulada *A questão estética em Mário de Sá-Carneiro* (Lisboa, 1988). Está a preparar um doutoramento sobre Eça de Queirós.

horizonte de compreensão, na procura da 'cidade real/cidade imaginária', através da poesia de Álvaro de Campos<sup>1</sup>.

Por outro lado, há a ter em conta quando este 'si próprio', é problemático. Ele mesmo o reconhece em carta a Mário de Sá-Carneiro (Soares, 1982: 29):

Poucas vezes tenho tão completamente escrito o meu psiquismo, com todas as suas atitudes sentimentais e intelectuais, com toda a sua histero-neurastenia fundamental, com todas aquelas intersecções e esquinas na consciência de si-próprio que dele são tão características.

De que cidade(s) nos fala então o poeta múltiplo?

Não só de Lisboa, cidade real onde se desenrolou a sua infância e praticamente toda a sua vida adulta e que é lugar simbólico de todo um passado insubstituível, mas de outras — as «grandes cidades», «todas as cidades do mundo» — sítios igualmente carregados de significações simbólicas, onde Álvaro de Campos, em 'pose' futurista, 'passeia' a sua imaginação.

## II

Começando por Lisboa, ela aparece servindo de cenário à infância do poeta e é pretexto para a evocação directa da harmonia e simplicidade da vivência infantil:

Suave, todo o passado — o que foi aqui de Lisboa — me surge ...  
O terceiro andar das tias, o sossêgo de outrora,  
Sossêgo de várias espécies,  
A infância sem o futuro pensado,  
O ruído aparentemente contínuo da máquina de costura delas,  
E tudo bom e a horas,  
De um bem e de um a-horas próprio, hoje morto (Campos, 1990: 349-350).

Recordar a infância é reencontrar aquela época mítica de tranquilidade e indiferenciação anterior à complexidade do presente, viver adulto que cons-

---

<sup>1</sup> É o próprio Fernando Pessoa a dizer que «há notáveis semelhanças entre Bernardo Soares e Álvaro de Campos». (cit. por Maria da Glória Padrão, «A Escrita do Desassossego», p. 27). Uma delas será certamente a preferência pela Cidade — e concretamente Lisboa — recorrente, tanto no *Livro do Desassossego* do primeiro como nas *Poesias* do segundo.

tantemente lhe actualiza a triste inevitabilidade desse paraíso perdido e o faz pensar-se «intervalo entre si e si mesmo»:

Lembro-me de repente de quando era creança e via (...) a manhã raiar sobre a cidade. (...) Via a manhã e tinha alegria; hoje vejo a manhã, e tenho alegria, e fico triste. A creança ficou mas emmudeceu. **Vejo como via, mas por traz dos olhos vejo-me vendo** (Soares, 1982: 119, 124, subl. n/).

Quanto mais consciência tem da dualidade que o habita, mais sente a angústia que esta ‘fractura’ provoca. Lisboa torna-se então lugar (imaginário) de reinvenção da mágoa, símbolo doloroso da distância e da saudade intensa «desse tempo, desse espaço, dessa realidade de completude feliz» em que poeta «(...) brincava na quinta e não sabia algebra, / Nem as outras algebras com X e Y’s de sentimento» (Campos, 1980: 267):

Ó mágoa revisitada, Lisboa de outr’ora de hoje!  
Nada me daes, nada me tiraes, nada sois que eu me sinta.

(...)

Outra vez te revejo,  
Cidade da minha infancia pavorosamente perdida ...

(...)

Outra vez te revejo,  
Com o coração mais longiquo, a alma menos minha (Campos, 1990: 185-194)

A cidade real, funciona assim sobretudo como mediador através do qual Álvaro de Campos expõe uma outra realidade — a da sua própria interioridade precária, instável e dividida entre um eu-sujeito que analisa e (se) interroga e um eu-objecto projectado para fora de si:

(...)

Cidade triste e alegre, outra vez sonho aqui ...

Eu? Mas sou eu o mesmo que aqui vivi, e aqui voltei,

E aqui tornei a voltar, e a voltar,

E aqui de novo tornei a voltar?

Ou somos, todos os Eu que estive aqui ou estiveram,

Uma série de contas-entes ligadas por um fio-memória,

Uma série de sonhos de mim de alguém de fóra de mim? (Campos, 1990: 194)

Os vestígios do mundo objectivo — «Lisboa e Tejo e tudo» — que ainda se mantêm presentes<sup>2</sup>, não significam qualquer identificação ou abandono lírico

---

<sup>2</sup> Referimo-nos aos poemas «Lisbon Revisited» de 1923 e especialmente aqui de 1926.

à paisagem citadina mas expressam, metaforicamente através do «espelho mágico», a experiência dispersiva e a penosa consciência que acompanha a desintegração de si mesmo. Mundo e eu fragmentam-se ao ponto de não ser possível distinguir «a fronteira em que a consciência se dilui no exterior ou em que o exterior é forma de consciência» (Padrão, 1977: 26):

Outra vez te revejo,  
Mas, ai, a mim não me revejo!  
Partiu-se o espelho magico em que me revia identico,  
E em cada fragmento fatidico vejo só um bocado de mim —  
Um bocado de ti e de mim! ... (Campos, 1990: 195).

O eu atomizado do poeta está ‘preso’ nesse «fragmento fatídico», impedido de realizar a totalidade de si próprio: «é um estilhaçar horizontal e vertical em que se abrem fendas entre sentir e pensar, o fora e o dentro, entre ontem e hoje, querer e fazer, entre ser e estar (...)» (Glockler, 1983: 164).

Por outro lado, «Estrangeiro aqui como em toda a parte», Álvaro de Campos não (se) identifica nem (se) situa (n)a sua cidade natal. O real lisboeta, embora aqui e ali surpreendido em fugazes pormenores quotidianos — desde o olhar matinal sobre o «macio Tejo ancestral e mudo», esperando a entrada dos «paquês que chegam cedo», ao «Accordar da cidade de Lisboa, mais tarde do que as outras» ou, do «toque de sino em Lisboa ha trinta annos, à noite de S. Carlos ha cinquenta» (Campos, 1990: 195, 185, 104, 319, 157) —, aparece sempre transfigurado naquilo que insistentemente preenche a alma do poeta: o ressurgir do passado da sua infância, «aquela felicidade que nunca mais tornará a ter», a «angústia sem leme» que sente, quando presente mais premente, a irreversibilidade do tempo desaparecido:

Era na velha casa socegada, ao pé do rio ...  
(As janelas do meu quarto, e as da casa de jantar tambem,  
Davam, por sobre umas casas baixas, para o rio proximo,  
Para o Tejo, este mesmo Tejo, mas noutro ponto, mais abaixo ...  
Se eu agora chegasse ás mesmas janelas não chegava ás mesmas janelas.  
Aquêlo tempo passou como o fumo dum vapôr no mar alto ...) (Campos, 1990: 100).

Não é assim Lisboa propriamente, que surge descrita na realidade inteira das suas ruas, praças e cafés, ou datada pelo facto ou acção exteriores, em que

Álvaro de Campos não chega quase a deter-se<sup>3</sup>. As suas deambulações pela cidade, são as de um «transeunte inútil», para quem o presente e o ausente, o real e o onírico, o actual e o passado se entrecruzam constantemente, são variações invariáveis em torno de um mesmo sonho que persiste em entreter, ideal distante de que não quer (pode?) abdicar:

Mas todo este tempo não estive a reparar para nada.  
Tudo isto foi uma impressão só da pele, como uma carícia.  
Todo este tempo não tirei os olhos do meu sonho longiquo,  
Da minha casa ao pé do rio,  
Da minha infancia ao pé do rio,  
Das janelas do meu quarto dando para o rio de noite,  
E a paz do luar esparso nas ágoas! ...  
Minha velha tia, que me amava por causa do filho que perdeu ...,  
Minha velha tia costumava adormecer me cantando me  
(se bem que eu fôsse já crescido de mais para isso) ...  
Lembro-me e as lágrimas cáem sobre o meu coração e lavam-o da vida, (...)

Ó meu passado de infancia, boneco que me partiram!

Não poder viajar para o passado, para aquela casa e aquela afeição,  
E ficar lá sempre, sempre criança e sempre contente! (Campos, 1990: 101).

O cenário sem cenário deste permanente «sonhar irrequieto» condiz com o poeta dos heterónimos: «Casual na vida como na alma, / Phantasma a errar em salas de recordações» (Campos, 1990: 195). Perdido em «meditações abstractas», a sua existência é predominantemente mental, decorre quase indiferente face à «realidade plausível», mantendo-se (protegida) no interior do personagem utópico e sonâmbulo que, onde quer que se encontre, Álvaro de Campos (se) representa: «Quer pela rua do Ouro acima pensando em tudo

---

<sup>3</sup> Bernardo Soares, mais liberto da contenção do verso, 'explica-se' (e a Álvaro de Campos):

«Com estas reflexões me consolo pois que me não posso consolar com a vida. E o symbolo funde-se-me com a realidade quando transeunte de corpo e alma por estas ruas baixas que vão dar ao Tejo — vejo os altos claros da cidade (...).»

«Debruço-me, de uma das janellas de sacada do escritório abandonado ao meio-dia, sobre a rua onde a minha distracção sente movimentos de gente nos olhos, e os não vê, da distância da meditação. (...) Os pormenores da rua parada onde muitos andam destacam-se-me com um afastamento mental (...). Isola-se-me o espírito de metade da matéria. Investigo com a imaginação» (Soares, 1982: 426, 167, 44, 45).

o que não é a rua do Ouro» ou, virando «todos os dias todas as esquinas de todas as ruas, / E sempre que estou pensando numa coisa, estou pensando noutra» (Campos, 1990: 119, 157).

O poeta não oferece um roteiro objectivo e detalhado da capital lisboeta. A Lisboa de Pessoa, (através da escrita de Campos ou Soares), relaciona-se directamente com o seu itinerário interior, mais do que com o velho centro da cidade — da Praça dos Restauradores até ao rio Tejo — que foi palco do seu percurso real de vida e de trabalho.

### III

O mundo da grande cidade é um elemento importante da atitude futurista que Álvaro de Campos — «engenheiro naval e poeta sensacionista», que «viajou muito pelo Oriente e pela Europa vivendo principalmente na Escócia» (Pessoa, s/d.: 411-414) — anuncia e representa.

A sua poesia está impregnada de temas que dizem este fascínio que a «bela brutalidade» das «cidades europeias» exerce: apoteose do movimento, da agitação, da velocidade, do dinamismo da vida moderna, celebração da luz e beleza artificiais, das multidões, dos mecanismos, do progresso.

A cidade, poetizada por «Álvaro-Futurista», aparece como espaço preferencial da coexistência vertiginosa de todos estes motivos e, simultaneamente, da realização do desejo: querer ser «toda a gente e toda a parte!» (Campos, 1990: 73), vontade de identificação com todos os projectos, lugares, tempos, pessoas e vidas ao mesmo tempo.

Numa grande marche aux flambeaux - todas - as - cidades - da - Europa,  
Numa grande marcha guerreira a industria e commercio e ocio,  
Numa grande corrida, numa grande subida, numa grande descida  
Estrondeando, pulando, e tudo pulando commigo, (...)

Horas europeias, produtoras, entaladas  
Entre maquinismos e afazêres úteis!  
Grandes cidades paradas nos cafés,  
Nos cafés — oásis de inutilidades ruidosas  
Onde se cristalisam e se precipitam  
Os rumores e os gestos do Útil  
E as rodas, e as rodas-dentadas e as chumacciras do Progressivo!

Nova Minerva sem alma dos cais e das gares!  
Novos entusiasmos de estatura do Momento!  
Quilhas de chapas de ferro sorrindo encostadas às docas,  
Ou a sêco, erguidas, nos planos-inclinados dos portos!  
Actividade internacional, transatlantica, *Canadian-Pacific!*  
Luzes e febris pêrdas de tempo nos bares, nos hoteis,  
Nos Longchamps e nos Derbies e nos Ascots,  
E Picadillies e Avenues de l'Opéra que entram  
Pela minh'alma dentro! (Campos, 1990: 128, 67).

Assim cumpre Campos poeticamente aquilo mesmo que preconiza teoricamente, ou seja, que «a verdadeira arte moderna — cosmopolita no tempo e no espaço — tem de ser maximamente desnacionalizada, acumular dentro de si todas as partes do mundo», devendo por outro lado, «ou cultivar serenamente o sentimento decadente» (...), ou tentar «vibrar com toda a beleza do contemporâneo, com toda a onda de máquinas, comércio, indústrias (...)» (Pessoa, s/d.: 113-114, 167-168)

Trata-se de realizar (em arte), a «turbulência tranquila de sensações desconstruídas» típica de uma vida moderna onde «a hiper-excitação passou a ser a regra», «época singular em que nos aparecem todos os característicos de uma decadência conjugada com todos os característicos de uma vida intensa e progressiva» (Pessoa, s/d.: 164 e 166)<sup>4</sup>. Por outras palavras:

Nada perdeu a poesia. E agora ha a mais as maquinas  
Com a sua poesia tambem, e todo o novo genero de vida  
Comercial, mundana, intelectual, sentimental,  
Que a era das maquinas veiu trazer para as almas. (...) (Campos, 1990: 104).

A relação entre futurismo e sensacionismo surge desde já claramente: o futurismo, fazendo da exteriorização da energia e do entusiasmo agressivo princípios básicos, canta o progresso e a modernidade; a vida moderna, por sua vez, modificou o homem acelerando o ritmo e aumentando a intensidade das suas vivências, permitindo-lhe uma «riqueza inédita de emoções, de ideias, de febres e de delírios»; finalmente o sensacionismo, prendendo-se também «à atitude enérgica, vibrante, cheia de admiração pela Vida, pela Matéria e pela

---

<sup>4</sup> Ainda na p. 164, este 'estado de coisas' é justificado assim: «o aumento das facilidades de transporte, o exagero das possibilidades do conforto e da vantagem, o acréscimo vertiginoso dos meios de diversão e de passatempo — todas estas circunstâncias, combinadas, entrepenetradas, agindo quotidianamente, criaram, definiram, um tipo de civilização em que a emoção, a inteligência, a vontade, participaram da rapidez, da instabilidade e da violência das manifestações propriamente, diariamente típicas do estágio civilizacional. Em cada homem moderno há um neurasténico que tem que trabalhar».

Força», é essencialmente «a sensação multiplicada pela consciência» (Pessoa, s/d.: 167, 126, 138) ou culto de pluralidade, visando antes de mais:

Sentir tudo de todas as maneiras,  
Viver tudo de todos os lados,  
Ser a mesma cousa de todos os modos possíveis ao mesmo tempo,  
Realizar em si toda a humanidade de todos os momentos  
Num só momento diffuso, profuso, completo e longiquo (Campos, 1990: 148-149).

A 'pose' futurista foi pois uma entre as várias dramatizadas por esse «estranho e intenso» poeta que é Álvaro de Campos ao realizar a arte de «(...) Ter todas as opiniões, / Ser sincero contradizendo-se a cada minuto, / / Desagradar a si-proprío pela plena liberdade de espirito (...)» (Campos, 1990: 163).

Na *Ode Marítima*, detecta-se com particular nitidez este desdobramento do poeta múltiplo em 'eus outros', que em «dissociação desenfreada», se vão simultaneamente comentando, contrariando ou (des) mistificando entre si. «(...) Dir-se-ia um personagem poliédrico que mostra a cada instante uma máscara diferente» (Lopes, 1977: 340):

E eu, que amo a civilização moderna, em que beijo com a alma as máquinas,  
Eu o engenheiro, eu o civilizado, eu o educado no estrangeiro, (...)

Fugir convôscos à civilização!

(...)

Ir convôscos, despir de mim — ah! põe-te daqui pra fora! —  
O meu traje de civilizado, a minha brandura de acções, (...)

A minha imaginação higienica, forte, prática,  
Preocupa-se agora apenas com as cousas modernas e uteis,

(...)

Com as fortes cousas imediatas, modernas, comerciais, verdadeiras (...)

Mas a minha imaginação recusa-se a acompanhar-me.

Um calafrio arrepiou-me.

E de repente, mais de repente do que da outra vez, de mais longe, de mais  
fundo,

De repente — oh pavor por todas as minhas veias! —,

Oh frio repentino da porta para o Mistério que se abriu dentro de mim e  
deixou entrar uma corrente de ar!

Lembro-me de Deus, do Transcendental da vida (...) (Campos, 1990: 86, 90, 104, 103).

É precisamente desta ‘multidão’ de vozes várias em que se ‘pulveriza’, que emergem as «Cidades de Hoje» que Álvaro de Campos «tanto amou» mas que não passam afinal de lugares puramente imaginados, onde realmente nunca esteve o viajante — sensacionista para quem, justamente, «a melhor maneira de viajar é sentir» (Campos, 1990: 263).

As viagens, como qualquer acto duma «existência nitidamente plausível», são inúteis. A actividade da imaginação, na sua desmesura, estimula muito mais a alma do poeta do que toda a impressão vinda do mundo exterior:

Viajei por mais terras do que aquellas em que toquei ...  
Vi mais paysagens do que aquellas em que puz os olhos ...  
Experimentei mais sensações do que todas as sensações que senti, (...) (Campos, 1990: 152).

O imaginário surge ainda por um lado, como ‘refúgio’ onde «a alma sonha, diferente e distraída», da aridez que um quotidiano sempre e sempre des-vivido provoca; por outro lado, esta tendência que leva o poeta a ‘instalar-se’ no sonho, possibilita-lhe também a realização do paradoxo: «sentir tudo excessivamente», sem deixar de ser o espectador impassível que assiste, alheio e imune, ao desfilar da vida:

Das terrasses de todos os cafés de todas as cidades  
Accessíveis á imaginação  
Reparo para a vida que passa, sigo-a sem me mexer, (...)

Passa tudo, todas as cousas num desfile por mim dentro,  
E todas as cidades do mundo rumorejam-se dentro de mim ... (Campos, 1990: 157, 151).

A poetização do espaço urbano sob a forma de todas as cidades possíveis ou, «Duma enorme cidade comercial, crescida, apoplética, / Tanto quanto isso pode ser fora do Espaço e do Tempo» (Campos, 1990: 81), deixa finalmente transparecer, por detrás da «face eufórica» de adesão entusiástica ao «excesso contemporâneo», a inadaptação abúlica e a contradição entre a

modernidade oca e febricitante que se proclama, e a consciência da inutilidade e do vazio dessa agitação:

Ah o crepusculo, o cair da noite, o acender das luzes nas grandes cidades,  
E a mão do mystério que abafa o bulício,  
E o cansaço de tudo em nós que nos corrompe  
Para uma sensação exacta e activa da Vida!  
Cada rua é um canal de uma Veneza de tedios  
E que mysterioso o fundo unanime das ruas (...)

Que inquietação profunda, que desejo de outras cousas,  
Que nem são paizes, nem momentos, nem vidas (...) (Campos, 1990: 78).

Daí, a emergência de sentimentos decadentes, contraponto da excitação e do frémido futuristas: o «cansaço de tudo», o «tédio», a «inquietação profunda»; a sobrevivência de uma voz outra que apela para o mistério, a sugestão lúgubre do abismo sob a forma de «um horror somnambulo entre luzes que se accendem», de «um pavor terno e liquido» que, «como um mendigo de sensações impossiveis» sofre «encostado ás esquinas» (Campos, 1990: 78-79).

É assim entre a euforia e a depressão, o simbolismo e a realidade, que a(s) cidade(s) se constitui como referência privilegiada de um 'espírito de geração' orientado em grande parte pelo sensacionista Álvaro de Campos: «O que quer Orpheu?» Precisamente, o corte com o passado, a sua renovação vigorosa e imediata, a expressão sarcástica de um europeísmo paradoxal, o espectáculo da entrega à violência viril das máquinas, à rapidez e eficacidae das técnicas, por entre o gregarismo desumano das grandes cidades.

Assim tem que ser onde tudo se ajusta —  
O homem à Natureza, porque a cidade é Natureza (Campos, 1990: 246).

## Referências bibliográficas

- CAMPOS, Álvaro de (1990) — *Poemas de Álvaro de Campos*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- GLOCKLER, Ralph Roger (1983) — «Viagens à Fernando Pessoa», in Stephen Reckert e Y. K. Centeno, *A Viagem (entre o real e o imaginário)*, Lisboa, Arcádia.
- LOPES, Maria Teresa Rita (1977) — *Fernando Pessoa et le drame symboliste, Heritage et Création*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.
- PADRÃO, Maria da Glória (1977) — «A escrita do desassossego», in *Persona*, Porto, Centro de Estudos Pessoaanos.
- PESSOA, Fernando (s/d) — *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, Lisboa, Ática.
- SOARES, Bernardo (1982) — *Livro do Desassossego*, 2 vols., Lisboa, Ática.

# **DOCUMENTO DE TRABALHO**

---

## APRESENTAÇÃO

No *Diário da República* de 23 de Agosto de 1991, foi publicado o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), acompanhado da respectiva nota explicativa.

É conhecida a discussão (por vezes acalorada, nem sempre serena) que a aprovação deste Acordo Ortográfico suscitou. Não é essa discussão que está agora em causa, até porque, com a aprovação do Acordo Ortográfico pela Assembleia da República, em certa medida ela perdeu sentido, pelo menos nos termos e com os propósitos que a motivaram.

Devendo o Acordo Ortográfico entrar em vigor em 1 de Janeiro de 1994, trata-se agora sobretudo de ponderar a forma como a sua activação se processará, os instrumentos em que se apoiará, as instituições que os deverão preparar e disponibilizar, etc. Nesse sentido, o Acordo Ortográfico é, em certa medida, um documento de trabalho.

Parece certo, entretanto, que, apesar de ter sido publicado no *Diário da República*, o Acordo Ortográfico não foi objecto ainda da ampla divulgação que a sua importância justifica. Por isso o publicamos aqui, sem outros comentários; o que não impedirá esta revista de proximamente voltar à questão de forma mais desenvolvida.

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA****Decreto do Presidente da República n.º 43/91**  
de 23 de Agosto

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 138.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:  
É ratificado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa em 16 de Dezembro de 1990, aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 26/91, em 4 de Junho de 1991.

Assinado em 4 de Agosto de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, **MÁRIO SOARES**.

Referendado em 7 de Agosto de 1991.

Pelo Primeiro-Ministro, *Joaquim Fernando Noqueira*, Ministro da Presidência.

**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA****Resolução da Assembleia da República n.º 26/91**

Aprova, para ratificação, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

A Assembleia da República resolve, nos termos dos artigos 164.º, alínea j), e 169.º, n.º 5, da Constituição, aprovar, para ratificação, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa a 16 de Dezembro de 1990, que segue em anexo.

Aprovada em 4 de Junho de 1991.

O Presidente da Assembleia da República, *Vitor Pereira Crespo*.

**ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Considerando que o projecto de texto de ortografia unificada de língua portuguesa aprovado em Lisboa, em 12 de Outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com a adesão da delegação de observadores da Galiza, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional;

Considerando que o texto do Acordo que ora se aprova resulta de um aprofundado debate nos países signatários:

A República Popular de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe acordam no seguinte:

**Artigo 1.º**

É aprovado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que consta como anexo I ao presente instrumento de aprovação, sob a designação de Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), e vai acompanhado da respec-

tiva nota explicativa, que consta como anexo II ao mesmo instrumento de aprovação, sob a designação de Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

**Artigo 2.º**

Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de Janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas.

**Artigo 3.º**

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor em 1 de Janeiro de 1994, após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa.

**Artigo 4.º**

Os Estados signatários adoptarão as medidas que entenderem adequadas ao efectivo respeito da data da entrada em vigor estabelecida no artigo 3.º

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente credenciados para o efeito, aprovam o presente Acordo, redigido em língua portuguesa, em sete exemplares, todos igualmente autênticos.

Assinado em Lisboa, em 16 de Dezembro de 1990.

Pela República Popular de Angola:

*José Mateus de Adelino Peixoto*, Secretário de Estado da Cultura.

Pela República Federativa do Brasil:

*Carlos Alberto Gomes Chiarelli*, Ministro da Educação.

Pela República de Cabo Verde:

*David Hopffer Almada*, Ministro da Informação, Cultura e Desportos.

Pela República da Guiné-Bissau:

*Alexandre Brito Ribeiro Furtado*, Secretário de Estado da Cultura.

Pela República de Moçambique:

*Luís Bernardo Honwana*, Ministro da Cultura.

Pela República Portuguesa:

*Pedro Miguel Santana Lopes*, Secretário de Estado da Cultura.

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe:

*Lígia Silva Graça do Espírito Santo Costa*, Ministra da Educação e Cultura.

## ANEXO I

ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA  
(1990)

## Base I

## Do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados

1.º O alfabeto da língua portuguesa é formado por 26 letras, cada uma delas com uma forma minúscula e outra maiúscula:

a	A	(á)	n	N	(enc)
b	B	(bé)	o	O	(ó)
c	C	(cê)	p	P	(pê)
d	D	(dê)	q	Q	(quê)
e	E	(é)	r	R	(rrc)
f	F	(fê)	s	S	(ssc)
g	G	(gê ou guê)	t	T	(tê)
h	H	(agá)	u	U	(u)
i	I	(i)	v	V	(vê)
j	J	(jota)	w	W	(dáblio)
k	K	(capa ou cá)	x	X	(xis)
l	L	(ele)	y	Y	(ípsilon)
m	M	(eme)	z	Z	(zê)

Obs.: 1 — Além destas letras, usam-se o ç (cê cedilhado) e os seguintes dígrafos: rr (erre duplo), ss (esse duplo), ch (cê-agá), lh (ele-agá), nh (enc-agá), gu (guê-u) e qu (quê-u).

2 — Os nomes das letras acima sugeridos não excluem outras formas de as designar.

2.º As letras k, w e y usam-se nos seguintes casos especiais:

- a) Em antropónimos/antropónimos originários de outras línguas e seus derivados: *Franklin, frankliniano; Kant, kantismo, Darwin, darwinismo; Wagner, wagneriano; Byron, byroniano; Taylor, taylorista;*
- b) Em topónimos/topónimos originários de outras línguas e seus derivados: *Kwanza, Kuwait, kuwaitiano; Malawi, malawiano;*
- c) Em siglas, símbolos e mesmo em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional: *TWA, KLM, K-potássio (de kalium) W-este (West); kg-quilograma, km-quilómetro, kW-kilowatt, yd-jarda (yard); Watt.*

3.º Em congruência com o número anterior, mantêm-se nos vocábulos derivados cruditamente de nomes próprios estrangeiros quaisquer combinações gráficas ou sinais diacríticos não peculiares à nossa escrita que figurem nesses nomes: *comtista, de Comte, garrettiano, de Garrett; jeffersonian/jeffersônia, de Jefferson; mülleriano, de Müller, shakespeareano, de Shakespeare.*

Os vocabulários autorizados registarão grafias alternativas admissíveis, em casos de divulgação de certas palavras de tal tipo de origem (a exemplo de *fúcsial fúchsia* e derivados, *buganvílial buganvíleal bougainvíllea*).

4.º Os dígrafos finais de origem hebraica *ch, ph e th* podem conservar-se em formas onomásticas da tradição bíblica, como *Baruch, Loth, Moloch, Ziph*, ou então

simplificar-se: *Baruc, Lot, Moloc, Zif*. Se qualquer um destes dígrafos, em formas do mesmo tipo, é invariavelmente mudo, elimina-se: *José, Nazaré*, em vez de *Joseph, Nazareth*; e se algum deles, por força do uso, permite adaptação, substitui-se, recebendo uma adição vocálica: *Judit*, em vez de *Judith*.

5.º As consoantes finais grafadas *b, c, d, g e t* mantêm-se, quer sejam mudas quer proferidas nas formas onomásticas em que o uso as consagrou, nomeadamente antropónimos/antropónimos e topónimos/topónimos da tradição bíblica: *Jacob, Job, Moah, Isaac, David, Gad; Gog, Magog; Bensabai, Josafat.*

Integram-se também nesta forma: *Cid*, em que o *d* é sempre pronunciado; *Madrid e Valladolid*, em que o *d* ora é pronunciado, ora não; e *Calcut ou Calicut*, em que o *t* se encontra nas mesmas condições.

Nada impede, entretanto, que dos antropónimos/antropónimos em apreço sejam usados sem a consoante final *Jó, Davi e Jacó*.

6.º Recomenda-se que os topónimos/topónimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas e ainda vivas em português ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente. Exemplo: *Anvers*, substituído por *Antuérpia; Cherbourg*, por *Cherburgo; Garonne*, por *Garona; Gênève*, por *Genebra; Jutland*, por *Jutlândia; Milano*, por *Milão; München*, por *Munique; Torino*, por *Turim; Zürich*, por *Zurique*, etc.

## Base II

## Do h inicial e final

1.º O h inicial emprega-se:

- a) Por força da etimologia: *haver, hélice, hera, hoje, hora, homem, humor;*
- b) Em virtude de adoção convencional: *há?, hem?, hum!*

2.º O h inicial suprime-se:

- a) Quando, apesar da etimologia, a sua supressão está inteiramente consagrada pelo uso: *erva*, em vez de *herva*; e, portanto, *ervaçal, ervanário, ervoso* (em contraste com *herbáceo, herbunário, herboso*, formas de origem crúda);
- b) Quando, por via de composição, passa a interior e o elemento em que figura se aglutina ao precedente: *biebdomadário, desarmonia, desumano, exaurir, inábil, lohísemem, reabilitar, reaver.*

3.º O h inicial mantêm-se, no entanto, quando numa palavra composta pertence a um elemento que está ligado ao anterior por meio de hífen: *anti-higiênico/anti-higiênico, contra-haste, pré-história, sobre-humano.*

4.º O h final emprega-se em interjeições: *ah! oh!*

## Base III

## Da homofonia de certos grafemas consonânticos

Dada a homofonia existente entre certos grafemas consonânticos, torna-se necessário diferenciar os seus empregos, que fundamentalmente se regulam pela história das

palavras. É certo que a variedade das condições em que se fixam na escrita os grafemas consonânticos homófonos nem sempre permite fácil diferenciação dos casos em que se deve empregar uma letra e daqueles em que, diversamente, se deve empregar outra, ou outras, a representar o mesmo som.

Nesta conformidade, importa notar, principalmente, os seguintes casos:

1.º Distinção gráfica entre *ch* e *x*: *achar, archote, bucha, capacho, capucho, chamar, chave, Chico, chiste, chorar, colchão, colchete, endecha, estrebucha, fucho, ficha, flecha, frincha, gancho, inchar, macho, mancha, murchar, nicho, pachorra, pecha, pechincha, penacho, rachar, sachar, tacho; ameixa, anexim, baixel, baixo, be-xiga, bruxa, coaxar, coxia, debuxo, deixar, eixo, elixir, enxofre, faixa, feixe, madeixa, mexer, oxalá, praxe, puxar, rouxinol, vexar, xadrez, xarope, xenofobia, xerife, xícara.*

2.º Distinção gráfica entre *g*, com valor de fricativa palatal, e *j*: *adágio, alface, Algebra, algema, algeroz, Algés, algibebe, algibeira, algido, almargem, Alvorge, Argel, estrangeiro, jalange, ferrugem, frigar, gelosia, gen-giva, gergelim, geringonça, Gibraltar, ginete, ginja, girafa, giria, hereje, relógio, sege, Tãnger, virgem; adjetivo, ajeitar, ajeu (nome de planta indiana e de uma espécie de papagaio), canjerê, canjica, enjeitar, granjear, hoje, intrujice, jecoral, jejum, jeira, jeito, Jeová, jenipapo, jequiri, jequitibá, Jeremias, Jericó, jerimum, Jerónimo, Jesus, jibóia, jiquipanga, jiquiró, jiquitaia, jirau, jiriti, jütirana, laranjeira, lojista, majestade, majestoso, manje-rico, manjerona, mucujê, pajê, pegajento, rejeitar, sujeito, trejeito.*

3.º Distinção gráfica entre as letras, *s*, *ss*, *c*, *ç* e *x*, que representam sibilantes surdas: *ânsia, ascensão, aspersão, cansar, conversão, esconso, farsa, ganso, inenso, mansão, mansarda, manso, pretensão, remanso, seara, seda, Seia, Sertú, Sernancelhe, serralheiro, Singapura, Sinfra, sisa, tarso, terso, valsa; abadessa, accossar, amassar, arre-messar, Asseiceira, asseio, atravessar, benesse, Cassilda, codesso (identicamente Codessal ou Codassal, Codesseda, Codessoso, etc.), crasso, devassar, dossel, egresso, endossar, escasso, fosso, gesso, molosso, moessa, obsessão, pêssego, possesso, remessa, sossegar, acém, acervo, ali-cerce, cebola, cereal, Cernache, cetim, Cinfães, Escócia, Macedo, obcecar, percevejo; açafute, açorda, açúcar, almaço, atenção, berço, Buçaco, caçange, caçula, caraça, dançar, Eça, enguiço, Gonçalves, inserção, linguíça, maçada, Mação, maçar, Moçambique, Monção, mu-çulmano, murça, negaça, pança, peça, quiçaba, quiçaça, quiçama, quiçamba, Seiça (grafia que pretore as crónicas/ crónicas Ceixa e Ceissa), Seiçal, Suíça, terço; auxílio, Maximiliano, Maximino, máximo, próximo, sintaxe.*

4.º Distinção gráfica entre *s* de fim de sílaba (inicial ou interior) e *x* e *z* com idêntico valor fónico/fônico: *adestrar, Calisto, excusar, esdrúxulo, esgotar, esplanada, esplêndido, espontâneo, espremer, esquisito, estender, Estremadura, Estremoz, inesgotável; extensão, explicar, extraordinário, inextricável, inesperto, sextante, têttil; capazmente, infelizmente, velozmente.* De acordo com esta distinção convém notar dois casos:

- a) Em final de sílaba que não seja final de palavra, o *x = s* muda para *s* sempre que está precedido de *i* ou *u*: *justapor, justalinear, misto, sistino* (cf. *Capela Sistina*), *Sisto*, em vez de *juxtapor, jux-talinear, mixto, sixtina, Sixto*;

- b) Só nos advérbios em *-mente* se admite *z*, com valor idêntico ao de *s*, em final de sílaba seguida de outra consoante (cf. *capazmente*, etc.); de contrário, o *s* toma sempre o lugar do *z*: *Biscaia*, e não *Bizcaia*;

5.º Distinção gráfica entre *s* final de palavra e *x* e *z* com idêntico valor fónico/fônico: *aguarrás, aliás, anis, após, atrás, através, Avis, Brás, Dinis, Garcês, gás, Ge-rês, Inês, iris, Jesus, jus, lápis, Luís, país, português, Queirós, quis, retrós, revês, Tomás, Valdês; cálix, Félix, Fénix, flux; assaz, arroz, avestruz, dez, diz, fez* (substantivo e forma do verbo *fazer*), *fiz, Forjaz, Galaaz, giz, jaez, maiz, petiz, Queluz, Romariz, [Arcos de] Valdevez, Vaz.* A propósito, deve observar-se que é inadmissível *z* final equivalente a *s* em palavra não oxítone: *Cádis*, e não *Cádiz*.

6.º Distinção gráfica entre as letras interiores *s*, *x* e *z*, que representam sibilantes sonoras: *aceso, analisar, anestesia, artesão, asa, asilo, Baltasar, besouro, besuntar, blusa, brasa, brasão, Brasil, brisa, [Marco de] Canaveses, coliseu, defesa, duquesa, Elisa, empresa, Ermesinde, Es-posende, frenesi ou frenesim, frisar, guisa, imprevisto, ju-sante, liso, lousa, Lousã, Luso* (nome de lugar, homónimo/homônimo de *Luso*, nome mitológico), *Matosinhos, Meneses, Narciso, Nisa, obséquio, ousar, pesquisa, portu-guesa, presa, raso, represa, Resende, sacerdotisa, Se-simbra, Sousa, surpresa, tísana, transe, trânsito, vaso; exalar, exemplo, exibir, exorbitar, exuberante, inexto, inexorável; abalizado, alfazema, Arcozelo, autorizar, azar, azedo, azo, azorrague, baliza, bazar, beleza, buzina, búzio, comezinho, deslizar, deslize, Ezequiel, fuzileiro, Galiza, guizo, helenizar, lambuzar, lezíria, Mouzinhos, proeza, sação, urze, vazar, Veneza, Vizela, Vouzela.*

#### Base IV

##### Das seqüências consonânticas

1.º O *c*, com valor de oclusiva velar, das seqüências interiores *cc* (segundo *c* com valor de sibilante), *çç* e *ct*, e o *p* das seqüências interiores *pc* (*c* com valor de sibi-lante), *pç* e *pt*, ora se conservam, ora se eliminam.

Assim:

- a) Conservam-se nos casos em que são invariavelmente profonizados nas pronúncias cultas da língua: *compacto, convicção, convício, ficção, friccionar, pacio, pictural; adepto, apto, ápico, erupção, eucalipto, inepto, nápicas, rupto;*
- b) Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua: *ação, acionar, afeivo, aflição, aflito, ato, cole-ção, coletivo, direção, diretor, exato, objeção; adoção, adotar, batizar, Egito, ótimo;*
- c) Conservam-se ou eliminam-se facultativamente, quando se preferem numa pronúncia culta, quer geral quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudhecimento: *aspecto e aspeito, cacio e caio, caracteres e carateres, dicção e dição; facto e fato, sector e setor; ceptro e cetro, concepção e conceção, corrupto e cor-ruo, recepção e receção;*
- d) Quando, nas seqüências interiores *mpc*, *mpç*, *c mpt* se eliminar o *p* de acordo com o determinado nos parágrafos precedentes, o *m* passa a *n*, escrevendo-

-se, respectivamente, *nc, nç e ni*: *assumpcionista e assuncionista; assumpção e assunção; assumptível e assuntível; peremptório e perentório, sumptuoso e suntuoso, sumptuosidade e suntuosidade.*

2.º Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se profere em numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudescimento: o *b* da sequência *bd*, em *súbdito*; o *b* da sequência *bt*, em *subtil* e seus derivados; o *g* da sequência *gd*, em *amígdala, amígdalácea, amígdalar, amígdalato, amígdalim, amígdalóide, amígdalopatia, amígdalotomia*; o *m* da sequência *mn*, em *amnistia, amnistiar, indenne, indemnidade, indemnizar, omnimodo, onnipotente, omnisciente*, etc.; o *t* da sequência *tm*, em *aritmética e aritmético.*

#### Base V

##### Das vogais átonas

1.º O emprego do *e* e do *i*, assim como o do *o* e do *u*, em sílaba átona, regula-se fundamentalmente pela etimologia e por particularidades da história das palavras. Assim se estabelecem variadíssimas grafias:

- a) Com *e* e *i*: *ameaça, ameluhar, anticipar, arripiar, balnear, boreal, campeão, cardeal* (prclado, ave, planta; diferente de *cardial* = «relativo à cárdia»), *Ceará, côdea, enseada, entcado, Floreal, janeanes, lêndea, Leonardo, Leonel, Leonor, Leopoldo, Leote, linear, meão, melhor, nomear, peanha, quase* (em vez de *quási*), *real, semear, semelhante, várzea; ameixal, Ameixeira, amial, amieiro, arrieiro, artilharia, capitânia, cordial* (adjectivo e substantivo), *corriola, crânio, criar, diante, diminuir, Dinis, ferregial, Filinto, Filipe* (e identicamente *Filipa, Filipinas*, etc.), *freixial, giesta, Idanha, igual, imiscuir-se, inigualável, lampião, limiar, Lumiar, lumieiro, pátio, pior, tigela, tijolo, Vimieiro, Vimioso;*
- b) Com *o* e *u*: *abolir, Alpendorada, assolar, borboleta, cobiça, consoada, consoar, costume, díscolo, êmbolo, engolir, epístola, esbaforir-se, esboroar, farândola, femoral, Freixoira, girândola, goela, jocoso, mágoa, névoa, nódoa, óbolo, Páscoa, Pascoal, Pascoela, polir, Rodolfo, távoa, tavoada, távola, tómbola, veio* (substantivo e forma do verbo *vir*); *açular, água, aluvião, arcuense, assumir, bulir, camândulas, curtir, curtume, embutir, entupir, fêmurifêmur, fistula, glândula, insua, jucundo, légua, Luanda, lucubração, lugar, mangual, Manuel, língua, Nicarágua, pontual, régua, tábuá, tabuada, tabuleta, trégua, vitualha.*

2.º Sendo muito variadas as condições etimológicas e histórico-fonéticas em que se fixam graficamente *e* e *i* ou *o* e *u* em sílaba átona, é evidente que só a consulta dos vocabulários ou dicionários pode indicar, muitas vezes, se deve empregar-se *e* ou *i*, *o* ou *u*. Há, todavia, alguns casos em que o uso dessas vogais pode ser facilmente sistematizado. Convém fixar os seguintes:

- a) Escrevem-se com *e*, e não com *i*, antes da sílaba tónica/tônica, os substantivos e adjectivos que procedem de substantivos terminados em *-eio* e *-eia*, ou com eles estão em relação directa. Assim

se regulam: *aldeão, aldeola, aldeota* por *aldeia*; *areal, areeiro, areeno, Areosa* por *areia*; *aveal* por *aveia*; *baleal* por *baleia*; *cadeado* por *cadeia*; *candeiro* por *candeia*; *centeira* e *centieiro* por *centeio*; *colmeal* e *colmeiro* por *colmeia*; *correada* e *correama* por *correia*;

- b) Escrevem-se igualmente com *e*, antes de vogal ou ditongo da sílaba tónica/tônica, os derivados de palavras que terminam em *e* acentuado (o qual pode representar um antigo hiato: *ea, ee*): *galeão, galeota, galeote*, de *galé*; *coreano*, de *Coreia*; *daomeano*, de *Daomé*; *guineense*, de *Guiné*; *poleame* e *poleiro*, de *polé*;
- c) Escrevem-se com *i*, e não com *e*, antes da sílaba tónica/tônica, os adjectivos e substantivos derivados em que entram os sufixos mistos de formação vernácula *-iano* e *-iense*, os quais são o resultado da combinação dos sufixos *-ano* e *-ense* com um *i* de origem analógica (baseado em palavras onde *-ano* e *-ense* estão precedidos de *i* pertencente ao tema: *horaciano, italiano, duriense, flaviense*, etc.); *açoriano, acriano* (de *Acre*), *camoniano, goisiano* (relativo a *Damião de Góis*), *siense* (de *Sines*), *sofocliano, torriano, torriense* [de *Torre(s)*];
- d) Uniformizam-se com as terminações *-io* e *-ia* (átonas), em vez de *-eo* e *-ea*, os substantivos que constituem variações, obtidas por ampliação, de outros substantivos terminados em vogal: *cúmio* (popular), de *cume*; *hástia*, de *haste*; *réstia*, do antigo *reste*; *véstia*, de *veste*;
- e) Os verbos em *-ear* podem distinguir-se praticamente grande número de vezes dos verbos em *-iar*, quer pela formação, quer pela conjugação e formação ao mesmo tempo. Estão no primeiro caso todos os verbos que se prendem a substantivos em *-eio* ou *-eia* (scjam formados em português ou venham já do latim); assim se regulam: *aldear*, por *aldeia*; *alhear*, por *alheio*; *cear*, por *ceia*; *encadear*, por *cadeia*; *pear*, por *peia*; etc. Estão no segundo caso todos os verbos que têm normalmente flexões rizotónicas/rizotônicas em *-eio*, *-eias*, etc.: *clarear, delinear, devanear, falsear, granjear, guerrear, hastear, nomear, semear*, etc. Existem, no entanto, verbos em *-iar*, ligados a substantivos com as terminações átonas *-ia* ou *-io*, que admitem variantes na conjugação: *negocio* ou *negocio* (cf. *negócio*); *premio* ou *premio* (cf. *prémio/prêmio*), etc.;
- f) Não é lícito o emprego do *u* final átono em palavras de origem latina. Escreve-se, por isso: *moto*, em vez de *mótu* (por exemplo, na expressão *de moto próprio*); *tribo*, em vez de *tribu*;
- g) Os verbos em *-uar* distinguem-se praticamente dos verbos em *-uar* pela sua conjugação nas formas rizotónicas/rizotônicas, que têm sempre *o* na sílaba acentuada: *abençour* com *o*, como *abençoo, abençoas*, etc.; *destoar*, com *o*, como *destoo, destooas*, etc.; mas *acentuar*, com *u*, como *acentuo, acentuas*, etc.

#### Base VI

##### Das vogais nasais

Na representação das vogais nasais devem observar-se os seguintes preceitos:

1.º Quando uma vogal nasal ocorre em fim de palavra, ou em fim de elemento seguido de hífen, representa-se a

nasalidade pelo til, se essa vogal é de timbre *a*; por *m*, se possui qualquer outro timbre e termina a palavra; e por *n*, se é de timbre diverso de *a* e está seguida de *s*: *afá, grã, Grã-Bretanha, lâ, órfã, sã-braseiro* (forma dialectal; o mesmo que *são-brasense* = de S. Brás de Alportel); *clarim, tom, vacuum; flautins, semitons, zunzuns*.

2.º Os vocábulos terminados em *-ã* transmitem esta representação do *a* nasal aos advérbios em *-mente* que deles se formem, assim como a derivados em que entrem sufixos iniciados por *z*: *crístãmente, irmãmente, sãmente; lãzudo, maçãzita, manhãzinha, romãzeira*.

#### Base VII

##### Dos ditongos

1.º Os ditongos orais, que tanto podem ser tónicos/tónicos como átonos, distribuem-se por dois grupos gráficos principais, conforme o segundo elemento do ditongo é representado por *i* ou *u*: *ai, ei, éi, ui; au, eu, éu, iu, ou; braçais, caixote, deveis, eirado, farnéis* (mas *farnelinhos*), *goivo, goivar, lençóis* (mas *lençoizinhos*), *tafuis, uivar; cacau, cacaueteiro, deu, endeusar, ilhéu* (mas *ilheuzito*), *mediu, passou, regougar*.

*Obs.*: Admitem-se, todavia, excepcionalmente à parte destes dois grupos, os ditongos grafados *ae* (= *ai* ou *ai*) e *ao* (= *âu* ou *au*): o primeiro, representado nos antropónimos/antropónimos *Caetano* e *Caetana*, assim como nos respectivos derivados e compostos (*caetaninha, são-caetano*, etc.); o segundo, representado nas combinações da preposição *a* com as formas masculinas do artigo ou pronome demonstrativo *o*, ou seja, *ao* e *aos*.

2.º Cumpre fixar, a propósito dos ditongos orais, os seguintes preceitos particulares:

- a) É o ditongo grafado *ui*, e não a sequência vocálica grafada *ue*, que se emprega nas formas de 2.º e 3.º pessoas do singular do presente do indicativo e igualmente na da 2.ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em *-uir*: *constituís, influí, retribuí*. Harmonizam-se, portanto, essas formas com todos os casos de ditongo grafado *ui* de sílaba final ou fim de palavra (*azuis, fui, Guardafui, Rui*, etc.); e ficam assim em paralelo gráfico-fonético com as formas de 2.º e 3.º pessoas do singular do presente do indicativo e de 2.ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em *-oer*: *atrais, cái, sai; móis, remói, sói*;
- b) É o ditongo grafado *ui* que representa sempre, em palavras de origem latina, a união de um *u* a um *i* átono seguinte. Não divergem, portanto, formas como *fluido* de formas como *gratuito*. E isso não impede que nos derivados de formas daquele tipo as vogais grafadas *u* e *i* se separem: *fluidico, fluidez (u-i)*;
- c) Além dos ditongos orais propriamente ditos, os quais são todos decrescentes, admite-se, como é sabido, a existência de ditongos crescentes. Podem considerar-se no número deles as sequências vocálicas pós-tónicas/pós-tónicas, tais as que se representam graficamente por *ea, eo, ia, ie, io, oa, ua, ue, uo*: *áurea, áureo, calúnia, espécie, xímio, mágoa, míngua, ténuelténue, tríduo*.

3.º Os ditongos nasais, que na sua maioria tanto podem ser tónicos/tónicos como átonos, pertencem graficamente a dois tipos fundamentais: ditongos representados

por vogal com til e semivogal; ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal *m*. Eis a indicação de uns e outros:

- a) Os ditongos representados por vogal com til e semivogal são quatro, considerando-se apenas a língua padrão contemporânea: *âe* (usado em vocábulos oxítonos e derivados), *âi* (usado em vocábulos anoxítonos e derivados), *ão* e *õe*. Exemplos: *cães, Guimarães, mãe, mãezinha; cãibas, cãibeiro, cãibra, zãibo; mão, mãozinha, não, quão, sótão, sotãozinho, tão; Camões, orações, oraçõeszinhas, põe, repões*. Ao lado de tais ditongos pode, por exemplo, colocar-se o ditongo *ui*; mas este, embora se exemplifique numa forma popular como *rui* = *ruim*, representa-se sem o til nas formas *muito* e *mui*, por obediência à tradição;
- b) Os ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal *m* são dois: *am* e *em*. Divergem, porém, nos seus empregos:

- i) *am* (sempre átono) só se emprega em flexões verbais: *amam, deviam, escreveram, puseram*;
- ii) *em* (tónico/tónico, ou átono) emprega-se em palavras de categorias morfológicas diversas, incluindo flexões verbais, e pode apresentar variantes gráficas determinadas pela posição, pela acentuação ou, simultaneamente, pela posição e pela acentuação: *bem, Bombom, Bemposta, cem, devem, nem, quem, sem, tem, virgem; Bencanta, Benfeito, Benfica, benquisto, bens, enfim, enquanto, homen-zarrão, homenzinho, nuvenzinha, tens, virgens, amém* (variação de *ámen*), *armazém, convém, mantém, ninguém, porém, Santarém, também; convêm, mantém, têm* (3.ª pessoas do plural); *armazéns, desdêns, convêns, reiêns, Belenzada, vintenzinho*.

#### Base VIII

##### Da acentuação gráfica das palavras oxítonas

1.º Acentuam-se com acento agudo:

- a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas/tónicas abertas grafadas *-a, -e* ou *-o*, seguidas ou não de *-s*: *está, estás, já, olá; até, é, és, olé, pontapé(s); avó(s), domínó(s), paletó(s), só(s)*.

*Obs.*: Em algumas (poucas) palavras oxítonas terminadas em *-e* tónico/tónico, geralmente provenientes do francês, esta vogal, por ser articulada nas pronúncias cultas ora como aberta ora como fechada, admite tanto o acento agudo como o acento circunflexo: *bebé* ou *bebê*, ou *bidé* ou *bidê*, *canapé* ou *canapê*, *caraté* ou *caratê*, *croché* ou *crochè*, *guiché* ou *guichê*, *matiné* ou *matinê*, *nené* ou *nenê*, *ponjé* ou *ponjê*, *puré* ou *purê*, *rapé* ou *rapê*.

O mesmo se verifica com formas como *cocó* e *côô*, *ró* (letra do alfabeto grego) e *rô*. São igualmente admitidas formas como *judô*, a par de *judo*, e *metró*, a par de *metro*;

- b) As formas verbais oxítonas, quando conjugadas com os pronomes clíticos *lo(s)* ou *la(s)*, ficam a terminar na vogal tónica/tônica aberta grafada *-a*, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas *-r*, *-s* ou *-z*: *adorá-lo(s)* [de *adorar-lo(s)*], *dá-la(s)* [de *dar-la(s)* ou *dá(s)-la(s)*], *fá-lo(s)* [de *faz-lo(s)*], *fá-lo(s)-ás* [de *far-lo(s)-ás*], *habituá-la(s)-iam* [de *habitar-la(s)-iam*], *trá-la(s)-á* [de *trar-la(s)-á*];
- c) As palavras oxítonas com mais de uma sílaba terminadas no ditongo nasal grafado *-em* (excepto as formas da 3.ª pessoa do plural do presente do indicativo dos compostos de *ter* e *vir*: *reíem*, *sustêm*; *advêm*, *provêm*; etc.) ou *-ens*: *acém*, *detém*, *deténs*, *entretém*, *entreténs*, *harém*, *haréns*, *porém*, *provém*, *provéns*, *também*;
- d) As palavras oxítonas com os ditongos abertos grafados *-êi*, *-éu* ou *-ói*, podendo estes dois últimos ser seguidos ou não de *-s*: *anéis*, *batéis*, *fiéis*, *papéis*; *céu(s)*, *chapéu(s)*, *ilhéu(s)*, *véu(s)*; *corrói* (de *corroer*), *herói(s)*, *remói* (de *remoer*), *sóis*.

## 2.º Acentuam-se com acento circunflexo:

- a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas/tônicas fechadas que se grafam *-e* ou *-o*, seguidas ou não de *-s*: *coriês*, *dê*, *dês* (de *dar*), *lê*, *lês* (de *ler*), *português*, *você(s)*; *avô(s)*, *pôs* (de *pôr*), *robô(s)*;
- b) As formas verbais oxítonas, quando conjugadas com os pronomes clíticos *-lo(s)* ou *-la(s)*, ficam a terminar nas vogais tónicas/tônicas fechadas que se grafam *-e* ou *-o*, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas *-r*, *-s* ou *-z*: *dele-lo(s)* [de *deter-lo(s)*], *fazê-la(s)* [de *fazer-la(s)*], *fê-lo(s)* [de *fez-lo(s)*], *vê-la(s)* [de *ver-la(s)*], *compô-la(s)* [de *compôr-la(s)*], *repô-la(s)* [de *repôr-la(s)*], *pô-la(s)* [de *por-la(s)* ou *pôs-la(s)*].

3.º Prescinde-se de acento gráfico para distinguir palavras oxítonas homógrafas, mas heterofónicas/heterofônicas, do tipo de *cor* (*ô*), substantivo, e *cor* (*ó*), elemento da locução *de cor*; *colher* (*ê*), verbo, e *colher* (*é*), substantivo. Exceptua-se a forma verbal *pôr*, para a distinguir da preposição *por*.

## Base IX

### Da acentuação gráfica das palavras paroxítonas

1.º As palavras paroxítonas não são em geral acentuadas graficamente: *enjoio*, *grave*, *homem*, *mesa*, *Tejo*, *vejo*, *velho*, *voo*; *avanço*, *floresta*; *abenço*, *angolano*, *brasileiro*; *descobrimento*, *graficamente*, *moçambicano*.

### 2.º Recebem, no entanto, acento agudo:

- a) As palavras paroxítonas que apresentam na sílaba tónica/tônica as vogais abertas grafadas *a*, *e*, *o* e ainda *i* ou *u* e que terminam em *-l*, *-n*, *-r*, *-x* e *-ps*, assim como, salvo raras exceções, as respectivas formas do plural, algumas das quais passam a proparoxítonas: *amável* (pl. *amáveis*), *Antbal*, *dócil* (pl. *dóceis*) *dúctil* (pl. *dúcteis*), *fóssil* (pl. *fósseis*), *réptil* (pl. *répteis*; var. *reptil*, pl. *reptis*); *cármem* (pl. *cármenes* ou *carmens*; var.

*carne*, pl. *carmes*); *dólmen* (pl. *dólmenes* ou *dolmens*), *éden* (pl. *édenes* ou *edens*), *líquen* (pl. *líquenes*), *lúmen* (pl. *lúmenes* ou *lumens*); *acúcar* (pl. *açúcares*), *almíscar* (pl. *almíscares*), *cadáver* (pl. *cadáveres*), *caráter* ou *carácter* (mas pl. *carateres* ou *caracteres*), *ímpar* (pl. *ímpares*); *Ajax*, *córtex* (pl. *córtex*; var. *córtice*, pl. *córri-ces*), *índex* (pl. *índex*; var. *índice*, pl. *índices*), *tórax* (pl. *tórax* ou *tóraxes*; var. *torace*, pl. *toraces*); *bíceps* (pl. *bíceps*; var. *bicipite*, pl. *bicipites*), *fórceps* (pl. *fórceps*; var. *fórcepe*, pl. *fórcipes*).

Obs.: Muito poucas palavras deste tipo, com as vogais tónicas/tônicas grafadas *a*, *e* e *o* em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas *m* e *n*, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua e, por conseguinte, também de acento gráfico (agudo ou circunflexo): *sêmen* e *sêmen*, *xênon* e *xênon*; *fêmur* e *fêmur*, *vômer* e *vômer*, *Fênix* e *Fênix*, *ônix* e *ônix*.

- b) As palavras paroxítonas que apresentam na sílaba tónica/tônica as vogais abertas grafadas *a*, *e*, *o* e ainda *i* ou *u* e que terminam em *-â(s)*, *-ão(s)*, *-ei(s)*, *-i(s)*, *-um*, *-uns*, ou *-us*: *órfã* (pl. *órfãs*), *acórdão* (pl. *acórdãos*), *órfão* (pl. *órfãos*), *órgão* (pl. *órgãos*), *sótão* (pl. *sótãos*); *hóquei*, *jóquei* (pl. *jóqueis*), *amáveis* (pl. de *amável*), *fáceis* (pl. de *fácil*), *fósseis* (pl. de *fóssil*), *amáveis* (de *amar*), *amáveis* (id.), *cantariéis* (de *cantar*), *fizéris* (de *fazer*), *fizésseis* (id.); *beribéri* (pl. *beribéris*), *bílis* (sg. e pl.), *íris* (sg. e pl.), *júri* (pl. *júris*), *oásis* (sg. e pl.); *álbum* (pl. *álbuns*), *fórum* (pl. *fóruns*); *húmus* (sg. e pl.), *vírus* (sg. e pl.).

Obs.: Muito poucas paroxítonas deste tipo, com as vogais tónicas/tônicas grafadas *e* e *o* em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas *m* e *n*, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua, o qual é assinalado com acento agudo, se aberto, ou circunflexo, se fechado: *pônei* e *pônei*; *gônis* e *gônis*, *pénis* e *pénis*, *ténis* e *ténis*; *bónus* e *bónus*, *ónus* e *ónus*, *tónus* e *tónus*, *Vénus* e *Vénus*.

3.º Não se acentuam graficamente os ditongos representados por *ei* e *oi* da sílaba tónica/tônica das palavras paroxítonas, dado que existe oscilação em muitos casos entre o fechamento e a abertura na sua articulação: *assembleia*, *boleia*, *ideia*, tal como *aldeia*, *baleia*, *cadeia*, *cheia*, *meia*; *coreico*, *epopeico*, *onomatopeico*, *proteico*; *alcaloide*, *apoio* (do verbo *apoiar*), tal como *apoio* (subst.), *Azoia*, *boia*, *boina*, *comboio* (subst.), tal como *comboio*, *comboias*, etc. (do verbo *comboiar*), *dezoito*, *estroina*, *heroico*, *introito*, *jiboia*, *moina*, *paranoico*, *zoína*.

4.º É facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais de pretérito perfeito do indicativo, do tipo *amámos*, *louvámos*, para as distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo (*amamos*, *louvamos*), já que o timbre da vogal tónica/tônica é aberto naquele caso em certas variantes do português.

## 5.º Recebem acento circunflexo:

- a) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tónica/tônica, as vogais fechadas com a grafia *a*, *e*, *o* e que terminam em *-l*, *-n*, *-r* ou *-x*, assim como as respetivas formas do plural, algumas das quais se tornam proparoxítonas: *cônsul* (pl. *cônsules*), *pênsil* (pl. *pênseis*), *têxtil* (pl. *têxteis*); *cânon*, var. *cânone* (pl. *cânones*), *plâncton* (pl. *plânctons*); *Almodôvar*, *aljôfar* (pl. *aljôfares*), *âmbar* (pl. *âmbares*), *Câncer*, *Tânger*; *bômbax* (sg. e pl.), *bômbix*, var. *bômbice* (pl. *bômbices*);
- b) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tónica/tônica, as vogais fechadas com a grafia *a*, *e*, *o* e que terminam em *-ão(s)*, *-eis*, *-i(s)* ou *-us*: *bênção(s)*, *côvão(s)*, *Estêvão*, *zângão(s)*; *devêreis* (de *dever*), *escrevêsseis* (de *escrever*), *fôreis* (de *ser* e *ir*), *fôsseis* (id.), *pênseis* (pl. de *pênsil*), *têxteis* (pl. de *têxtil*); *dândi(s)*, *Mênfis*; *ânus*;
- c) As formas verbais *têm* e *vêm*, 3.ª pessoas do plural do presente do indicativo de *ter* e *vir*, que são foneticamente paroxítonas (respetivamente *lãjãjl*, *lvãjãjl* ou *lfêejl*, *lvêejl*, ou ainda *ltêjêjl*, *lvêjêjl*; cf. as antigas grafias preteridas, *têem*, *vêem*), a fim de se distinguirem de *tem* e *vem*, 3.ª pessoas do singular do presente do indicativo ou 2.ª pessoas do singular do imperativo; e também as correspondentes formas compostas, tais como: *absiêm* (cf. *abstêm*), *advêm* (cf. *advém*), *contêm* (cf. *contém*), *convêm* (cf. *convém*), *desconvêm* (cf. *desconvém*), *deiêm* (cf. *detêm*), *entreiêm* (cf. *entretêm*), *intervêm* (cf. *intervém*), *maniêm* (cf. *manetêm*), *obiêm* (cf. *obtem*), *provêm* (cf. *provém*), *sobrevêm* (cf. *sobrevém*).

Obs.: Também neste caso são preteridas as antigas grafias *deiêm*, *intervêm*, *maniêm*, *provêm*, etc.

## 6.º Assinalam-se com acento circunflexo:

- a) Obrigatoriamente, *pôde* (3.ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo), que se distingue da correspondente forma do presente do indicativo (*pode*);
- b) Facultativamente, *dêmos* (1.ª pessoa do plural do presente do conjuntivo), para se distinguir da correspondente forma do pretérito perfeito do indicativo (*demos*); *fôrma* (substantivo), distinta de *forma* (substantivo); 3.ª pessoa do singular do presente do indicativo ou 2.ª pessoa do singular do imperativo do verbo *formar*).

7.º Prescinde-se de acento circunflexo nas formas verbais paroxítonas que contêm um e tónico/tônico oral fechado em hiato com a terminação *-em* da 3.ª pessoa do plural do presente do indicativo ou do conjuntivo, conforme os casos: *creem*, *deem* (conj.), *descreem*, *desdeem* (conj.), *leem*, *preveem*, *redeem* (conj.), *releem*, *reveem*, *trésleem*, *veem*.

8.º Prescinde-se igualmente do acento circunflexo para assinalar a vogal tónica/tônica fechada com a grafia *o* em palavras paroxítonas como *enjoio*, substantivo e flexão de *enjoar*, *povoio*, flexão de *povoar*, *voio*, substantivo e flexão de *voar*, etc.

9.º Prescinde-se, quer do acento agudo, quer do circunflexo, para distinguir palavras paroxítonas que, tendo respetivamente vogal tónica/tônica aberta ou fechada, são homógrafas de palavras proclíticas. Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico: *para* (*á*), flexão de *parar*, e *para*, preposição; *pela(s)* (*é*), substantivo e flexão de *pelar*, e *pela(s)*, combinação de *per* e *la(s)*; *pelo* (*é*), flexão de *pelar*, e *pelo(s)* (*ê*), substantivo ou combinação de *per* e *lo(s)*; *polo(s)* (*ó*), substantivo, e *polo(s)*, combinação antiga e popular de *por* e *lo(s)*; etc.

10.º Prescinde-se igualmente de acento gráfico para distinguir paroxítonas homógrafas heterofónicas/heterofónicas do tipo de *acerto* (*ê*), substantivo e *acerto* (*é*), flexão de *acertar*; *acordo* (*ô*), substantivo, e *acordo* (*ó*), flexão de *acordar*; *cerca* (*ê*), substantivo, advérbio e elemento da locução prepositiva *cerca de*, e *cerca* (*é*), flexão de *cercar*; *coro* (*ô*), substantivo, e *coro* (*ó*), flexão de *corar*; *deste* (*ê*), contração da preposição *de* com o demonstrativo *este*, e *deste* (*é*) flexão de *dar*; *fora* (*ô*), flexão de *ser* e *ir*, e *fora* (*ó*), advérbio, interjeição e substantivo; *piloto* (*ô*), substantivo, e *piloto* (*ó*), flexão de *pilotar*, etc.

## Base X

Da acentuação das vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas

1.º As vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas levam acento agudo quando antecedidas de uma vogal com que não formam ditongo e desde que não constituam sílaba com a eventual consoante seguinte, excetuando o caso de *s*: *adaís* (pl. de *adail*), *aí*, *atraí* (de *airair*), *baú*, *caís*, (de *cair*), *Esauí*, *jacuí*, *Luís*, *país*, etc.; *alaúde*, *amiúde*, *Araújo*, *Ataide*, *atralam* (de *airair*), *atralse* (id.), *baía*, *balauístre*, *caféina*, *ciúme*, *egoísmo*, *faisca*, *faúlha*, *gráudio*, *inflúiste* (de *influir*), *juízes*, *Luísa*, *miúdo*, *paraíso*, *raízes*, *recaída*, *ruína*, *saída*, *sanduíche*, etc.

2.º As vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas não levam acento agudo quando, antecedidas de vogal com que não formam ditongo, constituem sílaba com a consoante seguinte, como é o caso de *nh*, *l*, *m*, *n*, *r* e *z*: *bainha*, *moinho*, *rainha*; *adail*, *paul*, *Raul*; *Aboim*, *Coimbra*, *ruim*; *ainda*, *constituente*, *oriundo*, *ruins*, *triunfo*; *at* — *airã*, *demiútrgo*, *influir*, *influirmos*, *juíz*, *raiz*, etc.

3.º Em conformidade com as regras anteriores leva acento agudo a vogal tónica/tônica grafada *i* das formas oxítonas terminadas em *r* dos verbos em *-air* e *-uir*, quando estas se combinam com as formas pronominais clíticas *-lo(s)*, *-la(s)*, que levam à assimilação e perda daquele *-r*: *airal-lo(s)* [de *airair-lo(s)*]; *airal-lo(s)-ia* [de *airair-lo(s)-ia*]; *possuil-la(s)* [de *possuir-la(s)*]; *possuil-la(s)-ia* [de *possuir-la(s)-ia*].

4.º Prescinde-se do acento agudo nas vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras paroxítonas, quando elas estão precedidas de ditongo: *baiuca*, *boiuno*, *cauila* (var. *cauira*), *cheinho* (de *cheio*), *saiinha* (de *saia*).

5.º Levam, porém, acento agudo as vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* quando, precedidas de ditongo,

pertencem a palavras oxítonas e estão em posição final ou seguidas de *s*: *Piauí, teiú, teiús, tuiuí, tuiúis*.

*Obs.*: Se, neste caso, a consoante final for diferente de *s*, tais vogais dispensam o acento agudo: *cauim*.

6.º Prescinde-se do acento agudo nos ditongos tónicos/tónicos grafados *iu* e *ui*, quando precedidos de vogal: *distraiu, instruiu, paus* (pl. de *paul*).

7.º Os verbos *arguir* e *redarguir* prescindem do acento agudo na vogal tónica/tónica grafada *u* nas formas rizotónicas/rizotónicas: *arguo, arguis, argui, arguem; argua, arguas, argua, arguam*. Os verbos do tipo de *aguar, apaniguar, apaziguar, aproximar, averiguar, desaguar, enxaguar, obliquar, delinquir* e afins, por oferecerem dois paradigmas, ou têm as formas rizotónicas/rizotónicas igualmente acentuadas no *u* mas sem marca gráfica (a exemplo de *averiguo, averigues, averigua, averiguam; averigue, averigues, averigue, averigues; enxaguo, enxagues, enxagua, enxaguam; enxague, enxagues, enxague, enxagues, etc.*; *delinquo, delinquis, delinqui, delinquem*; mas *delinquimos, delinquís*) ou têm as formas rizotónicas/rizotónicas acentuadas tónica/tónica e graficamente nas vogais *a* ou *i* radicais (a exemplo de *averiguo, averiguas, averigua, averiguam; averigue, averigues, averigue, averigues; enxáguo, enxáguas, enxáguam; enxáguem; delinquo, delinques, delinque, delinquem; delinqua, delinquas, delinqua, delinquam*).

*Obs.*: Em conexão com os casos acima referidos, registre-se que os verbos em *-ingir* (*atingir, cingir, constringir, infringir, tingir*, etc.) e os verbos em *-inguir* sem prolação do *u* (*distinguir, extinguir*, etc.) têm grafias absolutamente regulares (*atingo, atinja, atinge, atingimos*, etc.; *distingo, distinga, distingue, distinguimos*, etc.).

#### Base XI

Da acentuação gráfica das palavras proparoxítonas

1.º Levam acento agudo:

- a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tónica/tónica as vogais abertas grafadas *a*, *e*, *o* e ainda *i*, *u* ou ditongo oral começado por vogal aberta: *árabe, cáustico, Cleópatra, esquilido, exército, hidráulico, líquido, míope, músico, plástico, prosélito, público, rústico, tétrico, último*;
- b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam na sílaba tónica/tónica as vogais abertas grafadas *a*, *e*, *o* e ainda *i*, *u* ou ditongo oral começado por vogal aberta, e que terminam por sequências vocálicas pós-tónicas/prós-tónicas praticamente consideradas como ditongos crescentes (*-ea, -eo, -ia, -ie, -io, -oa, -ua, -uo*, etc.): *álea, náusea; etéreo, nível; enciclopédia, glória; barbárie, série; lírio, prélio; mágoa, nódoa; exíqua, língua; exíguo, vácuo*.

2.º Levam acento circunflexo:

- a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tónica/tónica vogal fechada ou ditongo com a vogal básica fechada: *anacreónico, brêtema, cânfora, cômputo, deveramos* (de *dever*), *dinâmico, êmbolo, excêntrico, fôssemos* (de *ser* e

*ir*), *Grândola, hermenêutica, lâmpada, lôstrego, lôbrego, nêspera, plêiade, sôfrego, sonâmbulo, trôpego*;

- b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam vogais fechadas na sílaba tónica/tónica e terminam por sequências vocálicas pós-tónicas/prós-tónicas praticamente consideradas como ditongos crescentes: *amêndoa, argênteo, códea, Islândia, Mântua, seródio*.

3.º Levam acento agudo ou acento circunflexo as palavras proparoxítonas, reais ou aparentes, cujas vogais tónicas/tónicas grafadas *e* ou *o* estão em final de sílaba e são seguidas das consoantes nasais grafadas *m* ou *n*, conforme o seu timbre é, respectivamente, aberto ou fechado nas pronúncias cultas da língua: *académico acadêmico, anatômico anatômico, cênico cênico, cômodo cômodo, fenómeno fenômeno, gênero gênero, topônimo topônimo; Amazônia Amazônia, Antônio Antônio, blasfêmia blasfêmia, fêmeal fêmea, gémeo gêmeo, gênio gênio, ténuel ténue*.

#### Base XII

Do emprego do acento grave

1.º Emprega-se o acento grave:

- a) Na contração da preposição *a* com as formas femininas do artigo ou pronome demonstrativo *o*: *à* (de *a + a*), *às* (de *a + as*);
- b) Na contração da preposição *a* com os demonstrativos *aquele, aquela, aqueles, aquelas e aquilo* ou ainda da mesma preposição com os compostos *aqueoutro* e suas flexões: *àquele(s), àquela(s), àquilo; àqueoutro(s), àqueloura(s)*.

#### Base XIII

Da supressão dos acentos em palavras derivadas

1.º Nos advérbios em *-mente*, derivados de adjetivos com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: *avidamente* (de *ávido*), *debilmente* (de *débil*), *facilmente* (de *fácil*), *habilmente* (de *hábil*), *ingenuamente* (de *ingênuo*), *lucidamente* (de *lúcido*), *mamente* (de *mã*), *somente* (de *só*), *unicamente* (de *único*), etc.; *candidamente* (de *cândido*), *cortesmente* (de *cortês*), *dinamicamente* (de *dinâmico*), *espontaneamente* (de *espontâneo*), *portuguesmente* (de *português*), *romanticamente* (de *romântico*).

2.º Nas palavras derivadas que contêm sufixos iniciados por *z* e cujas formas de base apresentam vogal tónica/tónica com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: *aneizinhos* (de *anéis*), *avozinha* (de *avó*), *bebezito* (de *bebê*), *cafezada* (de *café*), *chapeuzinho* (de *chapéu*), *chazeiro* (de *chá*), *heroizito* (de *herói*), *ilhezito* (de *ilhéu*), *mazinha* (de *mã*), *orfozinho* (de *órfão*), *vintezito* (de *vintém*), etc.; *avozinho* (de *avó*), *bençozinha* (de *benção*), *lampadazita* (de *lâmpada*), *pessegozito* (de *pêssego*).

#### Base XIV

Do trema

O trema, sinal de diérese, é inteiramente suprimido em palavras portuguesas ou aporportuguesadas. Nem sequer se emprega na poesia, mesmo que haja separação de duas

vogais que normalmente formam ditongo: *saudade*, e não *saüdade*, ainda que tetrasílabo; *saudar*, e não *saüdar*, ainda que trissílabo; etc.

Em virtude desta supressão, abstrai-se de sinal especial, quer para distinguir, em sílaba átona, um *i* ou um *u* de uma vogal da sílaba anterior, quer para distinguir, também em sílaba átona, um *i* ou um *u* de um ditongo precedente, quer para distinguir, em sílaba tónica/tónica ou átona, o *u* de *gu* ou de *qu* de um *e* ou *i* seguintes: *arruinar, constituiria, depoimento, esmiuçar, faiscar, faulhar, oleicultura, paraibano, reunião; abaiucado, auiqui, caiúá, cauxi, piaviense; aguentar, anguiforme, arguir, bilingue* (ou *bilingue*), *lingueta, linguista, linguístico; cinquenta, equestre, frequentar, tranquilo, ubiquidade*.

*Obs.*: Conserva-se, no entanto, o trema, de acordo com a base I, 3.º, em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros: *hübneriano*, de *Hübner*, *mülleriano*, de *Müller*, etc.

#### Base XV

Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares

1.º Emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, podendo dar-se o caso de o primeiro elemento estar reduzido: *ano-luz, arcebispo-bispo, arco-íris, decreto-lei, és-sueste, médico-cirurgião, rainha-cláudia, tenente-coronel, tio-avô, turma-piloto; alcaide-mor, amor-perfeito, guarda-noturno, mata-grossense, norte-americano, porto-alegrense, sul-africano; afro-asiático, afro-luso-brasileiro, azul-escuro, luso-brasileiro, primeiro-ministro, primeiro-sargento, primo-infeção, segunda-feira; conta-gotas, finca-pé, guarda-chuva*.

*Obs.*: Certos compostos, em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: *girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista*, etc.

2.º Emprega-se o hífen nos topónimos/topónimos compostos iniciados pelos adjetivos *grã, grão* ou por forma verbal ou cujos elementos estejam ligados por artigo: *Grã-Bretanha, Grão-Pará; Abre-Campo; Passa-Quatro, Quebra-Costas, Quebra-Dentes, Traga-Mouros, Trinca-Fortes; Albergaria-a-Velha, Baía de Todos-os-Santos, Entre-os-Rios, Montemor-o-Novo, Trás-os-Montes*.

*Obs.*: Os outros topónimos/topónimos compostos escrevem-se com os elementos separados, sem hífen: *América do Sul, Belo Horizonte, Cabo Verde, Castelo Branco, Freixo de Espada à Cinta*, etc. O topónimo/topónimo *Guiné-Bissau* é, contudo, uma exceção consagrada pelo uso.

3.º Emprega-se o hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas, estejam ou não ligadas por preposição ou qualquer outro elemento: *abóbora-menina, couve-flor, erva-doce, feijão-verde; benção-de-deus, erva-do-chá, ervilha-de-cheiro, java-de-santo-inácio; bem-me-quer* (nome de planta que também se dá à *margarida* e ao *malmequer*); *andorinha-grande, cobra-capelo, formiga-branca; andorinha-do-mar, cobra-d'água, lesma-de-conchinha; bem-te-vi* (nome de um pássaro).

4.º Emprega-se o hífen nos compostos com os advérbios *bem* e *mal*, quando estes formam com o elemento que se lhes segue uma unidade sintagmática e semântica e tal elemento começa por vogal ou *h*. No entanto, o advérbio *bem*, ao contrário de *mal*, pode não se aglutinar com palavras começadas por consoante. Eis alguns exemplos das várias situações: *bem-aventurado, bem-estar, bem-humorado; mal-afortunado, mal-estar, mal-humorado; bem-criado* (cf. *malcriado*), *bem-ditoso* (cf. *malditoso*), *bem-falante* (cf. *malfalante*), *bem-mandado* (cf. *malmandado*), *bem-nascido* (cf. *malnascido*), *bem-soante* (cf. *malsoante*), *bem-visto* (cf. *malvisto*).

*Obs.*: Em muitos compostos o advérbio *bem* aparece aglutinado com o segundo elemento, quer este tenha ou não vida à parte: *benfazejo, benfeito, benfeitor, benquerença*, etc.

5.º Emprega-se o hífen nos compostos com os elementos *além, aquém, recém* e *sem*: *além-Atlântico, além-mar, além-fronteiras; aquém-mar, aquém-Pirenéus; recém-casado, recém-nascido; sem-cerimónia, sem-número, sem-vergonha*.

6.º Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, advérbias, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de *água-de-colónia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa*). Sirvam, pois, de exemplo de emprego sem hífen as seguintes locuções:

- a) Substantivas: *cão de guarda, fim de semana, sala de jantar;*
- b) Adjetivas: *cor de açafraão, cor de café com leite, cor de vinho;*
- c) Pronominais: *cada um, ele próprio, nós mesmos, quem quer que seja;*
- d) Advérbias: *à parte* (note-se o substantivo *aparte*), *à vontade, de mais* (locução que se contrapõe a *de menos*; note-se *demais*, advérbio, conjunção, etc.), *depois de amanhã, em cima, por isso;*
- e) Prepositivas: *abaixo de, acerca de, acima de, a fim de, a par de, à parte de, apesar de, aquando de, abaixo de, enquanto a, por baixo de, por cima de, quanto a;*
- f) Conjuncionais: *a fim de que, ao passo que, contanto que, logo que, por conseguinte, visto que.*

7.º Emprega-se o hífen para ligar duas ou mais palavras que ocasionalmente se combinam, formando, não propriamente vocábulos, mas encadeamentos vocabulares (tipo: a divisa *Liberdade-Igualdade-Fraternidade*, a ponte *Rio-Niterói*, o percurso *Lisboa-Coimbra-Porto*, a ligação *Angola-Moçambique*) e bem assim nas combinações históricas ou ocasionais de topónimos/topónimos (tipo: *Áustria-Hungria, Alsácia-Lorena, Angola-Brasil, Tóquio-Rio de Janeiro*, etc.).

#### Base XVI

Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação

1.º Nas formações com prefixos (como, por exemplo: *ante-, anti-, circum-, co-, contra-, entre-, extra-, hiper-, infra-, intra-, pós-, pré-, pró-, sobre-, sub-, super-, supra-, ultra-*, etc.) e em formações por recomposição, isto é, com

clementos não autónomos ou falsos prefixos, de origem grega e latina (tais como: *aero-*, *agro-*, *arquí-*, *auto-*, *bio-*, *eleiro-*, *geo-*, *hidro-*, *inter-*, *macro-*, *maxi-*, *micro-*, *míni-*, *multi-*, *neo-*, *pan-*, *pluri-*, *proto-*, *pseudo-*, *retro-*, *semi-*, *tele-*, etc.), só se emprega o hífen nos seguintes casos:

- a) Nas formações em que o segundo elemento começa por *h*: *anti-higiénico*, *anti-higiênico*, *circum-hospitalar*, *co-herdeiro*, *contra-harmónico*, *contra-harmônico*, *extra-humano*, *pré-história*, *sub-hepático*, *super-homem*, *ultra-hiperbólico*; *arqui-hipérbole*, *eletro-higrómetro*, *geo-história*, *neo-helénico*, *neo-helênico*, *pan-helenismo*, *semi-hospitalar*.

*Obs.*: Não se usa, no entanto, o hífen em formações que contêm em geral os prefixos *des-* e *in-* e nas quais o segundo elemento perdeu o *h* inicial: *desumano*, *desumidificar*, *inábil*, *inumano*, etc.;

- b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento: *anti-ibérico*, *contra-almirante*, *infra-axilar*, *supra-auricular*; *arqui-irmandade*, *auto-observação*, *eletro-ótica*, *micro-onda*, *semi-interno*.

*Obs.*: Nas formações com o prefixo *co-*, este aglutina-se em geral com o segundo elemento mesmo quando iniciado por *o*: *co-obrigação*, *coocupante*, *coordenar*, *cooperação*, *cooperar*, etc.;

- c) Nas formações com os prefixos *circum-* e *pan-*, quando o segundo elemento começa por vogal, *m* ou *n* (além de *h*, caso já considerado atrás na alínea a): *circum-escolar*, *circum-murado*, *circum-navegação*; *pan-africano*, *pan-mágico*, *pan-negritude*;
- d) Nas formações com os prefixos *hiper-*, *inter-* e *super-*, quando combinados com elementos iniciados por *r*: *hiper-requintado*, *inter-resistente*, *super-revista*;
- e) Nas formações com os prefixos *ex-* (com o sentido de estado anterior ou cessamento), *sota-*, *soto-*, *vice-* e *vizo-*: *ex-almirante*, *ex-diretor*, *ex-hospedeira*, *ex-presidente*, *ex-primeiro-ministro*, *ex-rei*; *sota-piloto*, *soto-mestre*, *vice-presidente*, *vice-reitor*, *vizo-rei*;
- f) Nas formações com os prefixos tónicos/tônicos acentuados graficamente *pós-*, *pré-* e *pró-*, quando o segundo elemento tem vida à parte (ao contrário do que acontece com as correspondentes formas átonas que se aglutinam com o elemento seguinte): *pós-graduação*, *pós-tónico/pós-tônico* (mas *pospor*); *pré-escolar*, *pré-natal* (mas *prever*); *pró-africano*, *pró-europeu* (mas *promover*).

2.º Não se emprega, pois, o hífen:

- a) Nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por *r* ou *s*, devendo estas consoantes duplicar-se, prática aliás já generalizada em palavras deste tipo pertencentes aos domínios científico e técnico. Assim: *antirreligioso*, *antisemita*, *contrarregra*, *contrassenha*, *cosseno*, *extrarrregular*, *infrassom*,

*minissaia*, tal como *biórbitmo*, *biosatélite*, *eleitrossiderurgia*, *microssistema*, *microrradiografia*;

- b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente, prática esta em geral já adotada também para os termos técnicos e científicos. Assim: *antiaéreo*, *coeducação*, *extraescolar*, *aeroespacial*, *autoestrada*, *autoaprendizagem*, *agroindustrial*, *hidroelétrico*, *plurianual*.

3.º Nas formações por sufixação apenas se emprega o hífen nos vocábulos terminados por sufixos de origem tupi-guarani que representam formas adjetivas, como *açu*, *guaçu* e *mirim*, quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada graficamente ou quando a pronúncia exige a distinção gráfica dos dois elementos: *amoré-guaçu*, *anajá-mirim*, *andá-açu*, *capim-açu*, *Ceará-Mirim*.

#### Base XVII

Do hífen na ênclise, na tmese e com o verbo *haver*

1.º Emprega-se o hífen na ênclise e na tmese: *amá-lo*, *dá-se*, *deixa-o*, *partir-lhe*; *amá-lo-ei*, *enviar-lhe-emos*.

2.º Não se emprega o hífen nas ligações da preposição *de* às formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo *haver*: *hei de*, *hás de*, *hão de*, etc.

*Obs.*: 1 — Embora estejam consagradas pelo uso as formas verbais *quer* e *requer*, dos verbos *querer* e *requerer*, em vcz de *quere* e *requere*, estas últimas formas conservam-se, no entanto, nos casos de ênclise: *quere-o(s)*, *requere-o(s)*. Nestes contextos, as formas (legítimas, aliás) *qué-lo* e *requé-lo* são pouco usadas.

2 — Usa-se também o hífen nas ligações de formas pronominais enclíticas ao advérbio *eis* (*cis-me*, *ei-lo*) e ainda nas combinações de formas pronominais do tipo *no-lo*, *vo-las*, quando em próclise (por exemplo: *esperamos que no-lo comprem*).

#### Base XVIII

Do apóstrofo

1.º São os seguintes os casos de emprego do apóstrofo:

- a) Faz-se uso do apóstrofo para cindir graficamente uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respetiva pertence propriamente a um conjunto vocabular distinto: *d'* Os Lusíadas, *d'* Os Sertões; *n'* Os Lusíadas, *n'* Os Sertões; *pel'* Os Lusíadas, *pel'* Os Sertões. Nada obsta, contudo, a que estas escritas sejam substituídas por empregos de preposições íntegras, se o exigir razão especial de clareza, expressividade ou ênfase: *de* Os Lusíadas, *em* Os Lusíadas, *por* Os Lusíadas, etc.

As cisões indicadas são análogas às dissoluções gráficas que se fazem, embora sem emprego do apóstrofo, em combinações da preposição *a* com palavras pertencentes a conjuntos vocabulares imediatos: *a* A Relíquia, *a* Os Lusíadas (exemplos: *importância atribuída a* A Relíquia; *recorro a* Os Lusíadas). Em tais casos, como é óbvio, entende-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: *a* A = *à*, *a* Os = *aos*, etc.;

- b) Pode cindir-se por meio do apóstrofo uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respetiva é forma pronominal e se lhe quer dar realce com o uso da maiúscula: *d'Ele, n'Ele, d'Aquele, n'Aquele, d'O, n'O, pel'O, m'O, l'O, lh'O*, casos em que a segunda parte, forma masculina, é aplicável a Deus, a Jesus, etc.; *d'Ela, n'Ela, d'Aquela, n'Aquela, d'A, n'A, pel'A, m'A, l'A, lh'A*, casos em que a segunda parte, forma feminina, é aplicável à mãe de Jesus, à Providência, etc. Exemplos frásicos: *confiamos n'O que nos salvou; esse milagre revelou-m'O; está n'Elu a nossa esperança; pugnemos pel'A que é nossa padroeira.*

À semelhança das cisões indicadas, pode dissolver-se graficamente, posto que sem uso do apóstrofo, uma combinação da preposição *a* com uma forma pronominal realçada pela maiúscula: *a O, a Aquele, a Aquela* (entendendo-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: *a O = ao, a Aquela = àquela*, etc.). Exemplos frásicos: *a O que tudo pode, a Aquela que nos protege;*

- c) Emprega-se o apóstrofo nas ligações das formas *santo* e *santa* a nomes do hagiologia, quando importa representar a elisão das vogais finais *o* e *a*: *Sant'Ana, Sant'Iago*, etc. É, pois, correto escrever: *Calçada de Sant'Ana, Rua de Sant'Ana; culto de Sant'Iago, Ordem de Sant'Iago*. Mas, se as ligações deste género, como é o caso destas mesmas *Sant'Ana* e *Sant'Iago*, se tornam perfeitas unidades mórficas, aglutinam-se os dois elementos: *Fulano de Santana, ilhéu de Santana, Santana de Parnaíba; Fulano de Santiago, ilha de Santiago, Santiago do Cacém.*

Em paralelo com a grafia *Sant'Ana* e congéneres, emprega-se também o apóstrofo nas ligações de duas formas antropónicas, quando é necessário indicar que na primeira se elide um *o* final: *Nun'Álvares, Pedr'Eanes.*

Note-se que nos casos referidos as escritas com apóstrofo, indicativas de elisão, não impedem, de modo algum, as escritas sem apóstrofo: *Santa Ana, Nuno Álvares, Pedro Álvares*, etc.;

- d) Emprega-se o apóstrofo para assinalar, no interior de certos compostos, a elisão do *e* da preposição *de*, em combinação com os substantivos: *borda-d'água, cobra-d'água, copo-d'água, estrela-d'alva, galinha-d'água, mãe-d'água, pau-d'água, pau-d'alho, pau-d'arco, pau-d'óleo.*

2.º São os seguintes os casos em que não se usa o apóstrofo:

Não é admissível o uso do apóstrofo nas combinações das preposições *de* e *em* com as formas do artigo definido, com formas pronominais diversas e com formas adverbiais [excetuado o que se estabelece em 1.º, a), e 1.º, b)]. Tais combinações são representadas:

- a) Por uma só forma vocabular, se constituem, de modo fixo, uniões perfeitas:
- i) *do, da, dos, das; dele, dela, deles, delas; deste, desta, destes, destas, disto; desse, dessa, desses, dessas, disso; daquele, daquela, daqueles, daquelas, daquilo; de outro, de outra, de outros, de outras;*

*de outro, de outra, de outros, de outras; daqueloutro, daqueloura, daqueloutros, daqueloutras; daqui; daí; dali; dacolá; donde; danies (= antigamente);*

- ii) *no, na, nos, nas; nele, nela, neles, nelas; neste, nesta, nestes, nestas, nisto; nesse, nessa, nesses, nessas, nisso; naquele, naquela, naqueles, naquelas, naquilo; nestoutro, nestoutra, nestoutros, nestoutras; nessoutro, nessoutra, nessoutros, nessoutras; naqueloutro, naqueloutra, naqueloutros, naqueloutras; num, numa, nuns, numas; noutro, noutra, noutros, noutras, nouthem; nalgum, nalguma, nalguns, nalgumas, nalgúem;*

- b) Por uma ou duas formas vocabulares, se não constituem, de modo fixo, uniões perfeitas (apesar de serem correntes com esta feição em algumas pronúncias): *de um, de uma, de uns, de umas, ou dum, duma, duns, dumas; de algum, de alguma, de alguns, de algumas, de alguém, de algo, de algures, de alhures, ou dalgum, dalguma, dalguns, dalgumas, dalgúem, dalgo, dalgues, dalhures; de outro, de outra, de outros, de outras, de outrem, de outrora, ou doutro, doutra, doutros, doutras, dourem, doutorora; de aquém ou daquém; de além ou dalém; de entre ou dentre.*

De acordo com os exemplos deste último tipo, tanto se admite o uso da locução adverbial *de ora avante* como do advérbio que representa a contração dos seus três elementos: *doravante.*

Obs.: Quando a preposição *de* se combina com as formas articulares ou pronominais *o, a, os, as*, ou com quaisquer pronomes ou advérbios começados por vogal, mas acontece estarem essas palavras integradas em construções de infinitivo, não se emprega o apóstrofo, nem se funde a preposição com a forma imediata, escrevendo-se estas duas separadamente: *a fim de ele compreender; apesar de o não ter visto; em virtude de os nossos pais serem bondosos; o facto de o conhecer; por causa de aqui estares.*

## Base XIX

### Das minúsculas e maiúsculas

1.º A letra minúscula inicial é usada:

- a) Ordinariamente, em todos os vocábulos da língua nos usos correntes;
- b) Nos nomes dos dias, meses, estações do ano: *segunda-feira; outubro; primavera;*
- c) Nos bibliónimos/bibliónimos (após o primeiro elemento, que é com maiúscula, os demais vocábulos podem ser escritos com minúscula, salvo nos nomes próprios nele contidos, tudo em grifo): *O Senhor do Paço de Ninães, O senhor do paço de Ninães, Menino de Engenho ou Menino de engenho, Árvore e Tambor ou Árvore e tambor;*
- d) Nos usos de *fulano, sicrano, beltrano;*
- e) Nos pontos cardeais (mas não nas suas abreviações): *norte, sul* (mas: *SW sudoeste*);
- f) Nos axiónimos/axiónimos e hagiónimos/hagiónimos (opcionalmente, neste caso, também com maiúscula): *senhor doutor Joaquim da Silva, bacharel Mário Abrantes, o cardeal Bembo, santa Filomena* (ou *Santa Filomena*);

- g) Nos nomes que designam domínios do saber, cursos e disciplinas (opcionalmente, também com maiúscula): *português* (ou *Português*), *matemática* (ou *Matemática*); *línguas e literaturas modernas* (ou *Línguas e Literaturas Modernas*).

2.º A letra maiúscula inicial é usada:

- a) Nos antropónimos/antropónimos, reais ou fictícios: *Pedro Marques*; *Branca de Neve*, *D. Quixote*;  
 b) Nos topónimos/topónimos, reais ou fictícios: *Lisboa*, *Luanda*, *Maputo*, *Rio de Janeiro*, *Atlântida*, *Hespéria*;  
 c) Nos nomes de seres antropomorfizados ou mitológicos: *Adamastor*; *Neptuno/Netuno*;  
 d) Nos nomes que designam instituições: *Instituto de Pensões e Aposentadorias da Previdência Social*;  
 e) Nos nomes de festas e festividades: *Natal*, *Páscoa*, *Ramadão*, *Todos os Santos*;  
 f) Nos títulos de periódicos, que têm o itálico: *O Primeiro de Janeiro*, *O Estado de São Paulo* (ou *S. Paulo*);  
 g) Nos pontos cardeais ou equivalentes, quando empregados absolutamente: *Nordeste*, por nordeste do Brasil, *Norte*, por norte de Portugal, *Meio-Dia*, pelo sul da França ou de outros países, *Ocidente*, por ocidente europeu, *Oriente*, por oriente asiático;  
 h) Em siglas, símbolos ou abreviaturas internacionais ou nacionalmente reguladas com maiúsculas, iniciais ou mediais ou finais ou o todo em maiúsculas: *FAO*, *NATO*, *ONU*; *H<sub>2</sub>O*; *Sr.*, *V. Ex.ª*;  
 i) Opcionalmente, em palavras usadas reverencialmente, aulicamente ou hierarquicamente, em início de versos, em categorizações de logradouros públicos (*rua* ou *Rua da Liberdade*, *largo* ou *Largo dos Leões*), de templos (*igreja* ou *Igreja do Bonfim*, *templo* ou *Templo do Apostolado Positivista*), de edifícios (*palácio* ou *Palácio da Cultura*, *edifício* ou *Edifício Azevedo Cunha*).

*Obs.*: As disposições sobre os usos das minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, providas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, geológica, bibliológica, botânica, zoológica, etc.), promanadas de entidades científicas ou normalizadoras reconhecidas internacionalmente.

## Base XX

### Da divisão silábica

A divisão silábica, que em regra se faz pela soletração (*a-ba-de*, *bru-ma*, *ca-cho*, *lha-no*, *ma-lha*, *ma-nha*, *má-xi-mo*, *ó-xi-do*, *ro-xo*, *tme-se*), e na qual, por isso, se não tem de atender aos elementos constitutivos dos vocábulos segundo a etimologia (*a-ba-li-e-nar*, *bi-sa-vô*, *de-sa-pa-re-cer*, *di-sú-ri-co*, *e-xá-ni-me*, *hi-pe-ra-cú-si-co*, *i-ná-bil*, *o-bo-val*, *su-bo-cu-lar*, *su-pe-rá-ci-do*), obedece a vários proccitos particulares, que rigorosamente cumpre seguir, quando se tem de fazer em fim de linha, mediante o emprego do hífen, a partição de uma palavra:

1.º São indivisíveis no interior de palavra, tal como inicialmente, e formam, portanto, sílaba para a frente as sucessões de duas consoantes que constituem perficitos

grupos, ou sejam (com exceção apenas de vários compostos cujos prefixos terminam em *b* ou *d*: *ab-legação*, *ad-ligar*, *sub-lunar*, etc., em vez de *a-blegação*, *a-dligar*, *su-blunar*, etc.) aquelas sucessões em que a primeira consoante é uma labial, uma velar, uma dental ou uma labiodental e a segunda um *l* ou um *r*: *a-blução*, *cele-brar*, *du-plicação*, *re-primir*, *a-clarar*, *de-creto*, *de-gluiação*, *re-grado*; *a-ilético*, *cáte-dra*, *perime-tro*; *a-fluir*, *a-fricano*, *ne-vrose*.

2.º São divisíveis no interior da palavra as sucessões de duas consoantes que não constituem propriamente grupos e igualmente as sucessões de *m* ou *n*, com valor de nasalidade, e uma consoante: *ab-dicar*, *Ed-gardo*, *op-tar*, *sub-por*, *ab-soluto*, *ad-jeivo*, *af-ta*, *bet-samita*, *ip-silon*, *ob-viar*, *des-cer*, *dis-ciplina*, *flores-cer*, *nas-cer*, *res-cisão*; *ac-ne*, *ad-mirável*, *Daf-ne*, *diafrag-ma*, *drac-ma*, *ét-nico*, *rit-mo*, *sub-meter*, *am-nésico*, *interam-nense*; *bir-reme*, *cor-roer*, *pror-rogar*, *as-segurar*, *bis-secular*, *sos-segar*, *bissex-to*, *contex-to*, *ex-citar*, *atroz-mente*, *capaz-mente*; *infeliz-mente*; *am-bição*, *desenganar*, *en-xame*, *man-chu*, *Mân-lio*, etc.

3.º As sucessões de mais de duas consoantes ou de *m* ou *n*, com o valor de nasalidade, e duas ou mais consoantes são divisíveis por um de dois meios: se nelas entra um dos grupos que são indivisíveis (de acordo com o preccito 1.º), esse grupo forma sílaba para diante, ficando a consoante ou consoantes que o precedem ligadas à sílaba anterior; se nelas não entra nenhum desses grupos, a divisão dá-se sempre antes da última consoante. Exemplos dos dois casos: *cam-braia*, *ec-lipse*, *em-blema*, *ex-plicar*, *in-cluir*, *ins-crição*, *subs-crever*, *trans-gredir*, *abstenção*, *disp-neia*, *inters-telar*, *lamb-dacismo*, *sols-ticial*, *Terp-sícore*, *tungs-ténio*.

4.º As vogais consecutivas que não pertencem a ditongos decrescentes (as que pertencem a ditongos deste tipo nunca se separam: *ai-roso*, *cadei-ra*, *insti-tui*, *ora-ção*, *sacris-tães*, *traves-sões*) podem, se a primeira delas não é *u* precedido de *g* ou *q*, e mesmo que sejam iguais, separar-se na escrita: *ala-úde*, *áre-as*, *ca-apeba*, *co-ordenar*, *do-er*, *flu-idez*, *perdo-as*, *vo-os*. O mesmo se aplica aos casos de contiguidade de ditongos, iguais ou diferentes, ou de ditongos e vogais: *cai-ais*, *cai-eis*, *ensai-os*, *flu-íu*.

5.º Os diagramas *gu* e *qu*, em que o *u* se não pronuncia, nunca se separam da vogal ou ditongo imediato (*ne-gue*, *ne-guei*; *pe-que*, *pe-quei*), do mesmo modo que as combinações *gu* e *qu* em que o *u* se pronuncia: *á-gua*, *ambí-guo*, *averi-gueis*, *longín-quos*, *lo-quaz*, *quais-quer*.

6.º Na translineação de uma palavra composta ou de uma combinação de palavras em que há um hífen ou mais, se a partição coincide com o final de um dos elementos ou membros, deve, por clareza gráfica, reposit-se o hífen no início da linha imediata: *ex-alferes*, *serená-los-emos* ou *serená-los-emos*, *vice-almirante*.

## Base XXI

## Das assinaturas e firmas

Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registo legal, adote na assinatura do seu nome.

Com o mesmo fim, pode manter-se a grafia original de quaisquer firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos que estejam inscritos em registo público.

## ANEXO II

## NOTA EXPLICATIVA DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

(1990)

## 1 — Memória breve dos acordos ortográficos

A existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana e a brasileira, tem sido considerada como largamente prejudicial para a unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no Mundo.

Tal situação remonta, como é sabido, a 1911, ano em que foi adoptada em Portugal a primeira grande reforma ortográfica, mas que não foi extensiva ao Brasil.

Por iniciativa da Academia Brasileira de Letras, em consonância com a Academia das Ciências de Lisboa, com o objectivo de se minimizarem os inconvenientes desta situação, foi aprovado em 1931 o primeiro acordo ortográfico entre Portugal e o Brasil. Todavia, por razões que não importa agora mencionar, este acordo não produziu, afinal, a tão desejada unificação dos dois sistemas ortográficos, facto que levou mais tarde à Convenção Ortográfica de 1943. Perante as divergências persistentes nos *Vocabulários* entretanto publicados pelas duas Academias, que punham em evidência os parcos resultados práticos do Acordo de 1943, realizou-se, em 1945, em Lisboa, novo encontro entre representantes daquelas duas agremiações, o qual conduziu à chamada Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945. Mais uma vez, porém, este Acordo não produziu os almejados efeitos, já que ele foi adoptado em Portugal, mas não no Brasil.

Em 1971, no Brasil, e em 1973, em Portugal, foram promulgadas leis que reduziram substancialmente as divergências ortográficas entre os dois países. Apesar destas louváveis iniciativas, continuavam a persistir, porém, divergências sérias entre os dois sistemas ortográficos.

No sentido de as reduzir, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboraram em 1975 um novo projecto de acordo que não foi, no entanto, aprovado oficialmente por razões de ordem política, sobretudo vigentes em Portugal.

E é neste contexto que surge o encontro do Rio de Janeiro, em Maio de 1986, e no qual se encontram, pela primeira vez na história da língua portuguesa, representantes não apenas de Portugal e do Brasil mas também dos cinco novos países africanos lusófonos entretanto emergidos da descolonização portuguesa.

O Acordo Ortográfico de 1986, conseguido na reunião do Rio de Janeiro, ficou, porém, inviabilizado pela reacção polémica contra ele movida sobretudo em Portugal.

## 2 — Razões do fracasso dos acordos ortográficos

Perante o fracasso sucessivo dos acordos ortográficos entre Portugal e o Brasil, abrangendo o de 1986 também

os países lusófonos de África, importa reflectir seriamente sobre as razões de tal malogro.

Analisando sucintamente o conteúdo dos Acordos de 1945 e de 1986, a conclusão que se colhe é a de que eles visavam impor uma unificação ortográfica absoluta.

Em termos quantitativos e com base em estudos desenvolvidos pela Academia das Ciências de Lisboa, com base num *corpus* de cerca de 110 000 palavras, conclui-se que o Acordo de 1986 conseguia a unificação ortográfica em cerca de 99,5 % do vocabulário geral da língua. Mas conseguia-a, sobretudo, à custa da simplificação drástica do sistema de acentuação gráfica, pela supressão dos acentos nas palavras proparoxítonas e paroxítonas, o que não foi bem aceite por uma parte substancial da opinião pública portuguesa.

Também o Acordo de 1945 propunha uma unificação ortográfica absoluta que rondava os 100 % do vocabulário geral da língua. Mas tal unificação assentava em dois princípios que se revelaram inaceitáveis para os brasileiros:

- a) Conservação das chamadas consoantes mudas ou não articuladas, o que correspondia a uma verdadeira restauração destas consoantes no Brasil, uma vez que elas tinham há muito sido abolidas;
- b) Resolução das divergências de acentuação das vogais tónicas *e* e *o*, seguidas das consoantes nasais *m* e *n*, das palavras proparoxítonas (ou esdrúxulas) no sentido da prática portuguesa, que consistia em as grafar com acento agudo e não circunflexo, conforme a prática brasileira.

Assim se procurava, pois, resolver a divergência de acentuação gráfica de palavras como *Antônio* e *Antônio*, *cómodo* e *comodo*, *género* e *gênero*, *oxigénio* e *oxigênio*, etc., em favor da generalização da acentuação com o diacrítico agudo. Esta solução estipulava, contra toda a tradição ortográfica portuguesa, que o acento agudo, nestes casos, apenas assinalava a tonicidade da vogal e não o seu timbre, visando assim resolver as diferenças de pronúncia daquelas mesmas vogais.

A inviabilização prática de tais soluções leva-nos à conclusão de que não é possível unificar por via administrativa divergências que assentam em claras diferenças de pronúncia, um dos critérios, aliás, em que se baseia o sistema ortográfico da língua portuguesa.

Nestas condições, há que procurar uma versão de unificação ortográfica que acautele mais o futuro do que o passado e que não receie sacrificar a simplificação também pretendida em 1986, em favor da máxima unidade possível. Com a emergência de cinco novos países lusófonos, os factores de desagregação da unidade essencial da língua portuguesa far-se-ão sentir com mais acuidade e também no domínio ortográfico. Neste sentido importa, pois, consagrar uma versão de unificação ortográfica que fixe e delimite as diferenças actualmente existentes e previna contra a desagregação ortográfica da língua portuguesa.

Foi, pois, tendo presentes estes objectivos que se fixou o novo texto de unificação ortográfica, o qual representa uma versão menos forte do que as que foram conseguidas em 1945 e 1986. Mas ainda assim suficientemente forte para unificar ortograficamente cerca de 98 % do vocabulário geral da língua.

## 3 — Forma e substância do novo texto

O novo texto de unificação ortográfica agora proposto contém alterações de forma (ou estrutura) e de conteúdo,

relativamente aos anteriores. Pode dizer-se, simplificando, que em termos de estrutura se aproxima mais do Acordo de 1986, mas que em termos de conteúdo adopta uma posição mais conforme com o projecto de 1975 atrás referido.

Em relação às alterações de conteúdo, elas afectam sobretudo o caso das consoantes mudas ou não articuladas, o sistema de acentuação gráfica, especialmente das esdrúxulas, e a hifenação.

Pode dizer-se ainda que, no que respeita às alterações de conteúdo, de entre os princípios em que assenta a ortografia portuguesa se privilegiou o critério fonético (ou da pronúncia) com um certo detrimento para o critério etimológico.

É o critério da pronúncia que determina, aliás, a supressão gráfica das consoantes mudas ou não articuladas, que se têm conservado na ortografia lusitana essencialmente por razões de ordem etimológica.

É também o critério da pronúncia que nos leva a manter um certo número de grafias duplas do tipo de *carácter* e *carácter*, *facto* e *fato*, *sumptuoso* e *suntuoso*, etc.

É ainda o critério da pronúncia que conduz à manutenção da dupla acentuação gráfica do tipo de *económico* e *econômico*, *efêmero* e *efémoro*, *gênero* e *gênero*, *gênio* e *gênio*, ou de *bónus* e *bônus*, *sêmen* e *sêmen*, *ténis* e *ténis*, ou ainda de *bebé* e *bebê*, ou *metro* e *metrô*, etc.

Explicitam-se em seguida as principais alterações introduzidas no novo texto de unificação ortográfica, assim com a respectiva justificação.

#### 4 — Conservação ou supressão das consoantes *c*, *p*, *b*, *g*, *m* e *l* em certas seqüências consonânticas (base IV)

##### 4.1 — Estado da questão

Como é sabido, uma das principais dificuldades na unificação da ortografia da língua portuguesa reside na solução a adoptar para a grafia das consoantes *c* e *p*, em certas seqüências consonânticas interiores, já que existem fortes divergências na sua articulação.

Assim, umas vezes, estas consoantes são invariavelmente proferidas em todo o espaço geográfico da língua portuguesa, conforme sucede em casos como *compacto*, *ficção*, *pacto*; *adepto*, *aptidão*, *núpcias*; etc.

Neste caso, não existe qualquer problema ortográfico, já que tais consoantes não podem deixar de grafar-se [v. base IV, 1.º, a)].

Noutros casos, porém, dá-se a situação inversa da anterior, ou seja, tais consoantes não são proferidas em nenhuma pronúncia culta da língua, como acontece em *acção*, *afectivo*,  *direcção*;  *adopção*,  *exacto*,  *óptimo*; etc. Neste caso existe um problema. É que na norma gráfica brasileira há muito estas consoantes foram abolidas, ao contrário do que sucede na norma gráfica lusitana, em que tais consoantes se conservam. A solução que agora se adopta [v. base IV, 1.º, b)] é a de as suprimir, por uma questão de coerência e de uniformização de critérios (vejam-se as razões de tal supressão adiante, em 4.2).

As palavras afectadas por tal supressão representam 0,54 % do vocabulário geral da língua, o que é pouco significativo em termos quantitativos (pouco mais de 600 palavras em cerca de 110 000). Este número é, no entanto, qualitativamente importante, já que compreende vocábulos de uso muito frequente (como, por exemplo, *acção*, *actor*, *actual*, *colecção*, *colectivo*, *correção*,  *direcção*, *director*, *electricidade*, *factor*, *factura*, *inspector*, *lectivo*, *óptimo*, etc.).

O terceiro caso que se verifica relativamente às consoantes *c* e *p* diz respeito à oscilação de pronúncia, a qual ocorre umas vezes no interior da mesma norma culta (cf., por exemplo, *cacto* ou *cato*, *dição* ou *dição*, *sector* ou *setor*, etc.), outras vezes entre normas cultas disjuntas (cf., por exemplo, *facto*, *recepção* em Portugal, mas *fato*, *recepção* no Brasil).

A solução que se propõe para estes casos, no novo texto ortográfico, consagra a dupla grafia [v. base IV, 1.º, c)].

A estes casos de grafia dupla devem acrescentar-se as poucas variantes do tipo de *súbdito* e *súdito*, *subtil* e *sutil*, *amígdala* e *amídala*, *amnístia* e *anístia*, *aritmética* e *arimética*, nas quais a oscilação da pronúncia se verifica quanto às consoantes *b*, *g*, *m* e *l* (v. base IV, 2.º).

O número de palavras abrangidas pela dupla grafia é de cerca de 0,5 % do vocabulário geral da língua, o que é pouco significativo (ou seja, pouco mais de 575 palavras em cerca de 110 000), embora nele se incluam também alguns vocábulos de uso muito frequente.

#### 4.2 — Justificação da supressão de consoantes não articuladas (base IV, 1.º, b)]

As razões que levaram à supressão das consoantes mudas ou não articuladas em palavras como *acção* (*acção*), *ativo* (*activo*), *director* (*director*), *ótimo* (*ótimo*) foram essencialmente as seguintes:

- a) O argumento de que a manutenção de tais consoantes se justifica por motivos de ordem etimológica, permitindo assinalar melhor a similaridade com as palavras congêneres das outras línguas românicas, não tem consistência. Por um lado, várias consoantes etimológicas se foram perdendo na evolução das palavras ao longo da história da língua portuguesa. Vários são, por outro lado, os exemplos de palavras deste tipo pertencentes a diferentes línguas românicas que, embora provenientes do mesmo étimo latino, revelam incongruências quanto à conservação ou não das referidas consoantes.

É o caso, por exemplo, da palavra *objecto*, proveniente do latim *objectu-*, que até agora conservava o *c*, ao contrário do que sucede em francês (cf. *objet*) ou em espanhol (cf. *objeto*). Do mesmo modo *projecto* (de *projectu-*) mantinha até agora a grafia com *c*, tal como acontece em espanhol (cf. *proyecto*), mas não em francês (cf. *projet*). Nestes casos o italiano dobra a consoante, por assimilação (cf. *oggetto* e *progetto*). A palavra *victória* há muito se grafia sem *c*, apesar do espanhol *victoria*, do francês *victoire* ou do italiano *vittoria*. Muitos outros exemplos se poderiam citar. Aliás, não tem qualquer consistência a ideia de que a similaridade do português com as outras línguas românicas passa pela manutenção de consoantes etimológicas do tipo mencionado. Confrontem-se, por exemplo, formas como as seguintes: port. *acidente* (do lat. *accidente-*), esp. *accidente*, fr. *accident*, it. *accidente*; port. *dicionário* (do lat. *dictionariu-*), esp. *dicionario*, fr. *dictionnaire*, it. *dizionario*; port. *diar* (do lat. *dictare*), esp. *dicar*, fr. *dicter*, it. *dettare*; port. *estrutura* (de *structura-*), esp. *estructura*, fr. *structure*, it. *struttura*; etc.

Em conclusão, as divergências entre as línguas românicas, neste domínio, são evidentes, o que

- não impede, aliás, o imediato reconhecimento da similaridade entre tais formas. Tais divergências levantam dificuldades à memorização da norma gráfica, na aprendizagem destas línguas, mas não é com certeza a manutenção de consoantes não articuladas em português que vai facilitar aquela tarefa;
- b) A justificação de que as ditas consoantes mudas travam o fechamento da vogal precedente também é de fraco valor, já que, por um lado, se mantém na língua palavras com vogal pré-tónica aberta, sem a presença de qualquer sinal diacrítico, como em *corar, padeiro, oblação, pregar* (= fazer uma prédica), etc., e, por outro, a conservação de tais consoantes não impede a tendência para o enurdecimento da vogal anterior em casos como *accionar, actual, actualidade, exactidão, tactear*, etc.;
- c) É indiscutível que a supressão deste tipo de consoantes vem facilitar a aprendizagem da grafia das palavras em que elas ocorriam.  
De facto, como é que uma criança de 6-7 anos pode compreender que em palavras como *concepção, excepção, recepção*, a consoante não articulada é um *p*, ao passo que em vocábulos como *correção, direcção, objecção*, tal consoante é um *c*?  
Só à custa de um enorme esforço de memorização que poderá ser vantajosamente canalizado para outras áreas da aprendizagem da língua;
- d) A divergência de grafias existente neste domínio entre a norma lusitana, que teimosamente conserva consoantes que não se articulam em todo o domínio geográfico da língua portuguesa, e a norma brasileira, que há muito suprimiu tais consoantes, é incompreensível para os lusitanistas estrangeiros, nomeadamente para professores e estudantes de português, já que lhes cria dificuldades suplementares, nomeadamente na consulta dos dicionários, uma vez que as palavras em causa vêm em lugares diferentes da ordem alfabética, conforme apresentam ou não a consoante muda;
- e) Uma outra razão, esta de natureza psicológica, embora nem por isso menos importante, consiste na convicção de que não haverá unificação ortográfica da língua portuguesa se tal disparidade não for resolvida;
- f) Tal disparidade ortográfica só se pode resolver suprimindo da escrita as consoantes não articuladas, por uma questão de coerência, já que a pronúncia as ignora, e não tentando impor a sua grafia àqueles que há muito as não escrevem, justamente por elas não se pronunciarem.

#### 4.3 — Incongruências aparentes

A aplicação do princípio, baseado no critério da pronúncia, de que as consoantes *c* e *p* em certas sequências consonânticas se suprimem, quando não articuladas, conduz a algumas incongruências aparentes, conforme sucede em palavras como *apocalítico* ou *Egito* (sem *p*, já que este não se pronuncia), a par de *apocalipse* ou *egípcio* (visto que aqui o *p* se articula), *noturno* (sem *c*, por este ser mudo), ao lado de *noctívago* (com *c*, por este se pronunciar), etc.

Tal incongruência é apenas aparente. De facto, baseando-se a conservação ou supressão daquelas consoantes no

critério da pronúncia, o que não faria sentido era mantê-las, em certos casos, por razões de parentesco lexical. Se se abrisse tal excepção, o *utante*, ao ter que escrever determinada palavra, teria que recordar previamente, para não cometer erros, se não haveria outros vocábulos da mesma família que se escrevessem com este tipo de consoante.

Aliás, divergências ortográficas do mesmo tipo das que agora se propõem foram já aceites nas bases de 1945 (v. base vi, último parágrafo), que consagraram grafias como *assunção* ao lado de *assumptivo, cativo* a par de *captor* e *captura, dicionário*, mas *dicção*, etc. A razão então aduzida foi a de que tais palavras entraram e se fixaram na língua em condições diferentes. A justificação da grafia com base na pronúncia é tão nobre como aquela razão.

#### 4.4 — Casos de dupla grafia [base iv, 1.ª, c) e d), e 2.ª]

Sendo a pronúncia um dos critérios em que assenta a ortografia da língua portuguesa, é inevitável que se aceitem grafias duplas naqueles casos em que existem divergências de articulação quanto às referidas consoantes *c* e *p* e ainda em outros casos de menor significado. Toma-se, porém, praticamente impossível enunciar uma regra clara e abrangente dos casos em que há oscilação entre o emudecimento e a prolação daquelas consoantes, já que todas as sequências consonânticas enunciadas, qualquer que seja a vogal precedente, admitem as duas alternativas: *cacto* e *cato, caracteres* e *carateres, dicção* e *dição, facto* e *fato, sector* e *setor; ceptro* e *setro; concepção* e *conceção, recepção* e *receção; assumção* e *assunção, peremptório* e *perentório, sumptuoso* e *suntuoso*; etc.

De um modo geral pode dizer-se que, nestes casos, o emudecimento da consoante (excepto em *dicção, facto, sumptuoso* e poucos mais) se verifica, sobretudo, em Portugal e nos países africanos, enquanto no Brasil há oscilação entre a prolação e o emudecimento da mesma consoante.

Também os outros casos de dupla grafia (já mencionados em 4.1), do tipo de *súbdio* e *súdito, subúil* e *suil, amígdala* e *amídala, omnisciente* e *onisciente, aritmética* e *arimética*, muito menos relevantes em termos quantitativos do que os anteriores, se verificam sobretudo no Brasil.

Trata-se, afinal, de formas divergentes, isto é, do mesmo étimo. As palavras sem consoante mais antigas e introduzidas na língua por via popular foram já usadas em Portugal e encontram-se nomeadamente em escritores dos séculos xvi e xvii.

Os dicionários da língua portuguesa, que passarão a registar as duas formas em todos os casos de dupla grafia, esclarecerão, tanto quanto possível, sobre o alcance geográfico e social desta oscilação de pronúncia.

#### 5 — Sistema de acentuação gráfica (bases viii a xiii)

##### 5.1 — Análise geral da questão

O sistema de acentuação gráfica do português actualmente em vigor, extremamente complexo e minucioso, remonta essencialmente à Reforma Ortográfica de 1911.

Tal sistema não se limita, em geral, a assinalar apenas a tonicidade das vogais sobre as quais recaem os acentos gráficos, mas distingue também o timbre destas.

Tendo em conta as diferenças de pronúncia entre o português europeu e o do Brasil, era natural que surgis-

sem divergências de acentuação gráfica entre as duas realizações da língua.

Tais divergências têm sido um obstáculo à unificação ortográfica do português.

É certo que em 1971, no Brasil, e em 1973, em Portugal, foram dados alguns passos significativos no sentido da unificação da acentuação gráfica, como se disse atrás. Mas, mesmo assim, subsistem divergências importantes neste domínio, sobretudo no que respeita à acentuação das paroxítonas.

Não tendo tido viabilidade prática a solução fixada na Convenção Ortográfica de 1945, conforme já foi referido, duas soluções eram possíveis para se procurar resolver esta questão.

Uma era conservar a dupla acentuação gráfica, o que constituía sempre um espinho contra a unificação da ortografia.

Outra era abolir os acentos gráficos, solução adoptada em 1986, no Encontro do Rio de Janeiro.

Esta solução, já preconizada no I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, realizado em 1967 em Coimbra, tinha sobretudo a justificação o facto de a língua oral preceder a língua escrita, o que leva muitos utentes a não empregarem na prática os acentos gráficos, visto que não os consideram indispensáveis à leitura e compreensão dos textos escritos.

A abolição dos acentos gráficos nas palavras proparoxítonas e paroxítonas preconizada no Acordo de 1986, foi, porém, contestada por uma larga parte da opinião pública portuguesa, sobretudo por tal medida ir contra a *tradição ortográfica* e não tanto por estar contra a *prática ortográfica*.

A questão da acentuação gráfica tinha, pois, de ser repensada.

Neste sentido, desenvolveram-se alguns estudos e fizeram-se vários levantamentos estatísticos com o objectivo de se delimitarem melhor e quantificarem com precisão as divergências existentes nesta matéria.

## 5.2 — Casos de dupla acentuação

### 5.2.1 — Nas proparoxítonas (base ix)

Verificou-se assim que as divergências, no que respeita às proparoxítonas, se circunscrevem praticamente, como já foi destacado atrás, ao caso das vogais tónicas e e o, seguidas das consoantes nasais m e n, com as quais aquelas não formam sílaba (v. base XI, 3.º).

Estas vogais soam abertas em Portugal e nos países africanos, recebendo, por isso, acento agudo, mas são do timbre fechado em grande parte do Brasil, grafando-se por conseguinte com acento circunflexo: *académico acadêmico, cómodo cômodo, efêmerol efêmero, fenómeno fenômeno, gênio! gênio, tónico! tônico, etc.*

Existe uma ou outra excepção a esta regra, como, por exemplo, *cômoro e sêmola*, mas estes casos não são significativos.

Costuma, por vezes, referir-se que o a tónico das proparoxítonas, quando seguido de m ou n com que não forma sílaba, também está sujeito à referida divergência de acentuação gráfica. Mas tal não acontece, porém, já que o seu timbre soa praticamente sempre fechado nas pronúncias cultas da língua, recebendo, por isso, acento circunflexo: *âmago, ânimo, botânico, câmara, dinâmico, gerânio, pânico, pirâmide.*

As únicas excepções a este princípio são os nomes próprios de origem grega *Dánael Dánae e Dánaol Dânao.*

Note-se que se as vogais e e o, assim como a, formam sílaba com as consoantes m ou n, o seu timbre é sempre fechado em qualquer pronúncia culta da língua, recebendo, por isso, acento circunflexo: *êmbolo, amêndoa, argênieo, excêntrico, têmpera; anacrêntico, cômputo, recôndito; cânfora, Grândola, Islândia, lâmpada, sonâmbulo, etc.*

### 5.2.2 — Nas paroxítonas (base ix)

Também nos casos especiais de acentuação das paroxítonas ou graves (v. base IX, 2.º), algumas palavras que contêm as vogais tónicas e e o em final de sílaba, seguidas das consoantes nasais m e n, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua.

Tais palavras são assinaladas com acento agudo, se o timbre da vogal tónica é aberto, ou com acento circunflexo, se o timbre é fechado: *fémur ou fêmur, Fénix ou Fênix, ónix ou ónix, sêmen ou sêmen, xénon ou xênon; bônus ou bônus, ónus ou ónus, pónei ou pônei, ténis ou ténis, Vénus ou Vênus; etc.* No total, estes são pouco mais de uma dúzia de casos.

### 5.2.3 — Nas oxítonas (base viii)

Encontramos igualmente nas oxítonas [v. base VIII, 1.º, a), obs.] algumas divergências de timbre em palavras terminadas em e tónico, sobretudo provenientes do francês. Se esta vogal tónica soa aberta, recebe acento agudo; se soa fechada, grafa-se com acento circunflexo. Também aqui os exemplos pouco ultrapassam as duas dezenas: *bebé ou bebê, caraté ou caratê, croché ou crochè, guiché ou guichê, matiné ou matinê, puré ou purê; etc.* Existe também um caso ou outro de oxítonas terminadas em o ora aberto ora fechado, como sucede em *cocó ou cocò, ró ou rô.*

A par de casos como este há formas oxítonas terminadas em o fechado, às quais se opõem variantes paroxítonas, como acontece em *judô e judo, metrô e metro*, mas tais casos são muito raros.

### 5.2.4 — Avaliação estatística dos casos de dupla acentuação gráfica

Tendo em conta o levantamento estatístico que se fez na Academia das Ciências de Lisboa, com base no já referido *corpus* de cerca de 110 000 palavras do vocabulário geral da língua, verificou-se que os citados casos de dupla acentuação gráfica abrangiam aproximadamente 1,27 % (cerca de 1400 palavras). Considerando que tais casos se encontram perfeitamente delimitados, como se referiu atrás, sendo assim possível enunciar a regra de aplicação, optou-se por fixar a dupla acentuação gráfica como a solução menos onerosa para a unificação ortográfica da língua portuguesa.

### 5.3 — Razões da manutenção dos acentos gráficos nas proparoxítonas e paroxítonas

Resolvida a questão dos casos de dupla acentuação gráfica, como se disse atrás, já não tinha relevância o principal motivo que levou em 1986 a abolir os acentos nas palavras proparoxítonas e paroxítonas.

Em favor da manutenção dos acentos gráficos nestes casos, ponderaram-se, pois, essencialmente as seguintes razões:

- a) Pouca representatividade (cerca de 1,27 %) dos casos de dupla acentuação;
- b) Eventual influência da língua escrita sobre a língua oral, com a possibilidade de, sem acentos gráficos, se intensificar a tendência para a paroxítonia, ou seja, deslocação do acento tónico da antepenúltima para a penúltima sílaba, lugar mais frequente de colocação do acento tónico em português;
- c) Dificuldade em apreender correctamente a pronúncia de termos de âmbito técnico e científico, muitas vezes adquiridos através da língua escrita (leitura);
- d) Dificuldades causadas, com a abolição dos acentos, à aprendizagem da língua, sobretudo quando esta se faz em condições precárias, como no caso dos países africanos, ou em situação de auto-aprendizagem;
- e) Alargamento, com a abolição dos acentos gráficos, dos casos de homografia, do tipo de *análise* (s./) *análise* (v.), *fábrica* (s./) *fábrica* (v.), *secretária* (s./) *secretaria* (s. ou v.), *vária* (s./) *varia* (v.), etc., casos que, apesar de dirimíveis pelo contexto sintáctico, levantariam por vezes algumas dúvidas e constituiriam sempre problema para o tratamento informatizado do léxico;
- f) Dificuldade em determinar as regras de colocação do acento tónico em função da estrutura mórfica da palavra. Assim, as proparoxítonas, segundo os resultados estatísticos obtidos da análise de um *corpus* de 25 000 palavras, constituem 12 %. Destes 12 %, cerca de 30 % são falsas esdrúxulas (cf. *génio*, *água*, etc.). Dos 70 % restantes, que são as verdadeiras proparoxítonas (cf. *cómodo*, *género*, etc.), aproximadamente 29 % são palavras que terminam em *-icol-ica* (cf. *ártico*, *económico*, *médico*, *prático*, etc.). Os restantes 41 % de verdadeiras esdrúxulas distribuem-se por cerca de 200 terminações diferentes, em geral de carácter erudito (cf. *espirito*, *inclito*, *púlpito*; *filólogo*; *filósofo*; *esófago*; *epiteto*; *pássaro*; *pêsames*; *facílmo*; *lindíssimo*; *parênensis*; etc.).

#### 5.4 — Supressão de acentos gráficos em certas palavras oxítonas e paroxítonas (bases VIII, IX e X)

##### 5.4.1 — Em casos de homografia (bases VIII, 3.º, e IX, 7.º e 8.º)

O novo texto ortográfico estabelece que deixem de se acentuar graficamente palavras do tipo de *para* (*á*), flexão de *parar*, *pelo* (*ê*), substantivo, *pelo* (*é*), flexão de *pelar*, etc., as quais são homógrafas, respectivamente, das proclíticas *para*, preposição, *pelo*, contração de *per* e *lo*, etc.

As razões por que se suprime, nestes casos, o acento gráfico são as seguintes:

- a) Em primeiro lugar, por coerência com a abolição do acento gráfico já consagrada pelo Acordo de 1945, em Portugal, e pela Lei n.º 5765, de 18 de Dezembro de 1971, no Brasil, em casos semelhantes, como, por exemplo: *acerto* (*ê*), substantivo, e *acerto* (*é*), flexão de *acertar*; *acordo* (*ô*), substantivo, e *acordo* (*ó*), flexão de *acordar*; *cor*

(*ô*), substantivo, e *cor* (*ó*), elemento da locução de *cor*; *sede* (*ê*) e *sede* (*é*), ambos substantivos; etc.;

- b) Em segundo lugar, porque, tratando-se de pares cujos elementos pertencem a classes gramaticais diferentes, o contexto sintáctico permite distinguir claramente tais homógrafas.

##### 5.4.2 — Em paroxítonas com os ditongos *ei* e *oi* na sílaba tónica (base IX, 3.º)

O novo texto ortográfico propõe que não se acentuem graficamente os ditongos *ei* e *oi* tónicos das palavras paroxítonas. Assim, palavras como *assembleia*, *boleia*, *ideia*, que na norma gráfica brasileira se escrevem com acento agudo, por o ditongo soar aberto, passarão a escrever-se sem acento, tal como *aldeia*, *baleia*, *cheia*, etc.

Do mesmo modo, palavras como *comboio*, *dezoito*, *estroina*, etc., em que o timbre do ditongo oscila entre a abertura e o fechamento, oscilação que se traduz na facultatividade do emprego do acento agudo no Brasil, passarão a grafar-se sem acento.

A generalização da supressão do acento nestes casos justifica-se não apenas por permitir eliminar uma diferença entre a prática ortográfica brasileira e a lusitana, mas ainda pelas seguintes razões:

- a) Tal supressão é coerente com a já consagrada eliminação do acento em casos de homografia heterofónica (v. base IX, 8.º, e, neste texto atrás, 5.4.1), como sucede, por exemplo, em *acerto*, substantivo, e *acerto*, flexão de *acertar*, *acordo*, substantivo, e *acordo*, flexão de *acordar*, *fora*, flexão de *ser* e *ir*, e *fora*, advérbio, etc.;
- b) No sistema ortográfico português não se assinala, em geral, o timbre das vogais tónicas *a*, *e* e *o* das palavras paroxítonas, já que a língua portuguesa se caracteriza pela sua tendência para a paroxítonia. O sistema ortográfico não admite, pois, a distinção entre, por exemplo: *cada* (*á*) e *fada* (*á*), *para* (*á*) e *tara* (*á*); *espelho* (*ê*) e *velho* (*ê*), *janela* (*é*) e *janelo* (*é*), *escrevera* (*ê*), flexão de *escrever*, e *Primavera* (*é*); *moda* (*ó*) e *toda* (*ó*), *virtuosa* (*ó*) e *virtuoso* (*ó*); etc.

Então, se não se torna necessário, nestes casos, distinguir pelo acento gráfico o timbre da vogal tónica, por que se há-de usar o diacrítico para assinalar a abertura dos ditongos *ei* e *oi* nas paroxítonas, tendo em conta que o seu timbre nem sempre é uniforme e a presença do acento constituiria um elemento perturbador da unificação ortográfica?

##### 5.4.3 — Em paroxítonas do tipo de *abençoar*, *enjoar*, *voar*, etc. (base IX, 9.º)

Por razões semelhantes às anteriores, o novo texto ortográfico consagra também a abolição do acento circunflexo, vigente no Brasil, em palavras paroxítonas como *abençoar*, flexão de *abençoar*, *enjoar*, substantivo e flexão de *enjoar*, *moor*, flexão de *moer*, *povoo*, flexão de *povoar*, *voor*, substantivo e flexão de *voar*, etc.

O uso do acento circunflexo não tem aqui qualquer razão de ser, já que ele ocorre em palavras paroxítonas cuja vogal tónica apresenta a mesma pronúncia em todo o domínio da língua portuguesa. Além de não ter, pois, qualquer vantagem nem justificação, constitui um factor que perturba a unificação do sistema ortográfico.

5.4.4 — Em formas verbais com *u* e *ui* tónicos, precedidos de *g* e *q* (base x, 6.º)

Não há justificação para se acentuarem graficamente palavras como *apasigue*, *arguem*, etc., já que estas formas verbais são paroxítonas e a vogal *u* é sempre articulada, qualquer que seja a flexão do verbo respectivo.

No caso de formas verbais como *argui*, *delinquis*, etc., também não há justificação para o acento, pois se trata de oxítonas terminadas no ditongo tónico *ui*, que como tal nunca é acentuado graficamente.

Tais formas só serão acentuadas se a sequência *ui* não formar ditongo e a vogal tónica for *i*, como, por exemplo, *argui* (1.ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo).

## 6 — Emprego do hífen (bases xv a xvi).

### 6.1 — Estado da questão

No que respeita ao emprego do hífen, não há propriamente divergências assumidas entre a norma ortográfica lusitana e a brasileira. Ao compulsarmos, porém, os dicionários portugueses e brasileiros e os meros, por exemplo, jornais e revistas, deparam-se-nos muitas oscilações e um largo número de formações vocabulares com grafia dupla, ou seja, com hífen e sem hífen, o que aumenta desmesurada e desnecessariamente as entradas lexicais dos dicionários. Estas oscilações verificam-se sobretudo nas formações por prefixação e na chamada recomposição, ou seja, em formações com pseudoprefixos de origem grega ou latina.

Eis alguns exemplos de tais oscilações: *ante-rostro* e *anterrosto*, *co-educação* e *coeducação*, *pré-frontal* e *pre-frontal*, *sobre-saia* e *sobressaia*, *sobre-saltar* e *sobressaltar*; *aero-espacial* e *aeroespacial*, *auto-aprendizagem* e *autoaprendizagem*, *agro-industrial* e *agroindustrial*, *agropecuária* e *agropecuária*, *alvéolo-dental* e *alveolodental*, *bolbo-raquidiano* e *bolborraquidiano*, *geo-história* e *geoiistória*, *micro-onda* e *microonda*; etc.

Estas oscilações são, sem dúvida, devidas a uma certa ambiguidade e falta de sistematização das regras que sobre esta matéria foram consagradas no texto de 1945. Tornava-se, pois, necessário reformular tais regras de modo mais claro, sistemático e simples. Foi o que se tentou fazer em 1986.

A simplificação e redução operadas nessa altura, nem sempre bem compreendidas, provocaram igualmente polémica na opinião pública portuguesa, não tanto por uma ou outra incongruência resultante da aplicação das novas regras, mas sobretudo por alterarem bastante a prática ortográfica neste domínio.

A posição que agora se adopta, muito embora tenha tido em conta as críticas fundamentadas ao texto de 1986, resulta, sobretudo, do estudo do uso do hífen nos dicionários portugueses e brasileiros, assim como em jornais e revistas.

### 6.2 — O hífen nos compostos (base xv)

Sintetizando, pode dizer-se que, quanto ao emprego do hífen nos compostos, locuções e encadeamentos vocabulares, se mantém o que foi estatuído em 1945, apenas se reformulando as regras de modo mais claro, sucinto e simples.

De facto, neste domínio não se verificam praticamente divergências nem nos dicionários nem na imprensa escrita.

### 6.3 — O hífen nas formas derivadas (base xvi)

Quanto ao emprego do hífen nas formações por prefixação e também por recomposição, isto é, nas formações com pseudoprefixos de origem grega ou latina, apresenta-se alguma inovação. Assim, algumas regras são formuladas em termos contextuais, como sucede nos seguintes casos:

- Emprega-se o hífen quando o segundo elemento da formação começa por *h* ou pela mesma vogal ou consoante com que termina o prefixo ou pseudoprefixo (por exemplo: *anti-higiénico*, *contra-almirante*, *hiper-resistente*);
- Emprega-se o hífen quando o prefixo ou falso prefixo termina em *m* e o segundo elemento começa por vogal, *m* ou *n* (por exemplo: *circum-murado*, *pan-africano*).

As restantes regras são formuladas em termos de unidades lexicais, como acontece com oito delas (*ex-*, *sota-* e *soto-*, *vice-* e *vizo-*; *pós-*, *pré-* e *pró-*).

Noutros casos, porém, uniformiza-se o não emprego do hífen, do modo seguinte:

- Nos casos em que o prefixo ou o pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por *r* ou *s*, estas consoantes dobram-se, como já acontece com os termos técnicos e científicos (por exemplo: *antirreligioso*, *microsistema*);
- Nos casos em que o prefixo ou o pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente daquela, as duas formas aglutinam-se, sem hífen, como já sucede igualmente no vocabulário científico e técnico (por exemplo: *antiaéreo*, *aeroespacial*).

### 6.4 — O hífen na ênclise e tmese (base xvii)

Quanto ao emprego do hífen na ênclise e na tmese mantêm-se as regras de 1945, excepto no caso das formas *hei de*, *hás de*, *há de*, etc., em que passa a suprimir-se o hífen. Nestas formas verbais o uso do hífen não tem justificação, já que a preposição *de* funciona ali como mero elemento de ligação ao infinitivo com que se forma a perífrase verbal (cf. *hei de ler*, etc.), na qual *de* é mais proclítica do que apoclítica.

## 7 — Outras alterações de conteúdo

### 7.1 — Inserção do alfabeto (base i)

Uma inovação que o novo texto de unificação ortográfica apresenta, logo na base I, é a inclusão do alfabeto, acompanhado das designações que usualmente são dadas às diferentes letras. No alfabeto português passam a incluir-se também as letras *k*, *w* e *y*, pelas seguintes razões:

- Os dicionários da língua já registam estas letras, pois existe um razoável número de palavras do léxico português iniciado por elas;
- Na aprendizagem do alfabeto é necessário fixar qual a ordem que aquelas letras ocupam;
- Nos países africanos de língua oficial portuguesa existem muitas palavras que se escrevem com aquelas letras.

Apesar da inclusão no alfabeto das letras *k*, *w* e *y*, mantiveram-se, no entanto, as regras já fixadas anteriormente, quanto ao seu uso restritivo, pois existem outros grafemas com o mesmo valor fónico daquelas. Se, de facto, se abolisse o uso restritivo daquelas letras, introduzir-se-ia no sistema ortográfico do português mais um factor de perturbação, ou seja, a possibilidade de representar, indiscriminadamente, por aquelas letras fonemas que já são transcritos por outras.

#### 7.2 — Abolição do trema (base XIV)

No Brasil, só com a Lei n.º 5765, de 18 de Dezembro de 1971, o emprego de trema foi largamente restringido, ficando apenas reservado às sequências *gu* e *qu* seguidas de *e* ou *i*, nas quais *u* se pronuncia (cf. *aguentar*, *arguente*, *eloquente*, *equestre*, etc.).

O novo texto ortográfico propõe a supressão completa do trema, já acolhida, aliás, no Acordo de 1986, embora não figurasse explicitamente nas respectivas bases. A única ressalva, neste aspecto, diz respeito a palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros com trema (cf. *mülleriano*, de *Müller*, etc.).

Generalizar a supressão do trema é eliminar mais um factor que perturba a unificação da ortografia portuguesa.

#### 8 — Estrutura do novo texto

Na organização do novo texto de unificação ortográfica optou-se por conservar o modelo de estrutura já adoptado em 1986. Assim, houve a preocupação de reunir, numa mesma base, matéria afim, dispersa por diferentes bases de textos anteriores, donde resultou a redução destas a 21.

Através de um título sucinto, que antecede cada base, dá-se conta do conteúdo nela consagrado. Dentro de cada base adoptou-se um sistema de numeração (tradicional) que permite uma melhor e mais clara arrumação da matéria aí contida.

## **REGISTO BIBLIOGRÁFICO**

---

## REGISTO BIBLIOGRÁFICO

AMADO, Teresa — *Fernão Lopes — contador de história. Sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa, Estampa, 1991, 242 pp.

Estamos na presença de uma obra que faz um estudo dos processos de escrita de Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*, que é, para a autora, a que melhor evidencia as marcas da sua actividade escritural, enquanto historiador do seu tempo e, por conseguinte, também narrador. Daí a preocupação em não descurar as mútuas implicações dessa ambivalência e em considerar simultaneamente as diferentes abordagens que ela suscita. Encontramos primeiramente um quadro elucidativo das condições em que Fernão Lopes produziu essa crónica, o qual se revela indispensável na interpretação dos dados colhidos na análise que se segue. O ponto de partida do presente trabalho é o confronto entre a *Crónica de D. João I* e as obras narrativas que constituem as suas fontes mais importantes. Destas salientam-se a *Crónica de Don Juan I* de Pero López de Ayala e, sobretudo, a *Crónica do Condestabre*. É, pois, mediante este confronto que a autora irá indagar dos processos de escrita na crónica de Fernão Lopes, os quais reflectem um aturado trabalho de investigação e selecção das fontes, orientado por uma nova concepção da história. (G. N.)

AMARAL, Fernando Pinto do — *O mosaico fluido. Modernidade e pós-modernidade na poesia portuguesa mais recente*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1991, 196 pp.

O livro, tese de mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, em 1990, tem 196 págs., mais uma, a última, não numerada, na qual há inusitada, porque solitária, uma citação em inglês de W. H. Auden. Além do «Preâmbulo» e do «Epílogo», o livro consta de duas partes muito distintas. Na primeira, e em dois capítulos, o autor discute os conceitos relacionados com o pós-modernismo e a pós-modernidade (mais o modernismo e a modernidade), num total de 35 páginas. Na segunda, dedica um capítulo a cada um de nove poetas (António Osório, João Miguel Fernandes Jorge, Nuno Júdice, Joaquim Manuel Magalhães, António Franco Alexandre, Al Berto, Helder

Moura Pereira, José Agostinho Baptista e Luís Miguel Nava), outro a poetas dos anos 70 («contributos para um mosaico fluido») e, finalmente, o último, a «alguns poetas dos anos 80». Além da bibliografia teórica final, cada capítulo dedicado a um poeta leva uma bibliografia crítica.

O livro constitui a primeira apreciação do conjunto da poesia nos últimos vinte anos, incorrendo no risco de, mesmo na referência lateral a outros poetas, sobretudo dos anos 80, pecar por omissão ou defeito, conforme o autor reconhece: «a verdade é que nos situamos ainda demasiado perto dos anos 80 para que seja lícito ou sequer fecundo analisá-los com um mínimo de perspectiva» (p. 180).

Entre tantos poetas dos últimos vinte anos, perante a incerteza do *mosaico*, o autor optou pela assumida fluidez e subjectividade de critério, efectuando uma escolha baseada na notoriedade dos eleitos e sua aceitação pela *instituição literária* (por certo jogando à cautela), exprimindo-se em estilo muito pessoalizado e modalizado (numa posição de evidente falsa modéstia), o que lhe permite defender-se (com desenvoltura?) das hipotéticas críticas ao estudo da obra extensa de nove poetas em menos de cem páginas. Em suma: um projecto desmesurado para os limites muito marcados, de uma tese (aceitável como ensaio) de que resulta uma escrita sinóptica e, ainda que o não pareça, tenazmente avaliativa. (P. L.)

BALLESTERO, Manuel — *El principio romántico*, Barcelona, Anthropos, 1990, 171 pp.

Manuel Ballester, em *El principio romántico*, faz uma reflexão sobre o princípio espiritual e teórico do Romantismo. Grande parte da obra é, aliás, dedicada a questões de estética, a temas de filosofia da literatura, à poética da modernidade, entre outros temas.

A ênfase que atribui à oposição entre ética clássica e estética romântica é um traço marcante deste ensaio, bem como alguma incidência no estudo da exiguidade do princípio romântico, face às tarefas e exigências da actualidade. Através da absolutização do estético e da constatação do conflito individual, o autor põe a descoberto o lado alienante da vida social — a arte procuraria então estabelecer um certo *modus vivendi* que o próprio sistema havia eliminado. (A. R. N.)

BAPTISTA, A. B. *et alii* (orgs.) — *Camilo: evocações e juízos. Antologia de ensaios*, Porto, Comissão Nacional das Comemorações Camilianas, 1991, 291 pp.

Propõe-se esta antologia dar a conhecer a um público não especializado a recepção da obra camiliana, reunindo para isso um conjunto de textos cuja diversidade de abordagens corresponde à «diversidade de planos ou facetas de uma obra extensa, complexa, irregular, que só ganha com o conhecimento reflexivo e integrativo de aspectos muito heterogéneos». O critério de arrumação dos diversos textos é a data de nascimento dos respectivos autores, elegendo-se assim uma perspectiva histórica segundo a qual se torna possível acompanhar a progressiva construção da imagem de Camilo — homem e artista —, começando pelos testemunhos seus contemporâneos. São estes em número de catorze, constituindo uma secção inicial onde cabem breves registos de contactos pessoais, como os de Júlio Dinis, Trindade Coelho ou Gonçalves Crespo, mas também as mais antigas tentativas de análise crítica da obra. Aqui figuram, entre outros, textos de Sampaio Bruno, que analisa a produção literária de Camilo situando-a no contexto da ficção portuguesa, de Alexandre da Conceição, com o qual o autor d'*A Corja* mantivera uma acesa polémica motivada, justamente, por esta réplica satírica ao Realismo/Naturalismo, e ainda de Luís de Magalhães, que fizera do seu *Brasileiro Soares* o contraponto de um dos tipos de maior fortuna da novelística camiliana. Integram também esta secção um texto de Ramalho Ortigão sobre a sociedade rural nortenha recriada por Camilo e a famosa carta que Eça não chegou a enviar e que só postumamente foi publicada no volume *Últimas Páginas*. Quanto à secção relativa ao século XX, composta por um conjunto de vinte e seis títulos, dela fazem parte textos evocativos da personalidade do homem e do escritor (Raúl Brandão, Vitorino Nemésio, Agustina Bessa Luís, Teixeira de Pascoaes e Miguel Torga), contribuições marcadas por um objectivo de síntese (José Régio, Gaspar Simões, Óscar Lopes, Eduardo Lourenço, Bigotte Chorão e Jorge de Sena), um conjunto de estudos dedicados a aspectos particulares — como, por exemplo, os processos de caracterização das personagens, de Maria de Lourdes Ferraz, ou a implantação transmontana da obra camiliana, de João de Araújo Correia — e, finalmente, alguns estudos monográficos sobre obras individuais, de que são exemplo as páginas de José Augusto França sobre o *Amor de Perdição*. O trabalho de selecção e organização desta antologia é da responsabilidade de Abel Barros Baptista, Annabela Rita, Cristina Almeida Ribeiro, João Bigotte Chorão e Óscar Lopes. (M. R. C.)

BASTOS, Cecília; FIDALGO, Maria Júlia — *Saber Redigir*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1990, 88 pp.

*Saber Redigir*, de Cecília Bastos e Maria Júlia Fidalgo, é um útil auxiliar de trabalho na área das técnicas de expressão escrita do Português.

Dirigido em primeira instância aos candidatos a exame de ingresso no ensino superior, ele revela-se, porém, de grande utilidade para todos aqueles que necessitem ou desejem aprofundar conhecimentos e técnicas mais sólidas no exercício de redacção de textos.

Na primeira parte as autoras oferecem um vasto conjunto de noções teóricas sobre a Composição, o Resumo e a Comparação de Textos, sendo a segunda parte composta por actividades práticas e pela apresentação de propostas de trabalho.

É, portanto, a qualquer «aprendiz da escrita» que este livro se destina, pensado numa base de aprendizagem autónoma e visando contribuir para uma melhor utilização da língua escrita ao serviço da expressão do pensamento. (V. C. F.)

BURKERT, Walter — *Mito e Mitologia*, Lisboa, Edições 70, 1991, 81 pp.

*Mito e Mitologia* é uma obra de carácter propedêutico, escrita por um dos maiores especialistas da religião grega, para servir de orientação geral à vasta e complexa área temática em que se incluem o mito, a multiplicidade de formas que pode revestir e as diversas teorias sobre a sua interpretação.

A reduzida dimensão desta obra está na razão inversa do «seu indiscutível valor científico», o qual surge por sua vez acrescido pela qualidade da tradução, da responsabilidade da Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Helena da Rocha Pereira da Universidade de Coimbra, facilitando aos estudantes e estudiosos portugueses o acesso ao estudo deste importante fenómeno cultural. (A. N. P.)

CENTENO, Y. K — *A Arte de Jardinar. Do Símbolo no Texto literário*, Lisboa, Presença, 1992, 149 pp.

De seis ensaios é composto este livro, cuja unidade maior se encontra no interesse pela utilização literária do universo semântico da alquimia, do mito e do símbolo em autores como Camões, Goethe, Mozart, Lewis Carrol,

Musil, Michaux, Herberto Helder e muitos outros. Aborda a forma peculiar de interacção dos elementos que intervêm no processo alquímico (elementos naturais, químicos, cósmicos, etc.), que consiste na eleição da complementaridade dos opostos (Lupasco), contrariando a lógica aristotélica e cartesiana. O alcance gnoseológico do processo alquímico, de repelir o que se opõe, está para a A. no surgimento da harmonia, ordem valorizada na sua dimensão filosófica e estética, razão pela qual analisa mitos como o mito do andrógino (em Musil), a complicada questão do feminino «castrado» em Wagner (*Parsifal*), a transformação do amor em vários textos (no ensaio «A Alquimia do Amor»).

Dos *passeios* da A. pelos «jardins alquímicos» de diversos autores, refira-se ainda: o simbolismo maçónico na *Flauta Mágica* de Mozart, as potencialidades iniciáticas do conhecimento alquímico no *Fausto* de Goethe, através de uma religiosidade «que em tudo contempla tudo» (p. 49). «O outro texto» (último ensaio) problematiza a imaginação simbólica e algumas formas de projecção no texto literário, demonstrando que, por via de processos de simbolização e de mitificação, o texto literário aufere maior significação e comunicabilidade: «Autor, leitor, ambos se encontram naquela matéria arquetípica, primordial, comum, ali formalizada no texto, ali tornada de repente explícita, acessível» (137).

Refira-se ainda a abundante informação teórica, saberes interpretativos, actualizada referência bibliográfica e elegância da escrita. (C. M.)

DIAS, Marina Tavares — *A Lisboa de Fernando Pessoa*, Lisboa, Ibis Editores, Lda., 103 pp.

Surgindo como volume extra numa colecção de guias da cidade composta por textos de olisipógrafos, *A Lisboa de Fernando Pessoa* desde logo escapa ao propósito de análise histórica ou urbanística.

E porque o poeta, precisamente, «recua e redimensiona a cidade até ao limite de um reflexo interior», o interesse de uma tentativa de reconstituir a geografia pessoana situa-se particularmente para além da representação concreta e temporal da cidade, no exacto perfil dos seus edifícios, das suas ruas, ou do seu rio.

As suas deambulações pela capital lisboeta, «quer pela rua do Ouro acima pensando em tudo o que não é a rua do Ouro», quer «virando todos os dias todas as esquinas de todas as ruas», são as de um «transeunte inútil» sempre

perdido num «sonhar irrequieto» que o vai alheando dos percursos reais quotidianos.

É assim que ao ser guiada pelos próprios textos de Pessoa, esta viagem através de Lisboa reencontra a sua mais peculiar dimensão:

(...) «O ter deveres, que prolixa coisa! / Agora tenho eu que estar à uma menos cinco / Na estação do Rossio, tabuleiro superior — despedida / Do amigo que vai no Sud Express de toda a gente / Para onde toda a gente vai, o Paris ...» // (...) (A. N. P.)

JÚDICE, Nuno — *O Espaço do Conto no Texto Medieval*, Lisboa, Vega, 1991, 271 pp.

*O Espaço do Conto no Texto Medieval*, de Nuno Júdice, procura situar o instante histórico em que a representação de uma determinada realidade se fixa como forma literária, cria uma dinâmica própria e uma vida autónoma, i. e., o momento em que a escrita começa a dominar sobre a oralidade, o que, na cultura ocidental, acontece na Idade Média.

Acompanhando o processo de definição do género narrativo, que tem no conto o seu ponto de partida, o autor trabalha sobre textos que levantam questões conducentes ao lugar da fronteira entre o literário e o não-literário. Textos hagiográficos, lendas, o conto popular, relatos de tipo cronístico, etc. que, não integrando uma Literatura no sentido que hoje se atribui ao conceito, apresentam já, segundo o autor, inegáveis marcas estéticas, características do objecto literário.

A qualidade estética do texto medieval deduz a o autor do seu universo imaginário, coerentemente organizado segundo um modo estrutural que lhe assegura um funcionamento autónomo em relação ao universo real, circunstancial que motivou a sua produção. Nessa fractura entre um objecto e a re-presentação que dele se faz no espaço autónomo que é a linguagem, encontra-se o momento genético da literariedade. É assim que à pergunta «o que é literário?» esta obra responde com os próprios textos a partir do momento em que eles detêm essa qualidade que permite o acesso a um segundo nível de sentido; nível esse que o autor define como um espaço concreto e que instaura o conto como o momento «primal» da génese narrativa. (V. C. F.)

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine — *Les Interactions Verbales*, Paris, Armand Colin, 1990, 318 pp.

A pertinência de *Les Interactions Verbales* justifica-a a autora pela grande proliferação de estudos, ensaios, colóquios e obras a que se tem assistido, de há duas décadas a esta parte e fundamentalmente nos E.U.A., sobre a questão das interacções verbais. Essa proliferação é, a um tempo, causa e efeito de uma transformação essencial na Linguística: de uma profunda revisão dos princípios metodológicos e epistemológicos que regem os estudos linguísticos. Considerada uma obra de síntese, ela esboça o panorama do estado actual da investigação neste domínio e faz o inventário dos fundamentos teóricos e de um determinado número de utensílios operatórios para abordar o estudo dos vários aspectos do funcionamento do interaccionismo.

Tratando-se de uma problemática claramente transdisciplinar e que, portanto, diz respeito a outras áreas das ciências humanas, a autora convoca, sempre que necessário, diversas teorias de outras disciplinas, mas concentra-se nos aspectos estritamente linguísticos do funcionamento das interacções. Diga-se ainda que a reflexão teórica aqui apresentada foi elaborada a partir da observação de um numeroso *corpus* de exemplos autênticos. (V. C. F.)

LOPES, Ana Maria Costa — *O Conto Regional na Imprensa Periódica de 1875 a 1930 I - Estudo e Bibliografias*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1990, 288 pp.

Ao debruçar-se sobre o conto regional publicado entre 1875 e 1930 na imprensa periódica, esta obra propõe-se contribuir para a «identificação das atitudes e comportamentos, das estruturas sociais e ideológicas segundo as quais as regiões portuguesas se diferenciam».

É, pois, neste sentido que empreende uma análise das diferenças verificadas no tratamento dos temas do trabalho (capítulo V) e do amor (capítulo VI) nas províncias do Minho e do Alentejo.

Nos capítulos que antecedem esta análise, cujo *corpus* foi constituído pelos materiais existentes na Biblioteca Nacional, Biblioteca da Ajuda, Hemeroteca e Universidade de Coimbra, encontram-se dados relativos ao aparecimento e desenvolvimento da imprensa periódica portuguesa. Dos inúmeros títulos consultados, relativos ao período de 1875 a 1930, alguns são objecto de uma referência mais demorada na qual se traça uma distinção entre as

publicações dos grandes centros urbanos e as da província. Refira-se ainda que o capítulo I inclui uma reflexão sobre «a temática da região e do povo na literatura portuguesa», assim como uma resenha dos mais importantes estudos sobre literatura regional.

Completam este trabalho, para além de uma Bibliografia Geral, uma Bibliografia do Conto Regional — relativa ao período de 1875 a 1930 — e uma Bibliografia das Publicações Periódicas compulsadas.

Registe-se, finalmente, a existência de dois índices onomásticos — de autores e de publicações — que, juntamente com as bibliografias mencionadas, constituem um valioso instrumento de trabalho para o investigador interessado nesta matéria. (M. R. C.)

LOPES, Silvina Rodrigues — *Aprendizagem do incerto*, Lisboa, Litoral, 1990, 234 pp.

Recolha de 24 textos «sobre poesia, ficção e ensaio de autores portugueses da modernidade ou contemporâneos», publicados alguns deles nos mais diversos órgãos de divulgação e pesquisa cultural. O livro dá a primazia aos poetas, abrindo com trabalhos sobre Herberto Helder, Sophia, Nemésio, Álvaro de Campos, Pessoa, Cesário e Pascoaes, continua com a narrativa de Carlos de Oliveira, Vergílio Ferreira, Agustina, Bernardo Soares, etc., naquela que é a maior secção (cerca de 120 páginas, num total de 230), e termina com notas breves sobre ensaios de Eduardo Lourenço, E. Prado Coelho, Joaquim Manuel Magalhães, Jorge de Sena e Vergílio Ferreira.

Textos que, pela leitura e escrita, se edificam como *aprendizagem do incerto*, regendo-se pelo princípio de incerteza que postula o saber como múltiplo e aberto, numa linha concomitante com a da consciência da *fluidez do mosaico* poético, narrativo e ensaístico, por razões sempre retomadas nesta contemporaneidade: a multiplicidade, a errância, a complexificação, o inacabamento (a propósito de Agustina e de Musil; p. 119); a ironia, o duplo, o labirinto (a propósito de Lourenço; p. 205).

Mesmo não obedecendo a um «intuito totalizador», como se diz na nota introdutória, esta recolha dá uma imagem globalizante da capacidade da autora em transformar as suas leituras/escritas do incerto na certeza da melhor compreensão de quem vai ler os textos sobre os quais escreve. (P. L.)

O'REILLY, Máire — *Communiquer avec son Auditoire*, Paris, Editions d'Organization, 1989, 118 pp.

Linguista, psicóloga na área do ensino de adultos, jornalista free-lance e consultora em comunicação, Máire O'Reilly apresenta, discute e justifica, nesta obra, todos os factores intervenientes no bom sucesso de uma comunicação em público.

Toda a elocução pública que se deseje profissional deve ser concebida para produzir um resultado específico. Para tal, há todo um trabalho prévio a que o orador se não deve furtar por forma a garantir a boa transmissão da sua mensagem.

Conhecer bem os objectivos da elocução, elaborá-la atendendo às expectativas e necessidades do público auditor, preparar o texto, realçar as ideias de impacto, fazer um uso sensato dos suportes visuais, da voz e da expressão corporal são apenas alguns exemplos do que nesta obra se aborda, onde cada detalhe é amplamente tratado e justificado. (V. C. F.)

## TEXTOS DE BASE UNIVERSIDADE ABERTA

O funcionamento de uma licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, o lançamento de uma licenciatura em História e a leccionação das disciplinas do Curso de Profissionalização em serviço, foram motivo para a edição, pela Universidade Aberta, de uma série de manuais que presentemente ultrapassam já as quatro dezenas.

Esses manuais contemplam um leque muito variado de disciplinas e campos do saber — das Ciências da Educação aos Estudos Literários, da Linguística às Ciências da Natureza, da História à Geologia, da Psicologia à Didáctica das Línguas Estrangeiras, etc., etc. — e representam um considerável esforço editorial por parte da Universidade Aberta. Por outro lado, importa notar que esse esforço editorial é orientado no sentido de se facultar aos estudantes da UA materiais escritos que atendam às exigências do ensino a distância ou, por outras palavras, procurando favorecer a situação de auto-aprendizagem que nele é dominante. A par disso, deve registar-se que os manuais editados pela Universidade Aberta permitem também levar até a um público mais vasto do que os estudantes visados, textos concebidos e preparados por prestigiados especialistas nos diversos domínios contemplados.

Regularmente far-se-á aqui a divulgação daqueles títulos que directamente correspondem ao âmbito de interesses desta revista.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão — *Literatura Portuguesa Medieval*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, 317 pp.

O curso de *Literatura Portuguesa Medieval*, da autoria de Maria Leonor Carvalhão Buescu, reporta-se ao período da nossa literatura compreendido entre os finais do século XII e os finais do século XV.

São aqui abordadas questões problemáticas como a periodização da nossa literatura medieval e a evolução da Língua Portuguesa durante aquele período. Destaque, ainda, para os modos de transmissão do saber, nomeadamente o canal oral e o canal escrito: dos jograis e trovadores aos mosteiros e à Universidade.

Em relação à poesia lírica, a autora apresenta os seus diversos géneros e subgéneros, ilustrando-os através de textos coevos e também actuais.

A propósito da prosa, Maria Leonor Buescu passa pela análise da historiografia (Crónicas e Livros de Linhagens), da novelística de conteúdo cavaleiresco, não esquecendo a prosa de edificação moral e religiosa. Em seguida, é a vez dos tratados didácticos da autoria dos Príncipes de Avis e da sua importância na fixação dos novos sistemas de valores.

Por último, são apresentados os quatro principais cronistas da primeira fase da Expansão e as suas obras. Na antologia, contida na última parte do curso, podem ler-se largos trechos de Fernão Lopes, Azurara, Rui de Pina e Garcia de Resende.

REIS, Carlos (coord.) — *Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, 369 pp.

Contando com a colaboração de Ana Nascimento Piedade, Isabel Cristina Rodrigues, Maria João Simões e Maria do Rosário Milheiro, o coordenador deste volume repartiu o campo da Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea em leccionação na Universidade Aberta, por três grandes áreas periodológicas: o Romantismo, o Naturalismo e o Modernismo; e em cada uma dessas áreas, merecem destaque autores e obras especialmente representativos: Garrett e as *Viagens na minha terra*, Eça de Queirós e os seus dois grandes romances naturalistas (*O Primo Bazílio* e *O Crime do Padre Amaro*), Fernando Pessoa e a poesia dos heterónimos. Cada um destes grandes períodos literários é apresentado nas suas fundamentais linhas de força socioculturais e ideológicas, assim se procurando a conveniente contextualização para a análise de obras literárias, de acordo com os princípios metodológicos da chamada leitura integral; para além da análise dessas obras, pondera-se ainda a evolução dos movimentos literários que as enquadram, em função da produção de autores como Camilo Castelo Branco, Abel Botelho ou Mário de Sá-Carneiro. Cada capítulo encerra com uma bibliografia específica; completa o volume um conjunto de textos doutrinários, de Garrett a Álvaro de Campos.

REIS, Carlos; ADRAGÃO, J. V. — *Didáctica do Português*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, 157 pp.

BASTOS, Glória — *Didáctica do Português. Caderno Complementar*, Lisboa, Universidade Aberta, 1991, 50 pp.

Constituído por duas partes — Didáctica da Língua e Didáctica da Literatura — esta obra abrange um vasto leque de conteúdos relacionados com o ensino do Português, que poderá interessar não apenas a professores do ensino básico (2.º e 3.º ciclos) e do secundário em formação (público para o qual preferencialmente se destina), mas igualmente a todos aqueles que se preocupam e procuram reflectir sobre a docência nesse domínio específico.

Nos capítulos consagrados ao ensino da língua materna percorrem-se áreas tão significativas como o problema da comunicação, o funcionamento da língua, a relação língua e cultura, assim como questões relacionadas com a interdisciplinaridade e a especificidade da avaliação em língua materna. Vão-se assim sugerindo diversas pistas de trabalho, apontando-se ainda a necessidade de reflexão do Professor de Português face aos problemas colocados pela abordagem de determinados conteúdos linguísticos em situação escolar.

A problemática do ensino da literatura abre a parte deste livro consagrado à Didáctica da Literatura. Debruçando-se sobre as relações entre a Teoria da Literatura, a leitura e a análise literárias e o ensino da literatura, nestas páginas surge o debate sobre alguns dos caminhos teóricos e preocupações fundamentais que se colocam ao professor de Literatura: desde a especificidade da leitura literária em contexto escolar até aos instrumentos de trabalho a considerar no ensino da literatura.

O volume intitulado *Didáctica do Português. Caderno Complementar*, para além de incluir um espaço mais intimamente articulado com os temas debatidos na parte de Didáctica da Literatura do livro referido anteriormente, debruça-se sobre alguns aspectos a ter em atenção numa pedagogia do texto literário perspectivada em função do ensino básico (2.º e 3.º ciclos). Procura-se ainda apontar possíveis percursos para uma leitura literária — nos domínios da prosa, poesia e texto dramático — nesses níveis de ensino.

TAVARES, Maria José Ferro (coord.) — *Sociedade e Cultura Portuguesas .1*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, 288 pp.; *id.*, *Sociedade e Cultura Portuguesas. Textos complementares*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, vol. I, 539 pp.

O primeiro destes volumes abarca dois grandes períodos da nossa História cultural e social: o período medieval (sécs. XII a XV) e o período moderno (sécs. XV a XVII). Em ambos, contemplam-se entidades, fenómenos e corpos sociais capazes de ilustrarem aspectos fundamentais da vida social portuguesa, muitas vezes ausentes dos manuais de História de Portugal. As características da vida familiar, da organização social e da vida quotidiana; a análise de crises e mutações sociais com clara incidência económica (p. ex., o empobrecimento dos estratos superiores da sociedade); o papel desempenhado pelas minorias (judeus e mouros), são, entre outros, alguns desses aspectos, no que ao período medieval diz respeito. O período moderno é objecto de uma indagação que tem em conta o destino social e cultural de corpos sociais (os senhores laicos e eclesiásticos, o povo, os cristãos novos, as minorias negra e cigana, etc.), nos quais são particularmente visíveis os efeitos de mutações ideológico-culturais muito intensas, da Idade Média aos tempos modernos. Bibliografias específicas completam cada capítulo.

O volume de textos complementares integra excertos de diversos estudos (de M. Helena da Cruz Coelho, de A. H. de Oliveira Marques, de Maria José Pimenta Ferro Tavares, de H. Baquero Moreno, de L. Reis Torgal, de Virgínia Rau, etc.), abrangendo, como se diz na nota introdutória, «várias escolas da actual produção historiográfica nacional».

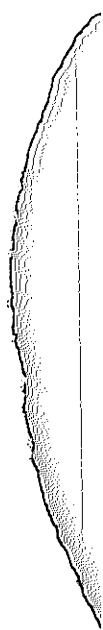
TAVARES, Maria José Ferro *et alii* (coord.) — *Sociedade e Cultura Portuguesas .2*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, 321 pp.

TAVARES, Maria José Ferro *et alii* (coord.) — *Sociedade e Cultura Portuguesas. Textos complementares*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, vol. II, 584 pp.

O segundo volume de *Sociedade e Cultura Portuguesas*, disciplina curricular da UA coordenada por Maria José Ferro Tavares, desenvolve o período moderno (já contemplado no 1º vol.) e reparte o período contemporâneo por duas grandes áreas: de Pombal à República e a República. De autoria colectiva de A. H. de Oliveira Marques, Fernando Rosas, António Camões Gouveia e Manuel Cruz Canaveira, o volume em apreço analisa com especial

minúcia momentos fundamentais da nossa História Cultural e Social: as incidências do erasmismo em Portugal, os reflexos do Concílio de Trento, a transição do Antigo Regime para o Liberalismo, as relações entre Iluminismo e monarquia absoluta, no tempo de Pombal, a mutação de valores e atitudes que a vida pública do Liberalismo conheceu, etc.; e também, já na vigência da 1.<sup>a</sup> República, a configuração da vida económico-social nas cidades e nos campos, até às rupturas instauradas pelo Estado Novo, cuja evolução interna, até ao chamado Marcelismo, é também analisada. Além da bibliografia sugerida ao longo da obra, no seu final encontra-se uma outra bibliografia, incidindo sobre os grandes períodos visados.

O volume de textos complementares que com este se articula é organizado por Maria José Ferro Tavares, António Camões Gouveia e Manuel Filipe Cruz Canaveira e integra textos de historiadores dos nossos dias (Silva Dias, Pina Martins, Marcel Bataillon, António José Saraiva, etc.), bem como de escritores e pensadores directamente relacionados com as questões abordadas (Frei Heitor Pinto, D. Francisco Manuel de Melo, Alexandre Gusmão, Ribeiro Sanches, Camilo Castelo Branco, Trindade Coelho, etc.).



**EM TEMPO**

---

### **Licenciatura em Estudos Portugueses na Universidade Aberta**

De acordo com a decisão oportunamente tomada pelo Conselho Científico da Universidade Aberta, proceder-se-á brevemente à abertura da licenciatura em Estudos Portugueses. Trata-se de uma decisão que corresponde a específicas estratégias de desenvolvimento curricular e que tem em atenção as orientações vocacionais da UA.

A abertura de uma licenciatura em Estudos Portugueses decorre das motivações próprias de uma instituição que se define também como «um meio privilegiado para motivar a preservação e reforço da nossa identidade cultural, dentro e fora do País, para incentivar um melhor conhecimento da nossa língua e cultura (...)» (Dec.-Lei n.º 448/88, preâmbulo). Para além disso, o plano curricular fixado para a licenciatura em Estudos Portugueses tem em atenção a experiência adquirida noutras Universidades com esta licenciatura, bem como a conveniência de nela se integrar um conjunto de cadeiras (já em funcionamento ou previstas) das licenciaturas em Português-Francês e em História da Universidade Aberta.

Assim, o plano curricular aprovado contempla as seguintes áreas e disciplinas:

#### UNIDADES LECTIVAS NUCLEARES

- Introdução aos Estudos Linguísticos
- Introdução aos Estudos Literários
- Latim I (Língua e Cultura)
- Latim II (Língua e Cultura)
- Fonética e Morfologia do Português
- Sintaxe e Semântica do Português
- História da Língua Portuguesa
- Literatura Portuguesa Medieval
- Literatura Portuguesa Clássica
- Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea
- História do Teatro Português

- Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa
- Literatura Brasileira
- Teoria e Metodologia Literária
- Introdução à Sociologia
- Sociedade e Cultura Portuguesa I
- Sociedade e Cultura Portuguesa II

Para além destas disciplinas nucleares, a licenciatura em Estudos Portugueses integrará um amplo conjunto de disciplinas opcionais, designadamente das áreas das Ciências da Educação, da Sociologia, da História e da Cultura Portuguesa. A partir deste elenco curricular e em articulação com a licenciatura em História da Universidade Aberta, está prevista também a constituição de uma variante em História e Língua Portuguesa. Em momento oportuno, serão anunciadas a abertura e as inscrições nestas licenciaturas.

### **Mestrado em Relações Interculturais na Universidade Aberta**

Os Portugueses caracterizam-se por uma abertura estrutural em relação à procura de outros espaços de trabalho e residência e são herdeiros de uma longa tradição de fácil adaptação a outros ambientes, gentes e culturas. Dada a tendência actual para a abertura das fronteiras nacionais a bens, pessoas e ideias, especialmente por causa da integração plena na Europa, Portugal surge também como espaço receptor de diferentes povos e culturas.

Por forma a maximizar a nossa capacidade de intervenção, como indivíduos, como instituições e como nação em espaços de convivência, relação ou negociação internacional, quer no nosso solo, quer algures, torna-se necessário qualificar agentes, quadros e decisores nessa área.

Foram estes, em traços largos, os factores que levaram a Universidade Aberta, o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa e a Direcção-Geral de Extensão Educativa do Ministério da Educação, a criar um curso de pós-graduação em Relações Interculturais, de que se destacam os seguintes objectivos genéricos:

- fornecer aos mestrandos uma qualificação em planos conceptual e teórico, em matéria de cultura e diversidade cultural; contacto de culturas e relações inter-étnicas; direitos das minorias nas sociedades contemporâneas; tensões e conflitos em contextos multiculturais;

- aplicar essas noções ao caso português, por via da análise de situações concretas de realidade multicultural.
- estabelecer estratégias, métodos e práticas adequadas à solução ou à prevenção de disfunções sociais de raiz multicultural.

A qualificação de base exigida para o acesso ao Mestrado (que já se encontra em funcionamento) é o grau de licenciado ou equivalente, sendo desejável que os candidatos possuam formação de base em áreas disciplinares no quadro das Ciências Sociais e do ensino de Línguas e Culturas, ou experiência profissional com tal relacionada.

A utilidade funcional do curso vocaciona-o para actividades profissionais de:

- Planeamento ou coordenação de sistemas, organismos e actividades educativas em contexto multicultural;
- Planeamento e coordenação de difusão ou de animação cultural, designadamente junto de comunidades portuguesas no estrangeiro;
- Relações e negociações internacionais, designadamente no âmbito comunitário de cooperação com os PALOP's;
- Política e intervenção social e cultural desenvolvidas junto de grupos e comunidades minoritárias radicadas em Portugal;
- Investigação teórica e aplicada no domínio científico das relações interculturais.

A parte curricular do Mestrado articula-se em três blocos, ocupando um total de 299 horas, com a duração total de um ano lectivo.

## BLOCO I

- Sociedades e Culturas
- Sociolinguística
- As Grandes Diásporas
- Filosofia da Educação
- Seminário I (Cooperação com os PALOP's)

## BLOCO II

- Educação Intercultural
- Psicologia social Intercultural
- Nacionalidade, Cidadania, Identidade
- Ideologias, Conflitos e Tensões
- Biculturalismo e Bilinguismo
- Seminário II (Minorias)

## BLOCO III

- Políticas e Estratégias para as Comunidades Portuguesas
- Políticas e Estratégias para a Cooperação
- Políticas e Estratégias para a Língua e Cultura Portuguesa
- Políticas e Estratégias para a Integração Europeia.

A preparação, redacção e apresentação da dissertação de Mestrado tem a duração prevista de doze meses e a sua avaliação atestará uma qualificação especializada em Relações Interculturais.

### **Segundo Encontro Internacional de Queirosianos**

Subordinado ao tema genérico «Os estudos queirosianos e a diversidade das linguagens críticas», vai realizar-se, de 1 a 3 de Julho e por iniciativa do Instituto de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Letras de Coimbra, o Segundo Encontro Internacional de Queirosianos. De acordo com a segunda circular, já distribuída, este Encontro «procurará propiciar a devida evidência ao que tem sido, nos últimos anos, o florescimento dos estudos queirosianos». Deste modo, «num momento bem peculiar dos estudos literários — que corresponde a um tempo de plural renovação e de activa confrontação de paradigmas — o Segundo Encontro Internacional de Queirosianos poderá ser a ocasião privilegiada para se fazer uma reflexão que, tendo em atenção a dinâmica de renovação que ficou referida, incidirá sobre as obras queirosianas como *corpus* privilegiado de fecunda atenção crítica».

O Segundo Encontro Internacional de Queirosianos contará com a intervenção, em conferências, comunicações e mesas-redondas, de um conjunto de estudiosos nacionais e estrangeiros, expressamente convidados para, nesta circunstância, apresentarem publicamente os resultados do seu trabalho. Saliente-se a presença já confirmada de, entre outros, Elza Miné, Beatriz Berrini, Isabel Pires de Lima, Luiz Fagundes Duarte, Ofélia Paiva Monteiro, Aníbal Pinto de Castro, Eduardo Lourenço, Maria Manuela Delille, Marie-Hélène Piwnik, Amina Di Munno, Laura Bulger e Álvaro Manuel Machado.

Direcção, secretariado e assinaturas  
Universidade Aberta — Delegação de Coimbra  
Rua Dr. António José de Almeida, 25 - r/c  
3000 COIMBRA (Portugal)  
Telefone (039) 33300  
Telefax (039) 29547

A Direcção e Redacção tomarão em consideração, para eventual publicação, todos os originais que lhes forem remetidos, preferentemente de acordo com a política editorial da revista. Serão também objecto de apreciação livros para resenha e notícia. Aceita-se permuta.

Número avulso: 800\$00  
Assinatura anual (3 números)  
Portugal: 2 200\$00  
Europa: \$22 dólares  
Outros continentes: \$32 dólares  
Pagamentos em nome de *Discursos/Universidade Aberta*

Composição e Maquetização: Universidade Aberta

Capa: *Rocha de Sousa*

Edição e propriedade  
Universidade Aberta  
Depósito Legal n.º 55225/92  
ISSN: 0872-0738